

Fevereiro 2020

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Desemprego no Huambo com índice preocupante	6
1.2 Qual é o preço da fome?	6
1.3 Crises, invejas e preconceito de colonizado	7
1.4 Angola entre os Países com necessidade de ajustamento “Doloroso” para descer dívida	9
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>10</b>
2.1 Administração concilia novos empréstimos com malparado	10
2.2 Financiamentos do PAC atingem 108 mil milhões	10
2.3 BNA vai intervir junto da banca para desbloquear financiamentos do PAC	10
2.4 Acesso ao crédito está mais facilitado	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>14</b>
3.1 Pesca artesanal ganha centro de processamento e conserva	14
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>15</b>
4.1 527 mil milhões de kwanzas para o sector de Energia e Águas	15
4.2 Cunene regista queda contínua de receitas	16
4.3 Dívida externa disparou 30% desde início da crise para 46,8 mil milhões USD	16
4.4 35% das unidades orçamentais não prestaram contas em 2018	17
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>19</b>
5.1 Sobas aguardam pela lei sobre o poder tradicional	19
5.2 Fundo para Autarquias baseado na realidade de cada município	19
5.3 Eleições Atarquicas serão marcadas no tempo certo	20
5.4 Autarquias têm regime aprovado	21
5.5 Mulheres são encorajadas a concorrer como autarcas	21
5.6 Autarquia Pacote legislativo «da discórdia) ainda sem data à vista	22
5.7 Cuanhama recebe verba para projectos do PIIM	23
5.8 MPLA analisa estratégia para as autárquicas	24
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>25</b>
6.1 Sete fábricas podem fechar por violação de leis laborais	25
6.2 Terminaram inscrições para as casas no Zango 5	26
6.3 Fundo Habitacional pode apresentar hoje balanço	26
6.4 Mais de 145 mil candidatos 'batem-se' por 2390 habitações	27
6.5 Mais de 157 mil inscritos para as casas no Zango 5	27
6.6 Ministra apresenta estratégia de urbanização e habitação	28
6.7 Metro de superfície de Luanda começa a ser construído este ano	29

6.8	UN-Habitat promete apoiar política habitacional do país	31
6.9	Falta de fundos contém obras em centralidades	32
6.10	Executivo tem instrumentos para ordenamento das cidades	33
6.11	Governo cria passe social para transportes colectivos	33
6.12	Angola apresenta política habitacional	34
6.13	Administração não deu escritura a quem pagou totalidade do imóvel	35
6.14	Candidatos têm menos de 1% de hipóteses de comprar casa no Zango 5	36
6.15	Condóminos sentem falta de verdade no negócio	36
6.16	Moradores passam a pagar perto de 400 milhões	38
6.17	PGR move processo-crime contra “negócios da China”	38
6.18	PGR procura proprietários de 1.180 imóveis nas centralidades de Luanda	39
6.19	Reação até ao momento só foram passadas 80 escrituras	40
6.20	Sorteio para aquisição de moradias com transmissão televisiva no dia 20	41
6.21	Metro de superfície de Luanda concluído dentro de três anos	42
6.22	O Galo e o Russo	43
6.23	O bairro onde eram feitos os julgamentos de Luanda	44
6.24	Cofre de Previdência da Polícia projecta construir 100 moradias	45
6.25	Habitações sorteadas hoje com transmissão na TPA	46
6.26	Condómino em Luanda: quem tem “bolso” é dono	46
6.27	Contratos de milhões com a CIF são "Segredo de Estado"	47
6.28	A viagem a Africa motivada pela China e pelas mensagens contraditórias de Washington	48
6.29	Sorteados começam a receber mensagens amanhã	49
6.30	Acesso ao crédito está mais facilitado	49
6.31	Condóminos sentem falta de verdade no negócio	51
6.32	Garantias mobiliárias estão asseguradas	52
6.33	MINOTH nega abertura de inquérito sobre alegadas irregularidades no sorteio	53
6.34	Triagem de documentos começa na próxima semana	54

## 7. TERRA 56

7.1	Fazendeiros sul-americanos têm 10 mil hectares	56
7.2	O Galo e o Russo	56
7.3	O bairro onde eram feitos os julgamentos de Luanda	57
7.4	Requalificação adiada há anos	58
7.5	Exploração de inerentes em Cacuçaco continua	58
7.6	Terras registadas para direccionar investidores	59

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 61

8.1	Distribuição de água aquém do desejável	61
8.2	Distribuição de água é irregular há 15 dias	62
8.3	Dívidas ultrapassaram 200 milhões de kwanzas	62
8.4	Sobrevivência... Quando comer e beber no lixo se torna a única opção	63
8.5	Ambientalista defende profissionalização para os que recolhem lixo	64
8.6	Infra-estruturas de energia e água concluídas até Outubro	65
8.7	Avarias deixam zonas altas do Lobito e Catumbela sem água potável	65
8.8	Urinóis milionários continuam voltados ao abandono	68

## 9. GÊNERO E VIOLÊNCIA 70

9.1	Luanda Criminalidade continua acentuada no bairro dos Rastas	70
9.2	Polícia Nacional desmantela mais 14 grupos de marginais	71

## 10. AMBIENTE 72

10.1	Fiscais estão sem meios para controlar florestas	72
10.2	Chuvas inundam casas	73
10.3	Chuvas e musseques	73
10.4	Chuva provoca desabamento da ponte sobre o rio Cunene	74
10.5	Excesso de chuva compromete colheita	74
10.6	Ravinas ameaçam cortar circulação inter-municipal	75
10.7	Chuvas destroem cultivo de milho	75
10.8	Forte chuva à hora de ponta provoca embaraços ao trânsito	76
10.9	Chuvas isolam mais de 30 mil pessoas	76
10.10	Chuvas desalojaram mais de mil famílias	77
10.11	Cheias em Calueque estão fora de hipótese	77
10.12	Chuvas causam duas mortes e destruição de residências	78
10.13	Chuva cíclica sem grandes danos às infraestruturas	78
10.14	Enxurradas destroem 71 casas no Chitato	79
10.15	Ravinas e lagoas em ruas causam vários transtornos	79
10.16	Chuvas inundam campos agrícolas	80

## **I I. EXPLORAÇÃO MINEIRA** **81**

11.1	Fiscais estão sem meios para controlar florestas	81
------	--	----

## **I2. MIGRAÇÃO** **83**

## **I3. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA** **83**

13.1	Acordo comercial China-EUA põe em causa retoma do crescimento económico	83
13.2	Famílias são informadas sobre bolseiros na China	83
13.3	PGR move processo-crime contra “negócios da China”	84
13.4	Angolanos na China clamam por socorro	85
13.5	Voto de solidariedade aos angolanos na China	85
13.6	A viagem a Africa motivada pela China e pelas mensagens contraditórias de Washington	86
13.7	Contratos de milhões com a CIF são "Segredo de Estado"	87
13.8	Dívida externa disparou 30% desde início da crise para 46,8 mil milhões USD	87
13.9	Meia centena de cidadãos deixam quarentena	88
13.10	Parlamento aprova moção de solidariedade com os estudantes na China	89
13.11	PGR aperta o cerco aos negócios “secretos” da CIF por lesarem o Estado	89
13.12	Um artigo em dois andamentos	90
13.13	O modelo de cooperação China-Angola e China-África é bom	92
13.14	China reduz coronavirus	93
13.15	Embaixador desdramatiza apreensão de mascara e condições de quarentena	94
13.16	Financiamento chinês a projectos públicos volta a subir em 2020	95

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Desemprego no Huambo com índice preocupante

*Jornal de Angola*  
01 De Fevereiro de 2020  
Autor: Juliana Domingos

O número elevado de jovens desempregados preocupa o Conselho Provincial da Juventude (CPJ) no Huambo, que garante que envida esforços para que muitos possam frequentar cursos de formação técnico-profissional, para facilitar a inserção no mercado de trabalho.

João Lara Hotalala, secretário executivo do CPJ, disse ao *Jornal de Angola* que a problemática do desemprego foi abordada durante a 4ª edição do associativismo, tendo, no final, sido recomendada a elaboração de um estudo, contendo um gráfico de jovens sem formação e formados, para ser remetido aos departamentos ministeriais e entidades privadas.

A falta de transparência na realização de concursos públicos e de acesso à habitação são outras das preocupações que têm estado a inquietar o CPJ.

João Lara Hotalala acrescentou que o Conselho Provincial da Juventude traçou um plano de desenvolvimento social, para o período 2020/ 2021, que prevê facilitar o enquadramento da juventude no ramo da educação, saúde, cultura e outros sectores.

O secretário do CPJ reconheceu que “nem tudo é para ser resolvido de uma só vez”, mas, defendeu que, as questões da falta de habitação, ensino superior e emprego devem ser prioritárias.

O Governo da província do Huambo, recomendou que se deve fazer um esforço para se construírem mais centros de formação técnico-profissional, para a ocupação dos tempos livres dos jovens, além de espaços para práticas desportivas. O Conselho Provincial da Juventude controla 45 associações e organizações juvenis, muitas das quais a funcionar em casa dos líderes, devido à falta de infra-estruturas apropriadas.

## I.2 Qual é o preço da fome?

*Jornal de Angola*  
13 De Fevereiro de 2020  
Autor: Manuel Rui

Os preços sobem todos os dias. Mesmo feijão nacional. A Namíbia fechou a rota para Luanda que era uma das mais lucrativas e agora quase não tem passageiros...porque os angolanos não têm dinheiro. E a África do Sul fez o mesmo. No entanto ninguém desconhece que o pior acontece com os medicamentos quando os há.

Os preços sobem todas as semanas. E é tal a ganância que mandei comprar uma lâmina com catorze comprimidos de um fármaco de nome FORXIGA que tem de ser tomado todos os dias, pelo preço de 21.184.80 kwanzas. Estranhei, costuma subir todas as semanas, mas nesta era demais. Fui, pessoalmente, a outra farmácia, perto da outra, e comprei uma mesma lâmina pelo preço de 16.310 kwanzas. É uma diferença abismal. Não se pode comprar medicamentos, os hospitais públicos não têm farmácias e alguns não aparecem, por vezes nos miúdos que não sei onde se abastecem. Quem pode vai à kinguila comprar moeda e pede a quem viaja para trazer. Afinal quem controla os preços dos medicamentos? E eu agora, com as duas facturas vou à Polícia Económica, sou ouvido em auto de participação, depois vem o crime de especulação, o julgamento sumário e mais quê?

Ninguém explica ao povo o que se passa sobre inflação e especulação tão pouco em que circunstâncias isto acontece e quais os seus objetivos historicamente comprovados. Quem manda na economia são os mais poderosos numa cidade cheia de arranha-céus vazios, sem ninguém a habitá-los e bom seria publicar-se a lista de seus proprietários. Quando o poder judicial persegue os poderosos que praticaram ilícitos contra o erário público ou similares, a resposta de defesa antecipada é a de desestabilizar a sociedade com a subida dos preços e a conseqüente diminuição do poder aquisitivo do povo para que este se revolte contra o Estado por rejeição e, em última análise, se consiga a ingovernabilidade.

Chegámos ao ponto de um Procurador que deve estar de cima para baixo em relação a arguidos trocar comunicados com uma arguida e ir a Portugal pedir aquilo que internacionalmente se faz pela chamada carta rogatória... de contrário tinha de correr quase o mundo inteiro onde gravita o dinheiro roubado.

Há quem espere que a nova moeda possa remediar a inflação, mas o Governo devia explicar estas coisas para o povo perceber pois ninguém tem dinheiro para comprar fuscas que a Alemanha, em crise política, quer colocar aqui uma linha de montagem.

Outra vez. A Europa está a entrar com os carros eléctricos, mas não se importa de mandar carros produtores de carbono para África. E a malta bate palmas quando que a Alemanha podia fazer era três bons hospitais, um em Luanda, outro no Huambo e outro no Lubango. Seriam o top de uma saúde sistémica, postos médicos, hospitais locais e para as situações mais difíceis os três hospitais vértice de sistema.

Fenómeno interessante é que nas quitadeiras os ananases, as bananas, maracujás, papaias e legumes vão mantendo o preço. Então andava-se a dar corrida e a roubar os parques bens de mulheres que labutam de sol-a-sol quando afinal elas são um elemento contra a inflação pois nem as grandes superfícies nem as farmácias são do povo. O recurso é a ervanária do Ferreira, dos descendentes do Ferreira da Babaera, como o Sambo, e meu pai que também teve ervanária e com ele aprendi um pouco. Era a medicina dos nossos ancestrais que o colonialismo apelidou por feitiço e aqui, no “socialismo científico” se chamaram práticas pré-científicas...

Já aqui disse uma vez: pelo menos os preços das mercadorias que compõem a cesta básica deveriam estar afixados nas lojas e divulgados na comunicação social. E nas farmácias deveriam ser afixados os preços dos medicamentos com a chancela da autoridade fiscalizadora que suponho existir no Ministério da Saúde.

É preciso ter em conta que os de colarinho branco andam mais depressa do que a Polícia e é preferível apenas controlar os seus movimentos de forma a impedir a ingovernabilidade do que obrigar o povo a andar a segurar as calças para poupar o dinheiro do preço de um cinto.

Acresce a tudo isto que um país em inflação quase galopante não cativa investimentos e tão pouco consegue organizar o turismo porque ninguém vem para aqui pagar hotéis pelos preços mais caros do mundo e correndo o risco de nem conseguir medicamentos para se tratar.

E é preciso acabar com os que vêm de passaporte turístico gerir empresas, conseguem divisas para mandar lá para fora e, periodicamente, vão a Lisboa actualizar os vistos. Normalmente servem padrões angolanos ricos e trazem o curso da arte de saber roubar nos preços ou na fuga ao fisco e acaparar todas as artimanhas do chefe...e rouba um posto de trabalho a um angolano. Mas como anda muita gente distraída, esquecem-se que um angolano foi a Portugal corromper um magistrado, um juiz português vendia sentenças, os super-processos demoram dez anos...e aqui ainda querem mandar vir essa gente ensinar magistratura. Masoquismo também não! Qual é o preço da fome?

### I.3 Crises, invejas e preconceito de colonizado

*Novo Jornal*

*21 De Fevereiro de 2020*

Não me canso de citar a historiadora Maria da Conceição Neto, segundo a qual, Angola nunca, sublinho eu, foi um bom país para se viver para a maioria dos angolanos. É preciso insistir nisso, precisamente quando as crises que nos assolam permitem que se façam as mais disparatadas comparações com "outros tempos", sem que se tenha em conta que os "bons tempos" de uns foram sempre "maus tempos" para a maioria.

São Neto é, na minha opinião, uma das mais esclarecidas intelectuais angolanas no que se refere à análise do País em quase todas as suas facetas. Custa-me dizê-lo no feminino porque nessa consideração integro todos os intelectuais. Por tal razão, é penoso constatar, que eu saiba, que nenhum Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do planeamento ou da Educação, e talvez mesmo da Cultura, ou líder partidário, a chamou' para opinar, com maior ou menor regularidade, sobre os problemas, as políticas ou o rumo do País. Talvez se o fizessem, assim como a outros evidentemente, nas diferentes esferas, tivéssemos hoje uma Angola diferente.

Ouvir e saber ouvir é uma prática tradicional, mais ou menos comum na diversidade do mosaico cultural angolano, que se perde quando as diferentes lideranças fazem a transição para o poder de Estado ou para outras instituições formais, e aqui não excluo nenhum tipo de instituição, com excepção das que confirmam a regra. Ao longo de quase 45 anos de independência, não me parece ter havido a preocupação de estabelecer diálogos alargados ou consensos para a solução das crises que vivemos. O fim da guerra no início dos anos 90 foi apenas uma

negociação entre as duas partes em conflito, como haviam sido as negociações para a independência.

Hoje existem mecanismos de participação da sociedade na discussão da polis que poderiam ser adoptados para, com base no nosso substrato cultural, se discutirem os complexos problemas da Nação. Os diferentes poderes não os conhecem ou ignoram-nos. Mesmo para tratamento de aspectos mais simples, como a discussão sobre políticas públicas ou ante projectos de leis, são usados mecanismos de auscultação ultrapassados ou viciados. Participação é um processo com várias etapas, desde a simples informação à co-gestão ou mesmo autogestão. Em Angola fica-se, quando muito pela auscultação, na maior parte dos casos muito viciada.

O Presidente João Lourenço tem dado alguns passos no bom caminho, mas são claramente insuficientes. Estamos a viver uma crise multidimensional e não me parece que seja possível vencê-la sem um diálogo sem filtros. Os desafios têm cariz económico, financeiro, social, institucional, cultural, ambiental, religioso, político, de valores se quisermos, e torna-se difícil encontrar um domínio da vida nacional onde a crise não se faça sentir. Uma só pessoa não pode enfrentar todos eles, principalmente se não dispuser de um aparelho auxiliar muito dotado ou uma espécie de estado-maior extremamente competente. A simples constatação de falhas nas nomeações de governantes ou na aprovação de alguma legislação ou ainda no modo como (não) se comunica, do conhecimento geral, mostra que o Presidente não tem as "massuicas" necessárias que permitam ferver a água.

Estas falhas estão a minar a imagem do Presidente, numa altura em que ela deve ser preservada ao custo que for necessário para condução do processo de transição em curso. É verdade que se procura transmitir a ideia de que há uma preocupação legítima de separação de poderes, mas enquanto esta Constituição estiver em vigor, com os poderes que dá a uma só pessoa, não se constrói a confiança necessária para o enfrentamento dos desafios. O tratamento das eleições autárquicas é um exemplo claro da ambivalência que vai prevalecendo. Já se percebeu que não haverá eleições em 2020, mas mantém-se um manto de silêncio sobre o assunto. Quem, no final das contas, ficará com o ónus da questão? Dir-se-á que o MPLA, na sua esperteza habitual, encontrará uma solução, talvez até remetendo uma responsabilidade ainda não vislumbrada para a oposição. Mas os riscos serão enormes, até porque o MPLA de hoje não tem, nem de longe, a competência de outrora, incluindo para esse tipo de esperteza. Algo semelhante se passará

com a Comissão Nacional Eleitoral. Quem acredita que o processo do concurso para Presidente da dita tenha decorrido com lisura? Porque não houve o bom senso de se encontrar uma figura menos polémica? Não se percebe que, desde já, os próximos actos eleitorais estarão inquinados? Não se percebe que com a contestação da oposição e de segmentos significativos da sociedade civil o ambiente de negócios não conhecerá a melhoria de que tanto se necessita? verificar que autoridades eclesiásticas permitem e dão a cara nessas orgias, é muito mau sinal. Como é mau sinal que não apareçam mais vozes de outros sectores da sociedade a criticarem publicamente - porque-ofazem nos óbitos e nos almoços de sábado - estas manifestações. Como não o fizeram durante os anos de desvario. Limitam-se, em muitos casos, a mostrarem que são os "novos descontentes" que responsabilizam uma só pessoa pelas várias crises de que padecemos.

Mas, afinal, o que representa esta overdose de ostentação? Seguindo o raciocínio de Mia Couro, Angola produziu "ricos" do modo que se sabe sem produzir riqueza. Nesta situação as manifestações de novo-riquismo são inevitáveis. Mas devemos atentar também aos aspectos culturais. Aprendi com um dos meus mestres em matéria de desenvolvimento que nas sociedades bantu existe um "poder nivelador" que dificulta a mobilidade social ascendente. Em Malanje um agricultor destacado recusou um prémio que eu, na qualidade de Delegado do Ministério da Agricultura,

Infelizmente os apoios de que a sociedade precisa têm faltado da parte dos que poderiam considera as reservas morais da Nação. É certo que tais reservas estão esvaziadas ou fragilizadas. Os anos de desvario esvaziaram o erário público e esvaziaram também demasiadas consciências. São poucas as vozes que hoje têm autoridade moral para apontarem caminhos. Não' ouvir das igrejas mais respeitadas críticas mais severas à ostentação e ao luxo que, de modo despidorado, exibem alguns poucos que, é sabido, não conseguem justificar a origem dos gastos em extravagâncias, perante o sofrimento dorido de milhões de angolanos que não têm alimentos para sobreviver nem tecto para se abrigarem, quis atribuir-lhe na altura com medo das invejas.

Entretanto, um amigo que cresceu na RDC afirma que a ostentação de Mobutu era uma manifestação de poder. Quando se dá o clique para a "sociedade de Estado", o medo das invejas dá lugar ao preconceito de colonizado: vou fazer assim para mostrar aos antigos (e novos) colonos que tenho poder. Este tipo de manifestação é recente em Angola. Trata-se de mais sinal da crise de valores, que, como as outras, tem de ser enfrentada de modo holístico, e não com



campanhas dirigidas por quem não tem valor, mas apenas "valores", como agora se diz quando se quer referiria dinheiro.

#### **I.4 Angola entre os Países com necessidade de ajustamento "Doloroso" para descer dívida**

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

Dois economistas do Banco Mundial revelam que os países da África subsaariana precisam de fazer um ajustamento "significativo e doloroso" para atingirem uma dívida pública consistente com uma notação de investimento. Na análise publicada no blogue do Banco Mundial com o título 'Quanto devem os países da África subsaariana ajustar para abrandar o crescimento de dívida pública?' Francisco Carneiro e Wilfried A. Kouamere alertam para a rápida e preocupante subida de dívida pública na última década nesta região para defender que "sem dor não há ganho"

"Tal como é referido nos nossos recentes relatórios, alguns países da África subsaariana podem almejar atingir um nível de dívida pública consistente com uma notação de investimento a longo prazo. Nesse caso, o esforço orçamental requerido a curto prazo terá de ser mais significativo e doloroso, mas esse ajustamento orçamental vai garantir ganhos sustentáveis a longo prazo", sublinham.

Um desses países é Angola, onde o rácio dívida sobre percentagem do PIB mais do que duplicou em 2018 comparativamente a 2010, à medida que os "défices fiscais aumentaram após o fim do 'boom' dos preços" do barril de petróleo em 2014. "A rápida acumulação de dívida pública no contexto de queda dos preços do petróleo após 2013 levanta questões recorrentes sobre a resiliência e a diversificação económica dessas economias", admitem os especialistas. Desta forma, defendem, países como Angola, RDC, Quênia e Burundi têm que fazer um esforço fiscal acima do nível médio dos países da África Subsaariana, que ronda 2% do PIB.

No final do ano passado, o FMI reviu em alta o rácio de dívida pública angolana para 111% do PIB, revelando que apesar de permanecer sustentável, os riscos já altos aumentaram ainda mais.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Administração concilia novos empréstimos com malparado

*Jornal de Angola*

14 De Fevereiro de 2020

*Autora: Ana Paulo*

O Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) estabeleceu, como prioridade de mandato, a adopção de mecanismos internos no domínio do crédito que permitam corresponder às expectativas do Executivo e às da classe empresarial.

A decisão foi anunciada, ontem, em Luanda pelo PCA do banco, Henda Inglês, na cerimônia que o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, lhe concedeu posse.

Henda Inglês disse, que o desafio do novo Conselho de Administração do BDA consiste em conciliar as questões relacionadas com o crédito malparado (do equivalente a dois mil milhões de dólares, segundo o jornal “Mercado”) e o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), instituído para impulsionar a produção nacional.

O presidente do BDA anunciou que vai introduzir maior celeridade na solução dos processos relativos ao malparado, que passa por “mobilizar” e “preparar” uma equipa para levar avante “este grande desafio”.

Como parte do projecto de resolução do crédito malparado, prosseguiu Henda Inglês, o BDA vai instituir acções que têm como base “o comum acordo com os mutuários” ou os devedores, criando soluções que têm em conta a boa vontade das partes.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, considerou que, apesar do elevado volume de crédito por regularizar, o BDA realizou com sucesso o exercício de Avaliação da Qualidade de Activos concluído em Dezembro, dispondo de uma estrutura económica robusta.

Sérgio Santos considerou que a recente alteração da tutela do BDA, que passou do Ministério das Finanças para o da Economia e Planeamento, confere maior dinamismo ao banco, levando-o a servir melhor os interesses do desenvolvimento do país.

### 2.2 Financiamentos do PAC atingem 108 mil milhões

*Jornal de Angola*

14 De Fevereiro de 2020

Os financiamentos do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) aprovados pelos bancos comerciais ascenderam a 108.650 milhões de kwanzas, de acordo com números publicados, ontem, pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP), dando conta da autorização de um total de 37 projectos desde Junho, quando o programa se tornou operacional.

Estes números comparam-se as 138 solicitações de financiamento recebidas pelos bancos aderentes ao programa, em pedidos que representam 425.137 milhões de kwanzas, segundo os dados divulgados pelo MEP.

Comparam-se, também, aos valores de meados de Janeiro, quando os bancos comerciais tinham aprovado, para o cômputo do programa, 23 solicitações, avaliados em 38,6 milhões de kwanzas.

Os projectos de maior volume três foram aprovados pelo BFA com três, avaliados em 40.464 milhões de kwanzas, o Millennium Atlântico (BMA) dez, 27.583 milhões, BIC, 11, por 23.342 milhões, e o BAI, cinco, 14.298 milhões de kwanzas.

### 2.3 BNA vai intervir junto da banca para desbloquear financiamentos do PAC

*Jornal Expansão*

14 De Fevereiro de 2020

*Autor: Martins Chambassuco*

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, promete intervir, junto da banca comercial, para retirar as restrições de acesso ao crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), no quadro da implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi).

Em causa estão as reclamações dos empresários que se queixam da excessiva burocracia no processo de atribuição dos financiamentos para todos os segmentos de empresas.

As dificuldades cambiais e a falta de crédito bancário para o estímulo da produção de bens voltaram a ser discutidas, na semana passada, num encontro que juntou o BNA e os empresários.

Na sua maioria ligados ao sector produtivo, os empresários apresentaram mais um rol de reclamações, desta vez ao governador do BNA, José de Lima Massano que avaliou a regulamentação que orienta as relações entre a banca comercial e as empresas no âmbito do PAC.

As reservas dos empresários continuam, segundo apurou o Expansão e estendem-se também à pouca eficácia na transferência de salários dos expatriados e aos bancos que continuam a dizer não haver divisas.

Neste sentido, José de Lima Massano promete intervir junto da banca comercial para que 'sejam levantadas as barreiras no acesso aos financiamentos.

As associações apontam também a falta de proactividade da banca como estando a interferir desfavoravelmente nas metas do Prodesi que prevê o aumento da produção interna, com os financiamentos do PAC, para reduzir as importações de bens que o País produz em quantidades insuficientes.

Os homens de negócios exigem inclusão e lembraram ao governador do BNA que é preciso apoio às pequenas e médias empresas, tendo em conta que o Estado está a deixar de ser o grande investidor na economia.

Por outra, lembram os impactos negativos da grande depreciação da moeda nacional e os riscos que podem advir com a incidência do IVA sobre os meios de produção e matérias-primas.

"É um processo irreversível, tendo em conta a política cambial adoptada pelo BNA, mas temos que entender que a situação é desafiante porque o IVA nas matérias-primas também veio aumentar os custos de produção", referiu um empresário ao Expansão, acrescentando que é oneroso aplicar o IVA sobre os meios de produção, situação que pode se reflectir no consumidor final.

"Enquanto o Governo não olhar para estas questões e para as pequenas e médias empresas continuaremos a assistir ao recurso às importações e a sacrificar as divisas. Para isso, alertamos o BNA que o País não tem milho para produzir ração e é importante que se aceite a imposição dos bloqueios de importação de milho e pintos, tudo porque achamos que existem no País capacidades de produção e precisamos apenas de estímulos, como o acesso ao crédito", disse uma fonte ligada ao Grupo Empresarial Técnico.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, que também esteve presente na reunião, ouviu igualmente queixas sobre as restrições que alguns projectos estão a encontrar no acesso ao crédito, com muitos bancos que aderiram ao PAC a negarem ceder financiamentos, alegando falta de fundos para os créditos.

## 2.4 Acesso ao crédito está mais facilitado

*Jornal de Angola*

*28 de Fevereiro de 2020*

*Autor: João Dias*

A garantia aos bancos no processo de concessão de crédito às empresas e pessoas singulares poderá ser feita com base em valores mobiliárias, ao contrário do que tem havido até agora, em que eram obrigatórias hipotecas de bens imobiliários.

O Conselho de Ministros, reunido ontem, na sua segunda sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço, aprovou a Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e seu Registo. O diploma tem como objectivo melhorar o ambiente de negócios, nos seus mais variados níveis, por via da promoção e incentivo ao crédito.

O documento estabelece o regime jurídico aplicável à utilização de bens móveis como garantia, do cumprimento de obrigações, adequando as normas existentes sobre as garantias mobiliárias às exigências da vida e dos padrões internacionais.

No termo da reunião, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, reforçou que, caso seja aprovada pelo Parlamento, a nova Lei vai permitir que, no acesso ao crédito, as empresas e qualquer outra entidade singular que antes tinha obrigatoriedade de oferecer como garantia um bem imobiliário (terrenos, casas ou outro tipo de bem imobiliário), na forma de hipoteca, poderão fazê-lo por via de garantias mobiliárias.

Francisco Queiroz lembrou que a lei foi aprovada a pensar naquelas empresas e pessoas singulares sem terrenos nem casas para oferecer como garantias, tal como as pequenas e médias empresas que, em muitos casos, têm contas bancárias, bens agrícolas e gado ou títulos de crédito, máquinas e veículos e até bens mobiliários futuros.

"Estas empresas podem, a partir da aprovação dessa lei, dar esses bens como garantia para obter crédito e isso é um grande avanço, porque vai facilitar o acesso

ao crédito, conferindo aos bancos uma maior segurança na concessão de crédito, o que vai fazer com que o mercado financeiro actue de forma mais dinâmica”, disse.

Para o ministro, a lei terá esse grande impacto na economia e também fará com que a imagem de Angola no exterior e a sua avaliação em termos do “doing business”, cresça, numa altura em que o país está na 184ª posição, num conjunto de 190 países.

#### Estratégia Nacional dos Direitos Humanos

O Conselho de Ministros aprovou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos para enquadrar a actuação do Executivo nesse âmbito, tendo por referência o Plano de Governação 2017-2022 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 -2022.

Com a estratégia, pretende-se a conquista da “Maioridade Nacional em Direitos Humanos”, elevando os direitos humanos à categoria de Questão de Segurança Nacional merecedora da avaliação, prevenção e tomada de medidas para garantir a estabilidade e a paz social.

O objectivo, segundo o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, é conceber os direitos humanos dentro de uma visão endógena, com base na cultura nacional e na sensibilidade para as questões da dignidade da pessoa humana, já que, até agora, a gestão da questão tem sido feita na base do que é ditado do exterior.

Dessa estratégia, lembrou, descende o Prémio Nacional dos Direitos Humanos e também o Plano Nacional de Execução da Estratégia, todos voltados para o incremento de uma visão interna dos direitos humanos.

Francisco Queiroz enfatizou que a Estratégia Nacional pretende elevar os direitos humanos à categoria de questão de segurança nacional, pois, na sua visão, se estes não forem respeitados, observados ou atropelados de modo sistemático, representarão um factor de insegurança e instabilidade política nacional.

Por isso, o ministro esclareceu que a estratégia é que os direitos humanos sejam objecto de avaliação periódica ao nível do Conselho de Segurança Nacional, que reúne mensalmente.

Prémio Nacional de Direitos Humanos Ainda ontem, foi aprovado o Prémio Nacional de Direitos Humanos, que vai distinguir, anualmente, personalidades e instituições que tenham contribuído, de forma relevante, para a protecção, promoção e

aprofundamento dos direitos humanos e da cidadania em Angola. Também foi aprovado o regulamento do prémio.

Segundo o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, o prémio decorre da Estratégia Nacional de Direitos Humanos. Estão instituídas quatro categorias, designadamente “personalidade do ano em direitos humanos”, “pesquisa científica em direitos humanos”, “acções comunitárias em direitos humanos” e “cultura da paz e cidadania em direitos humanos”.

Francisco Queiroz informou que, em função da avaliação do júri, cada uma das categorias pode ser agraciada por uma estatueta acompanhada de valor pecuniário e um certificado. O objectivo, disse, é transferir para a cidadania capacidade de se envolver mais na promoção, defesa e na fiscalização dos direitos humanos, resgatando a soberania no plano da dignidade e o poder de auto denunciar eventuais falhas e atentados aos direitos humanos.

#### Protecção à transferência de bens culturais

No domínio da Cultura, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento sobre os Procedimentos Relativos à Protecção, Exportação, Importação e transferência de Bens Culturais, diploma que estabelece as normas jurídicas que visam a protecção, exportação, importação e transferência de bens culturais nacionais.

Com a aprovação deste diploma pretende-se impedir que os bens culturais saiam do país de forma ilícita e, caso tal ocorra, garantir a sua restituição e retorno, bem como promover e proteger as obras artísticas nacionais.

Relativamente ao sector do Ambiente, o Conselho de Ministros aprovou o Programa Nacional de Qualidade Ambiental, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das populações das áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, garantindo a qualidade do ar, da água e do solo, através de acções sectoriais sinérgicas que incluam a componente ambiental nos diversos planos e programas existentes no país, promovendo a gestão sustentada dos recursos naturais e do ambiente.

Ainda ontem, o Conselho de Ministros aprovou o Programa Nacional de Normalização Ambiental, documento que visa sensibilizar e mobilizar os sectores económicos potencialmente usuários de recursos naturais e o poder público para a gestão participativa, de forma a assegurar o uso múltiplo e a preservação do ambiente no país, bem como a elaboração das normas técnicas ambientais, de

prevenção e protecção do ambiente do sector económico estratégico.

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros apreciou, para envio à Assembleia Nacional, os Projectos de Resolução que aprovam, para ratificação ou para adesão, o Acordo Multilateral sobre Coordenação dos Serviços de Salvamento Marítimo, Carta Africana de Estatística, Acordo entre Angola e Cuba sobre a Transferência de Pessoas Condenadas a Penas Privativas de Liberdade, Acordo de Cooperação entre o Governo de Angola e o Governo do Brasil em matéria de Segurança e Ordem Interna.

Ainda no âmbito da política externa, foi aprovado, para ratificação, o Memorando de Entendimento entre Angola e os Estados Unidos da América em matéria de Segurança e Ordem Pública, bem como uma Convenção sobre a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - INMARSAT e uma outra Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional. No quadro da cooperação bilateral, o Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre Angola e o Uruguai, no domínio do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e tomou conhecimento do Memorando de Entendimento entre o Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA) e a Empresa de Gestão dos Portos do Qatar (MWANIQATAR).

O Conselho de Ministros apreciou ainda, para envio à Assembleia Nacional, as Propostas de leis das Precedências e do Protocolo do Estado e a que estabelece as normas e os procedimentos sobre as precedências, assim como o protocolo nos actos e cerimónias oficiais realizados em território nacional e em representações diplomáticas e consulares de Angola no estrangeiro.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Pesca artesanal ganha centro de processamento e conserva

*Jornal Economia and Finanças*  
14 de Fevereiro de 2020

O Executivo investiu mais de 2,4 milhões de dólares norte-americanos para a construção e apetrechamento do Centro de Apoio à Pesca Artesanal do Egípto Praia, no município do Lobito, província costeira de Benguela.

Segundo a Angop, o empreendimento ocupa uma área de 1.242 metros quadrados e conta, entre outros serviços, com uma sala de processamento, tratamento e conservação de peixe, bem como dispõe de um armazém.

Em declarações à imprensa, o coordenador do projecto, Miguel Cabral, explicou que a parte da construção civil custou um milhão, oitocentos e trinta mil dólares, enquanto os equipamentos estão avaliados em 650 mil dólares.

Relativamente aos equipamentos, existe um túnel de congelação com capacidade de 10 toneladas, uma câmara frigorífica para sete toneladas e aguarda-se pela chegada e instalação de dois geradores de 100 Kva cada e dois painéis solares de 250 Kva cada.

Conseguiram emprego directo no referido Centro, 80 cidadãos, na sua maioria senhoras, sendo assinalável a obrigatoriedade do uso de equipamentos de protecção individual, composto por tocas, luvas, aventais e botas.

#### Aumento das capturas

Segundo o administrador comunal do Egípto Praia, José Manuel faria, os 188 pescadores artesanais da localidade, associados numa cooperativa, estarão mais “aliviados” e poderão aumentar os seus níveis de captura com a facilidade de aquisição de material e descarga do seu produto no Centro.

“Anteriormente, por falta de material, os pescadores eram obrigados a procurar redes, anzóis, chumbo e gelo na cidade do Lobito para conseguirem trabalhar sem muitos constrangimentos, situação que fica agora resolvida”, disse.

Por sua vez, a vice-governadora para o sector Político, Social e Económico, Deolinda

Valiangua, afirmou que este empreendimento vai melhorar as condições de vida não só dos pescadores locais, como também os do Lobito Velho, porque servirá toda aquela área pesqueira.

Questionada sobre a pesca ilegal praticada por barcos de grande porte que entram nas milhas permitidas aos pescadores artesanais, a governante revelou que o governo provincial criou recentemente uma comissão multi-sectorial para trabalhar no assunto.

“Vamos começar por licenciar os pescadores, tendo como ponto de partida a Baía Farta, e também ajudar a tratar os seus bilhetes de identidade para permitir que apenas angolanos realizem esta actividade”, sublinhou.

No país existem Centros de Apoio à Pesca Artesanal apenas nas províncias do Zaire, Bengo, Cuanza Sul e Benguela.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 527 mil milhões de kwanzas para o sector de Energia e Águas

*Jornal Economia & Finanças*

*7 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Mateus Cavumbo*

O Governo angolano apostou este ano nos sectores da Energia e Águas, Construção e Obras Públicas e Transportes, sobretudo em programas de investimentos públicos, para contribuir na reestruturação da economia nacional. Dos sectores económicos, destacam-se a de Energia e Águas, que leva um bolo orçamental para programas e investimentos no valor de 527,4 mil milhões de kwanzas.

O sector da Energia e Águas está engajado na consolidação e optimização do sector eléctrico e no desenvolvimento e consolidação do subsector das águas, sobretudo na expansão do abastecimento do precioso nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais, bem como a expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas e sedes de município.

A seguir vem construção e obras públicas com kz 316,06 mil milhões e Transportes com kz 181,4 mil milhões. Finanças e Agricultura e Florestas absorvem kz 134,9 mil milhões, sendo o primeiro 74,3 mil milhões e o segundo 60,5 mil milhões.

A Construção e Obras Públicas vira-se para a construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e no desenvolvimento da rede urbana.

Os sectores do Comércio e Turismo são os que têm menos verbas para investimentos em relação aos outros 11 sectores económicos alistados pelo Jornal de Economia & Finanças.

Os dois têm 6,5 mil milhões e 6,2 mil milhões, respectivamente. No OGE de 2020, o sector económico, que contempla Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça, Transportes, Combustíveis e Energia, Indústria Extractiva e Transformadora, assim como Construção, Comércio, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), assim como para investigação e

desenvolvimento económico, gere 690,2 mil milhões de kwanzas, contra os kz 967,9 mil milhões do orçamento de 2019.

Na fundamentação do OGE, o sector económico absorveu 11% da despesa fiscal primária e 4,3% da despesa total, o que corresponde a uma contracção de 28,7% (equivalente a kz 277,6 mil milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE anterior.

Este comportamento deve-se em grande medida à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e o fomento da iniciativa privada.

Em 2020, o Governo dará sequência às políticas que visam a restauração da estabilidade macroeconómica na qual assentará no aprofundamento da consolidação fiscal e solidificação da estabilidade macroeconómica, reanimação do sector produtivo e diversificação da economia, assim como no reforço na implementação do conteúdo sectorial do PDN 2018-2022. O Governo angolano apostou este ano nos sectores da Energia e Águas, Construção e Obras Públicas e Transportes, sobretudo em programas de investimentos públicos, para contribuir na reestruturação da economia nacional. Dos sectores económicos, destacam-se a de Energia e Águas, que leva um bolo orçamental para programas e investimentos no valor de 527,4 mil milhões de kwanzas.

O sector da Energia e Águas está engajado na consolidação e optimização do sector eléctrico e no desenvolvimento e consolidação do subsector das águas, sobretudo na expansão do abastecimento do precioso nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais, bem como a expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas e sedes de município.

A seguir vem construção e obras públicas com kz 316,06 mil milhões e Transportes com kz 181,4 mil milhões. Finanças e Agricultura e Florestas absorvem kz 134,9 mil milhões, sendo o primeiro 74,3 mil milhões e o segundo 60,5 mil milhões.

A Construção e Obras Públicas vira-se para a construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e no desenvolvimento da rede urbana.

Os sectores do Comércio e Turismo são os que têm menos verbas para investimentos em relação aos outros 11 sectores económicos alistados pelo Jornal de Economia & Finanças.

Os dois têm 6,5 mil milhões e 6,2 mil milhões, respectivamente. No OGE de 2020, o sector

económico, que contempla Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça, Transportes, Combustíveis e Energia, Indústria Extractiva e Transformadora, assim como Construção, Comércio, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), assim como para investigação e desenvolvimento económico, gere 690,2 mil milhões de kwanzas, contra os kz 967,9 mil milhões do orçamento de 2019.

Na fundamentação do OGE, o sector económico absorveu 11% da despesa fiscal primária e 4,3% da despesa total, o que corresponde a uma contracção de 28,7% (equivalente a kz 277,6 mil milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE anterior.

Este comportamento deve-se em grande medida à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e o fomento da iniciativa privada.

Em 2020, o Governo dará sequência às políticas que visam a restauração da estabilidade macroeconómica na qual assentará no aprofundamento da consolidação fiscal e solidificação da estabilidade macroeconómica, reanimação do sector produtivo e diversificação da economia, assim como no reforço na implementação do conteúdo sectorial do PDN 2018-2022.

## 4.2 Cunene regista queda contínua de receitas

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro, 2020*

*Autor: Domingos Calucipa*

As receitas fiscais e aduaneiras na província do Cunene caíram de 14.178.778.160 kwanzas em 2018 para 13.393.770.583 em 2019, com uma diferença negativa de 785.007.557, indica um relatório da Delegação Provincial das Finanças.

A nota diz que a instituição estimava arrecadar em 2019 cerca de 17 mil milhões de kwanzas, o que não foi concretizado, a exemplo de 2018, quando a estimativa apontava para as mesmas cifras.

As principais quedas de receitas verificaram-se na Direcção das Alfândegas de Santa Clara, com 10.695 milhões arrecadados contra 12.272 milhões de 2018, e no Posto Aduaneiro de Calueque, que cobrou 94.018.384 kwanzas, ao passo que no ano anterior facturou 104.457.336 kwanzas. A Repartição Fiscal do Cuanhama arrecadou 911.317.677 kwanzas, o Posto Fiscal de Santa Clara somou 85.259.260, a Repartição Fiscal de Ombadja 76.845.897, o Posto de

Atendimento Fiscal dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cidadão (SIAC) 70.869.129 kwanzas, entre outras fontes.

Com esse resultado de 2019, o sector soma a segunda queda consecutiva de receitas, depois que em 2017 havia dado sinais de recuperação, quando foram arrecadados 14.452 milhões de kwanzas, um pouco a mais dos 14.002 milhões de 2016 e 13.341 milhões de 2015.

A instituição justifica o fraco desempenho na arrecadação de receitas com a redução considerável das importações, motivada pela fraca oferta de divisas no país.

Para o ano de 2020, as Finanças na província propõem-se a alargar a base de contribuintes e aumentar a eficácia da máquina fiscal.

## 4.3 Dívida externa disparou 30% desde início da crise para 46,8 mil milhões USD

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Joaquim José Reis*

A dívida pública externa disparou 30% para 46.758 milhões USD desde o início da crise, em 2014, até ao terceiro trimestre do ano passado, período em que cada um dos 30,2 milhões de Angolanos já devia 1.548 USD ao estrangeiro, sendo que quase metade desse valor é à China, de acordo com cálculos do Expansão sobre dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

Se olharmos para o início da crise, o stock da dívida externa angolana era de 35.933 milhões USD (incluindo atrasados). Nesta altura, de acordo o Censo 2014 do Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola tinha 25,8 milhões de habitantes. Contas feitas, cada um dos angolanos 'devia' 1.393 USD ao estrangeiro. Não foi só a dívida externa que cresceu, já que a população também deu um salto para cerca de 30,2 milhões em apenas seis anos, ou seja, mais 4,4 milhões que em 2014. Assim, de acordo com cálculos do Expansão, no terceiro trimestre de 2019, cada um dos 30,2 milhões de angolanos devia 1.548 USD ao estrangeiro, um pouco acima da dívida por habitante no final de 2014, já que essa 'dívida' em 2019 é dividida por mais 4,4 milhões de nacionais.

Se por um lado a população cresceu e a dívida também, por outro, diminuiu o rendimento per capita, que na prática representa a distribuição da riqueza produzida no País por habitante. Em seis



anos, o PIB per capita caiu 46% para 3.038 USD, de acordo com cálculos do Expansão com base em dados do Fundo Monetário Internacional. Ou seja, os angolanos estão hoje mais pobres face a 2014, já que a população continua a crescer a taxas superiores ao Produto Interno Bruto. E 'estão também mais endividados.

A maior parte desta dívida é comercial, dividida entre bancos e fornecedores. A dívida à banca comercial estrangeira era, no terceiro trimestre de 2019, equivalente a 32.411 milhões USD, 69% do total da dívida externa, incluindo atrasados. Em relação a 2014, os 'kilapis' com os bancos estrangeiros dispararam 39%. Já a fornecedores, a dívida disparou 78% face ao início da crise, para 4.392 milhões USD. Quanto à dívida bilateral, ou seja, Estado a Estado, esta caiu 18% para 6.374 milhões USD no II I trimestre do ano passado. Já a multilateral, ou seja, a instituições internacionais como o FMI ou o Banco Mundial disparou 115% para 3.580 milhões USD.

A China continua a ser o principal credor de Angola, já que só ao gigante asiático 'cabe' 48% do total do stock da dívida externa angolana. Ou seja, cada angolano 'deve' 745 USD à China. De seguida surge o Reino Unido, a quem cada angolano 'deve' 287 USD. Espanha completa o pódio dos maiores credores do País, já que cada cidadão nacional lhes 'deve' 83 USD.

A dívida à China quase que duplicou entre 2014 e 2019, passando de 13.156 milhões USD para os actuais 22.355 milhões, representando um aumento de 70%.

Note-se que, face a 2018, a dívida à China até baixou 2,4%. Note-se que segundo os dados do relatório "Dívida Externa Pública por País (stock): 2012 - 2019", o I trimestre de 2017 foi o período em que Angola mais devia à China, um total de 25.530 milhões USD.

Apesar de os dados divulgados pelo BNA não indicarem quem são as entidades credoras de Angola, o prospecto apresentado aos investidores no âmbito da última emissão de eurobonds, que decorreu no final de 2019, avançava que a maior parte da dívida à China tinha como principal credor o China Development Bank (CDB), que resultou de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, celebrado em Dezembro de 2015 e que contemplava "múltiplos propósitos, incluindo o financiamento de projectos já aprovados em Angola", como para operações relacionadas com a Sonangol. Foi deste empréstimo "levantado na sua totalidade" que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou em 2016 na Sonangol para pagamento antecipado de seis financiamentos da petrolífera. Em Junho de 2019, de

acordo com o prospecto, ainda estava por pagar 14.500 milhões USD ao CDB. Contas feitas, 65% da dívida à China é a este banco de desenvolvimento. E a dívida àquele país representa 48% do total da dívida externa angolana.

De acordo com documento do BNA 'Dívida Externa Pública por Países', o Reino Unido é hoje o país onde está domiciliada a segunda maior dívida externa angolana. Deve-se, sobretudo, ao facto de ser nesta região do globo onde Angola tem colocado as suas emissões de eurobonds. Até ao período em análise, terceiro trimestre de 2019, Angola tinha colocado 5.000 milhões USD em dívida pública em moeda estrangeira. Em Novembro, esse valor aumentou para 8.000 milhões.

#### 4.4 35% das unidades orçamentais não prestaram contas em 2018

*Jornal de Angola*

*29 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Hélder Jeremias*

Sessenta e cinco por cento das unidades orçamentais submeteram, no ano passado, os relatórios de 2018 à fiscalização do Tribunal de Contas, revelou ontem, em Luanda, a juiz-presidente da instituição, um número que deixa 35 por cento dos organismos que beneficiam de dinheiro público de fora dos processos de prestação de contas.

Exalgina Gambôa discursava na abertura de uma reunião de trabalho com os órgãos de inspecção e controlo dos departamentos ministeriais e outros órgãos afins da Administração Pública, promovida pelo Tribunal de Contas.

De acordo com a juíza, até a presente data, o Tribunal de Contas analisou 688 relatórios de prestações de contas, o que está "aquém do esperado", caso se considerem os elevados investimentos canalizados na capacitação dos gestores e outras entidades, com vista ao aperfeiçoamento do seu trabalho, com realce para a necessidade de dotar os quadros de apurados níveis de interpretação e consolidação dos dados de cada exercício económico.

Exalgina Gambôa acrescentou que 54 por cento das contas analisadas "não estão em termos", quando somente 46 "estão em termos".

"Não em termos" diz respeito a todas entidades que apresentam irregularidades de natureza legal ou financeira, assim como omissões.

Entre as irregularidades mais expressivas, a juíza apontou a falta de conformidade entre os dados apresentados na prestação de contas e o resumo geral de despesa por natureza extraído do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIGPE), a execução física e financeira de contratos sem visto do Tribunal de Contas, contratos recusados ou devolvidos por irregularidades na instrução e contratos cujos pagamentos iniciais excederam os 15 por cento previstos nas regras de execução do OGE e na Lei dos Contratos Públicos.

Outras têm a ver com a aquisição de serviços e obras sem contrato por escrito, falta de registo no SIGPE dos bens patrimoniais adquiridos, inconformidades na apresentação da receita e despesa orçamental, bem como de recebimentos e pagamentos das receitas próprias.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Sobas aguardam pela lei sobre o poder tradicional

*Jornal de Angola*  
2 de Fevereiro de 2020  
Autor: Avelino Umba

Os sobas da província de Luanda aguardam pela aprovação da Lei com normas que esclarecem a sua natureza legal, competências, diploma que já se encontra no Conselho de Ministros para discussão e aprovação.

A informação foi prestada ao Jornal de Angola pelo chefe de departamento de Cultura do Governo Provincial de Luanda, Domingos Lopes, aquando da realização do IVº Encontro Provincial das Autoridades Tradicionais dos nove municípios que compõem Luanda, realizado no Marco Histórico de Kifangondo, no município de Cacuaco.

A reunião, promovida pela Associação Angolana de Autoridades Tradicionais (ASSAAT), esclareceu que, depois de aprovada pelo Conselho de Ministro, a lei que regula a actividade dos sobas vai ser remetida ao Parlamento para a sua confirmação.

Sob o lema “Autoridades tradicionais organizadas, prontas para autarquias”, o encontro teve como prelectores João Adão (Soba Grande) e o secretário das Autoridades Tradicionais de Luanda, Paulo Rodrigues (Soba Grande da Quiçama) e António Manuel Falcão (Soba Grande de Cacuaco). Serviu igualmente para a apresentação do balanço das actividades desenvolvidas no período entre 2013 e 2019.

De 2013 a 2014, constam do projecto a realização do ritual do Museu da Escravatura, da foz do rio Kwanza e do Ngana Mbangala, em Calumbo, ao passo que, de 2014 a 2015, os sobas de Luanda realizaram o ritual da Festa das Lagoas da Quiçama e da Kilunda, a participação no Censo Populacional, na Campanha do Registo Eleitoral e no processo das Eleições de 2017.

De 2017 a 2019, os sobas de Luanda participaram em todas as actividades organizadas pelos governos central, provincial, administrações municipais, distritais e comunais.

Participaram nos colóquios do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, na mobilização da população para a adesão às campanhas de vacinação e nos workshops da PGR sobre o processo de sensibilização e mobilização contra as práticas de corrupção.

Os sobas queixaram-se da falta de apoio para assistência médica e medicamentosa, transporte e instalações próprias para o desenvolvimento das suas actividades.

Estiveram presentes, na condição de convidados, o Rei do Cuando Cubango, Manuel Ndala (Muangana Vunonge VIIIº) e o Soba Grande do Cuanza Sul, Miguel Matias.

Falsas linhagens

O excesso de pessoas que não fazem parte da linhagem das autoridades tradicionais e que, por força de outros interesses se apresentam como tal, criando problemas no seio da comunidade, preocupa os sobas de Luanda.

Os sobas defendem o cadastramento das autoridades tradicionais como método para extinguir a proliferação de supostos detentores do poder tradicional nas comunidades.

O uso de fardamentos como identificação das autoridades tradicionais foi igualmente questionado. Os sobas solicitam que seja encorajado o uso de vestimentas e atavios identitários da linhagem e das respectivas circunscrições de Luanda.

### 5.2 Fundo para Autarquias baseado na realidade de cada município

*Jornal de Angola*  
8 De Fevereiro, 2020  
Autor: Adelina Inácio

A secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, esclareceu, ontem, no Parlamento, que os fundos para as autarquias locais serão atribuídos de acordo com a realidade de cada município.

Todas as autarquias não podem receber o mesmo orçamento, nem podem ter os mesmos critérios, porque há realidades autárquicas que têm mais problemas sociais, de investimento e de população”, explicou.

Aia Eza da Silva, que falava aos deputados durante o debate na especialidade da proposta de Lei que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais, afirmou que, para melhor funcionamento, as

autarquias de-vem gerar e arrecadar taxas, emolumentos, multas e outras receitas que julgarem pertinentes.

A secretária de Estado clarificou que a arrecadação de impostos é da responsabilidade do Governo Central e este, por sua vez, transfere parte para as autarquias. Já estas, acrescentou, vão ser entes autónomos e, por isso, têm a missão de arrecadar emolumentos, taxas e multas.

A responsável do Ministério das Finanças lembrou aos deputados que o Executivo tem critérios específicos para cada autarquia. “Haverá autarquias com menos rendimentos e outras com mais. Não há o perigo de todas receberem a mesma coisa e depois umas estarem em pior situação que outras”, garantiu.

A proposta de Lei discutida ontem, na especialidade, vai definir o regime financeiro das autarquias, de modo a assegurar que estejam dotadas de patrimónios autónomos e receitas próprias.

O deputado Junqueira Dala, do MPLA, mostrou-se preocupado em relação à transferência directa dos fundos do Estado num montante fixo e igual para todas as autarquias.

O deputado entende não ser favorável que a transferência de fundos seja igual para todos os municípios, tendo em conta a especificidade de cada um.

O parlamentar defendeu que as transferências devem atender às necessidades de cada autarquia, “porque haverá municípios com maiores responsabilidades e com mais população”. Sublinhou que estes “terão mais recursos do que aqueles que menos intervenção têm a nível da gestão do município”.

A deputada Idalina Valente defendeu que a proposta do regime financeiro das autarquias locais tem de obedecer às políticas públicas desenhadas para o país. Idalina Valente manifestou a preocupação em relação às transferências financeiras, receitas municipais inscritas anualmente nos orçamentos e as que vão para o Fundo das Autarquias Locais.

O presidente da comissão da Administração do Estado e Poder Local, Tomás da Silva, esclareceu que a actividade financeira das autarquias deve ser exercida com base na Constituição e na Lei. “Toda a actividade das autarquias locais deve ter como base a Constituição, a Lei do OGE e outros diplomas que se referem à actividade financeira”, salientou.

Tomás da Silva explicou que as autarquias não têm competências para criar im-posto, uma vez que é matéria reservada à Assembleia Nacional.

O deputado Raul Danda, da bancada parlamentar da UNITA, propõe uma definição justa dos recursos a serem atribuídos aos municípios. Para o deputado, o critério de número de habitantes pode ajudar o Executivo a fazer uma distribuição mais justa.

### 5.3 Eleições Atarquicas serão marcadas no tempo certo

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Arão Martins*

O secretário do Bureau Político do MPLA para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Mário Pinto de Andrade, afirmou, no Lubango, que as eleições autárquicas deverão ser convocadas e realizadas dentro do tempo determinado pelos órgãos competentes e não vê motivos da pressão que está a ser feita pela oposição.

Mário Pinto de Andrade, que falava no sábado durante um acto político de massas, em apoio às reformas políticas, económicas e sociais em curso no país, disse que o MPLA tem o compromisso de realizar as eleições autárquicas e ge-raís, mas a sua convocação deve ocorrer dentro dos “timings” determinados pelos órgãos competentes.

O político esclareceu que as primeiras eleições autárquicas vão ser realizadas dentro do tempo que for determinado, já que primeiro o Parlamento tem que aprovar todo o pacote legislativo.

“O que acontece é que a oposição, fundamentalmente a UNITA, está nervosa, porque nunca ganharam nada nesses 45 anos da nossa Independência”, disse Mário Pinto de Andrade, para quem a oposição não marca a agenda política. “Quem marca a agenda política no país é o partido que está no poder e não a UNITA, nem tão pouco o seu presidente”.

O dirigente do partido no poder disse ainda que a UNITA não pode fazer ameaças porque “quem manda em Angola e quem tem o mandato para governar no país é o MPLA”. “Eles podem ficar mais nervosos, mas vão ter que esperar o tempo certo para haver as eleições autárquicas no país”, afirmou.

Mário Pinto de Andrade garantiu que o MPLA não tem medo das eleições com vista à implantação do Poder Local. “Um partido que ga-nhou todas eleições e nas últimas venceu em mais de 150 municípios, é impossível ter medo das eleições autárquicas, porque o povo teve confiança e votou sempre no MPLA”, esclareceu.

O também deputado de-fendeu maior vigilância dos militantes, simpatizantes e amigos do MPLA e a população em geral, e espera que estes continuem a apoiar as reformas políticas, económicas e sociais que estão a ser operadas pelo Governo do MPLA.

#### Moralização da sociedade

Mário Pinto de Andrade reconheceu que a forte aposta na moralização da sociedade angolana está a reflectir-se, também, na melhoria da prestação dos serviços públicos, através da inibição de práticas indecorosas, como a corrupção.

O Executivo liderado pelo Presidente João Lourenço, disse, tem um mandato muito claro: de combater todos os males que impedem o desenvolvimento do país, relançar a economia e prosperidade para todos os angolanos. Para tal, urge corrigir o que está mal e melhorar o que está bem, defendeu.

“O Presidente João Lourenço elegeu o combate à corrupção, à bajulação e ao nepotismo como uma das suas principais bandeiras de luta. No princípio, houve os que não acreditaram e duvidavam com essa palavra de ordem. Mas hoje, vêem que está a ser cumprida”, afirmou.

Refutou igualmente aqueles que dizem que o combate à corrupção tem apenas como alvos os desfavorecidos, os tipos na gíria popular como “peixe miúdo”. “Muitos pensavam que só as pessoas que roubam uma galinha é que seriam punidos, mas estavam enganados, porque o combate à corrupção é tão sério que já atingiu todos os níveis da esfera política, económica e social do nosso país. O punga, a garoupa, o leão e o elefante também estão a ser caçados”, ironizou.

Antes da Huíla, Mário Pinto de Andrade esteve no Huambo na qualidade de coordenador do grupo de acompanhamento para aquela província.

## 5.4 Autarquias têm regime aprovado

*Jornal Economia & Finanças*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Edições Novembro*

Responsáveis e agentes administrativos das autarquias serão responsabilizados disciplinar, civil e criminalmente por actos de violação das normas de execução orçamental, no âmbito da Lei do Regime Financeiro das Autarquias aprovada hoje (quinta-feira), em definitivo, pelo Parlamento.

O diploma legal, aprovado por unanimidade (148 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção),

resulta da fusão das propostas do Executivo e da UNITA, partido na oposição.

A Lei define, também, que a realização de despesas não escritas no orçamento ou que excedam as dotações orçamentais e a aplicação destas para fim diferente do autorizado, será sancionada com o reembolso ao Estado, mediante descontos nos salários mensais dos responsáveis pela despesa.

A execução orçamental da despesa, segundo o Diploma, deverá observar, sucessivamente, as etapas de cabimentação, de liquidação e de pagamento.

Para o efeito, a estampa de cabimentação deverá ser precedida da geração do processo patrimonial, para as categorias de bens móveis (veículos), imóveis nos domínios público e privado, bem como activos intangíveis.

Na sua declaração de voto, o deputado Tomás da Silva, do MPLA, felicitou os que contribuíram para o sucesso deste projecto comum.

Por via desta Lei, disse, Angola reforça a sua integração entre os países que aderiram aos princípios da autonomia e democracia local. O Executivo e os deputados compreenderam, definitivamente, que não há autarquias locais verdadeiras sem uma autonomia financeira administrativa.

## 5.5 Mulheres são encorajadas a concorrer como autarcas

*Jornal de Angola*

*27 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Yara Simão*

A secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge, encorajou as mulheres a participarem activamente nas primeiras eleições autárquicas do país, concorrendo para autarcas.

Ruth Mixinge, que falava ao Jornal de Angola depois de discursar na cerimónia de abertura de um workshop sobre a participação das mulheres nas autarquias, defendeu que as mulheres participem em massa nas autárquicas previstas para este ano e ganhem em, pelo menos, 50 por cento dos 164 municípios do país. A secretária de Estado considerou que a mulher tem, igualmente, toda a legitimidade de participar em todos os processos inerentes à implementação das autarquias, que constitui, actualmente, um dos grandes desafios da governação angolana. De resto, Ruth Mixinge considerou o princípio da igualdade e não discriminação como um

dos pilares fundamentais da Constituição da República.

A mulher, disse, tem o direito de exercer vários papéis neste processo, com realce nas eleições autárquicas, em que também tem capacidade eleitoral activa. “A mulher angolana sempre desempenhou um papel importante no processo da luta de libertação, na conquista da paz, na estabilidade das famílias e consolidação da coesão social”, lembrou Ruth Mixinge, para quem é crucial o engajamento da mulher nos sectores da Educação, Saúde, Acção Social, Combate à Pobreza, Agricultura, Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros.

O evento foi organizado pela Rede Mulher Angola (RMA), cuja directora-geral, Júlia Ornelas, explicou que o objectivo do encontro foi de enquadrar as mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, no âmbito da igualdade do género, bem como influenciar os partidos políticos a nomearem o maior número de mulheres para a lista de governação a todos os níveis, durante as autarquias e eleições legislativas.

Júlia Ornelas informou que a RMA, em parceria com o Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher (Masfamu), no quadro das suas competências executivas e programáticas, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pretendem alavancar a acção nacional de sensibilização da convenção de todas as formas de discriminação contra a mulher, ratificado por Angola em Setembro de 1986.

A directora-geral da RMA defendeu que as mulheres se unam na luta pelos seus direitos - também constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento -, com vista à mudança de paradigma, tendo em conta que elas constituem a maioria da população (52 por cento). Lamentou o facto de, na governação, serem os homens a maioria quase absoluta.

Participaram no encontro a ministra da Juventude e Desportos, a segunda secretária-geral da OMA, deputadas, representantes de partidos políticos, representante das Nações Unidas, do Reino Unido e da sociedade civil.

## 5.6 Autarquia Pacote legislativo «da discórdia) ainda sem data à vista

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Nok Nogueira*

A Assembleia Nacional agendou para a Abril do corrente a discussão de mais três propostas de leis ligadas ao pacote legislativo das Autarquias Locais. Contudo, de fora, ou pelo menos, sem conhecer ainda uma data para o início dos debates na especialidade, continua a proposta de Lei da Institucionalização, que colocou MPLA e os outros partidos com assento parlamentar em posições opostas.

A discussão à volta do gradualismo funcional e geográfico o primeiro defendido pela oposição e o segundo pelo MPLA continua a ser o grande tema de discórdia e o não agendamento desta referida proposta ainda dentro do primeiro trimestre é um claro sinal de que o assunto vai continuar a dividir posições.

O artigo 242.º da Constituição da República de 2010 prevê a institucionalização efectiva das autarquias locais através do princípio do gradualismo, sem no entanto especificar a natureza do gradualismo.

O MPLA desde o princípio do debate que definiu uma posição da qual não parece querer abdicar: um modelo baseado no gradualismo territorial ou geográfico, numa fase experimental, cujos critérios de selecção dos municípios será feito pela Assembleia Nacional, com uma lei própria a ser criada para o efeito. Assim se posicionou o Bureu Político em Maio de 2018.

A oposição com assento parlamentar, por seu turno, apega-se à omissão da natureza do gradualismo para também marcar os seus argumentos e propõe um debate que privilegia um gradualismo do tipo funcional.

Em Maio, aquando da realização da sua 4.ª sessão extraordinária, o Bureau Político do MPLA recomendou uma "rápida discussão e a adopção da legislação de suporte à realização de eleições autárquicas, por ser uma das tarefas que consta da agenda política do MPLA para 2018" e que deveria ser materializada, através do grupo parlamentar do partido, durante aquele ano.

Para a semana, o Parlamento agendou o debate na generalidade da proposta de lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, o que deverá levar a que os trabalhos se arrastem na especialidade no mês seguinte, quando mais três propostas estarão sobre a mesa de debate.

Os deputados vão debruçar-se, em Abril, sobre a proposta de Lei sobre os símbolos sobre as Autarquias Locais, a Proposta de Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Inter-Autárquica e a Proposta de Lei sobre o Regime de Formulário dos Actos das Autarquias Locais.

O Novo Jornal recupera algumas posições defendidas por especialistas desde que se trouxe o debate sobre a mesa. Uma destas posições foi defendida pelo jurista Eurico Bongue, que defende a institucionalização das autarquias pela via do gradualismo territorial, por entender que "existem muitos municípios que nada produzem"

"Temos que ter seriedade na implementação desse processo, pois, depois não podemos recuar. Se o município não gera rendimento, não tem condições de ser uma autarquia, pois vai continuar a depender financeiramente do Estado, como acontece com as administrações municipais actualmente", argumentou.

Segundo Eurico Bongue, que falava à Angop, o autarca não vai depender do governo provincial, mas será fiscalizado por ele, visto que as verbas serão oriundas das taxas e impostos dos cidadãos numa determinada circunscrição.

Numa abordagem sobre o assunto no portal Maka Angola, o jurista Rui Verde chegou a referir-se sobre o assunto nos seguintes termos:

1"Acrescer a esta nebulosidade autárquica, temos o famoso princípio do gradualismo, introduzido pelo artigo 242.0 da CRA. A redacção do artigo é a seguinte:

'A institucionalização efectiva das autarquias locais obedece ao princípio do gradualismo.

2. Os órgãos competentes do Estado determinam por lei a oportunidade da sua criação, o alargamento gradual das suas atribuições, o doseamento da tutela

de mérito e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais.'

O nº 1 do artigo diz-nos, apenas, que a existência real das autarquias locais obedece ao "princípio do gradualismo". O nº 2 define o que é esse princípio. Assim, poderemos afirmar que, em termos constitucionais, o gradualismo se decompõe em quatro elementos: i) a oportunidade de criação das autarquias; ii) o alargamento gradual das suas atribuições; iii) o doseamento da tutela de mérito; iv) a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais

O gradualismo é isto, nem mais, nem menos. É um conceito jurídico-constitucional que foi explicitado pelo legislador constitucional atempadamente. Se consultarmos um dicionário, encontraremos outras definições de gradualismo, e o mesmo acontece se recorrermos ao Direito comparado. Contudo, em Angola, a Constituição densifica o que é o gradualismo, e compete à lei (como em tudo o que se refere às autarquias) a concretização dos elementos do gradualismo."

## 5.7 Cuanhama recebe verba para projectos do PIIM

*Jornal de Angola*

*28 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Elautério Silípuleni*

O município do Cuanhama, província do Cunene, recebeu 179 milhões de kwanzas para implementação de oito projectos ligados às esferas económica e social, inscritos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), anunciou ontem, à imprensa, o administrador municipal.

Eugénio Ndamenapoy disse que vão ser construídos, com este montante, a partir da próxima semana, várias infra-estruturas hospitalares, concretamente centro de saúde, dois postos médicos, depósito de medicamentos, entre outros empreendimentos nas localidades de Ondjiva, Môngua, Evale, Nehone, Oshimolo e Bulunganga. "Os cadernos de encargos já foram vendidos às empresas que venceram os concursos públicos para execução destas obras no município", sublinhou o responsável.

Eugénio Ndamenapoy disse que os empreiteiros destas obras serão obrigadas a cumprir rigorosamente com os contratos, caso contrário serão responsabilizados "Não vamos aceitar que haja desculpas para justificar os atrasos das obras, pois todas as condições estão criadas. Já advertimos os

empregados de que se não concluírem os trabalhos no tempo previsto serão responsabilizados”, informou.

O administrador municipal de Cuanhama fez saber que estão a informar a população local sobre os projectos em carteira, as dificuldades para a execução física, a qualidade técnica, o tempo de duração das obras e a envolvimento financeira para que estejam a par e passo dos trabalhos e possam também fiscalizar, como está programado nos regulamentos do PIIM.

“A Administração Municipal do Cuanhama tem realizado acções neste domínio, no âmbito da transparência e combate à corrupção, aliás a implementação do PIIM tem de ser fiscalizada também pelos munícipes”, frisou.

## 5.8 MPLA analisa estratégia para as autárquicas

*Jornal de Angola*

*28 de Fevereiro de 2020*

O Secretariado do Bureau Político do MPLA analisou ontem, com os primeiros secretários provinciais, o fortalecimento do papel das organizações sociais do partido e o processo de implementação da estratégia eleitoral autárquica.

A reunião, orientada pela vice-presidente do partido, Luísa Damião, fez uma avaliação pragmática do estado actual do património do MPLA e das contribuições dos militantes, dirigentes e quadros.

De acordo com o comunicado distribuído à imprensa, o aperfeiçoamento da máquina organizativa e mobilizadora do partido, bem como os mecanismos de comunicação das estruturas do MPLA a todos os níveis, tendo em conta os desafios políticos e eleitorais, esteve igualmente em análise na reunião com os primeiros secretários provinciais, a segunda do género.

Os participantes encorajaram o Presidente João Lourenço e o Executivo a prosseguirem com o processo de mudanças em curso no país, com vista ao desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das famílias angolanas.

O encontro surgiu da necessidade de concertação de ideias e pontos de vista sobre questões importantes da vida interna do partido. O MPLA venceu as últimas eleições gerais com mais de 60 por cento dos votos, tendo conquistado 150 dos 220 assentos da Assembleia Nacional.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Sete fábricas podem fechar por violação de leis laborais

*Jornal de Angola*

*2 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Carlos Paulino*

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) no Cuando Cubango anunciou, sexta-feira, a iminência do encerramento de sete fábricas de blocos instaladas ao redor de Menongue se, no prazo de 15 dias, não melhorarem os salários e as condições de alimentação, bem como se não comprarem equipamentos de protecção para a prevenção de doenças profissionais entre os funcionários.

O chefe de secção de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da IGT no Cuando Cubango, Martins Livimba, revelou que uma equipa multisectorial realizou visitas surpresas às sete unidades fabris, no seguimento de uma reportagem publicada no *Jornal de Angola*, edição do dia 28 de Janeiro, passando multas e dando o prazo de 15 dias para a aplicação das melhorias, depois de ter confirmado as irregularidades.

As equipas, constituídas por funcionários da IGT, Inspeção da Saúde, Serviços de Migração e Estrangeiro (SME) e de Investigação Criminal (SIC), constataram as denúncias feitas pelos trabalhadores por intermédio desse jornal, considerando que, na realidade, os trabalhadores eram utilizados como verdadeiros escravos.

Martins Livimba explicou que as melhorias devem ser introduzidas até ao fim dos 15 dias posteriores a 29 de Janeiro e que, devido à multiplicidade e à gravidade das irregularidades, as multas aplicadas às sete fábricas são avultadas.

Aquelas unidades, realçou, têm violado, principalmente, o artigo 14º do Decreto 31/94, de 5 de Agosto, que dá aos funcionários o direito de trabalhar num ambiente seguro e higiénico e receber gratuitamente os equipamentos de protecção individual para a prevenção de doenças profissionais, com realce para uniformes de trabalho, botas, capacetes, luvas e máscaras, para evitarem a inalação de poeiras e substâncias químicas.

Despedidos por doença

“Infelizmente os responsáveis destas fábricas de blocos, que são de nacionalidade chinesa, ignoram esta lei e não têm fornecido os equipamentos, nem alimento saudável e salário digno para o trabalho que realizam. Por este facto, muitos trabalhadores têm contraído doenças respiratórias agudas ou tuberculose, diarreicas, anémicas, auditivas, febre tifóide, entre outras”, disse.

Segundo o inspetor da IGT, a alimentação é sempre arroz ou funje de milho com sardinha, sem óleo, cebola e tomate, ou seja, os empregados beneficiam de uma refeição de baixo valor nutricional, que não compensa o trabalho esforçado que realizam todos os dias das 6H00 às 18H00 e estão propensos a contraírem tuberculose ou anemia severa.

Martins Livimba salientou que, outra situação preocupante, é que muitos trabalhadores que contraem tuberculose, são despedidos compulsivamente e nem sequer são indemnizados pelo tempo de serviço prestado ou apoio material para o tratamento da enfermidade.

“A entidade empregadora que não tiver capacidade de fornecer os equipamentos de protecção para doenças profissionais, será encerrada, porque não está em condições de velar pelas condições de saúde e higiene dos trabalhadores”, advertiu, acrescentando que os trabalhadores não podem servir em locais com o risco de perderem a vida, conforme acontece nas sete fábricas de blocos que operam em Menongue.

O chefe de secção de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho garantiu que, a partir de agora, as entidades empregadoras que não cumprirem o que está estipulado no artigo 14º do Decreto 31/94, serão punidas com multas avultadas e verão, também, as empresas encerradas até regularizarem a situação.

A IGT do Cuando Cubango tem registo de 141 funcionários que trabalham nas sete fábricas de blocos de Menongue, os quais, na maioria, já foram vítimas de maus-tratos por parte dos empregadores chineses.

Martins Livimba acrescentou que os responsáveis das fábricas de blocos estão, a partir de agora, obrigados a levar os trabalhadores a realizarem exames médicos antes do processo de admissão e demissão, além de que testes gerais devem ser feitos com periodicidade trimestral.

## 6.2 Terminaram inscrições para as casas no Zango 5

*Jornal de Angola*

*6 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Victorino Joaquim*

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação não forneceu, instado pelo Jornal de Angola, os números obtidos até à tarde de ontem nas inscrições para a aquisição de habitações na centralidade do Zango 5, em Luanda, um processo que encerrou às 23h59 de ontem.

Os últimos números obtidos pelo nosso jornal são relativos à sexta-feira, quando, a meio do dia, haviam 135 mil inscritos para 2.390 habitações, um rácio de 56 candidatos por casa, com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação a declarar, naquele dia, a manutenção do processo de inscrições até ao final, para que o maior número possível de cidadãos dispusesse da oportunidade de concorrer.

O Ministério anunciou uma conferência de imprensa consagrada à fase de inscrições para sexta-feira, na qual revela o número total de inscritos e se pronuncia sobre as acções preconizadas para a realização de um de sorteio das candidaturas submetidas e aceites.

O sorteio é público e realizado por uma entidade independente credenciada pelo Instituto de Supervisão de Jogos, afecto ao Ministério das Finanças, com base em critérios aleatórios e amparados por um dispositivo em que estarão inseridos todos os números das candidaturas.

Os candidatos que forem sorteados serão notificados por SMS ou e-mail para preparação das condições de realização da entrevista, assinatura do contrato, pagamento da primeira prestação e recepção da casa. A previsão de conclusão de todo esse processo é de 30 a 60 dias contados a partir de hoje.

No Zango 5, estão disponíveis para a venda livre 320 vivendas T3 isoladas, 452 vivendas geminadas e 1.618 apartamentos, colocados para sorteio nas modalidades de arrendamento urbano, compra em propriedade resolúvel e pronto pagamento.

## 6.3 Fundo Habitacional pode apresentar hoje balanço

*Jornal Economia & Finanças*

*7 De Fevereiro de 2020*

*Autor: André Sibi*

Mais de 115 mil cidadãos tentam a sua sorte nas 2.390 residências entre apartamentos e vivendas que estão disponíveis para "venda livre", na centralidade do Zango 5, em Luanda, cujas candidaturas foram abertas no dia 27 de Janeiro e que terminaram a 5 de Fevereiro.

Segundo uma fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, hoje, "sexta-feira, será feito o balanço do processo das candidaturas.

O início do processo de candidaturas via internet para compra de casas no Zango 5 ficou marcado por constantes falhas no site de candidaturas da Imogestin, tendo causado inúmeros problemas por parte dos concorrentes.

Os principais constrangimentos vividos pelos cidadãos que desde as primeiras horas do dia 27 de Janeiro tentaram a sorte para a aquisição de uma casa na centralidade do Zango 5 constavam a escolha da tipologia de habitação, projecto habitacional, selecção do município de residência e erro no momento de envio das candidaturas.

Na centralidade foram construídas 7.964 unidades habitacionais das quais 40 por cento já foram comercializadas para a Função Pública e 30 para as grandes empresas públicas e privadas.

As casas que serão comercializadas a pessoas singulares, denominada "venda livre" que corresponde a 30 por cento. Casas disponíveis Para esta fase, estão disponíveis 2.390 habitações das quais 320 vivendas T3 isoladas, 452 vivendas geminadas e mil 618 apartamentos, distribuídos em três modalidades, designadamente, arrendamento urbano, propriedade resolúvel e pronto pagamento.

A modalidade de arrendamento urbano reserva mil 939 residências, sendo 134 vivendas 13 isoladas, 302 vivendas geminadas e mil 503 apartamentos.

Para propriedade resolúvel, estão disponíveis 411 casas (146 vivendas T3 isoladas, 150 vivendas geminadas e 115 apartamentos).

Na modalidade de pronto pagamento estão apenas disponíveis 40 vivendas isoladas.

## 6.4 Mais de 145 mil candidatos 'batem-se' por 2390 habitações

*Jornal Expansão*

*7 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Faustino Diogo*

Até às 22h de quarta-feira, mais de 145 mil pessoas candidataram-se à compra ou arrendamento das 2390 habitações disponíveis na centralidade do Zango 5 e aguardam pela divulgação oficial da validação das suas candidaturas, que acontece esta sexta-feira, de acordo com o Secretário de Estado para a Habitação,

Joaquim Silvestre, que falava no passado dia 21 de Janeiro, durante a apresentação do portal de candidaturas, garantiu que no dia 7 de Fevereiro serão divulgados o número total de candidaturas aceites, as validadas e as inválidas.

Na altura, o responsável avançou que "as candidaturas terminavam no dia 5 de Fevereiro e no dia 7 seriam divulgados os dados finais", desta primeira fase. Ou seja, os cidadãos ficarão a saber quem está legível para a fase seguinte.

A venda efectiva das habitações será feita por sorteio entre as candidaturas elegíveis depois da verificação. De acordo com as autoridades esta foi a modalidade encontrada para conferir mais confiança ao processo, que espera receber um número de candidaturas acima dos imóveis disponíveis.

"Os candidatos elegíveis irão passar por um processo de sorteio. Queremos evitar constrangimentos e suspeitas de favorecimento. Poderão inscrever-se mais pessoas do que as habitações disponíveis, o sorteio é que vai ditar quem é o feliz contemplado, a candidatura não garante por si só a aquisição da habitação", esclareceu Joaquim Silvestre.

O sorteio público vai ser realizado por uma entidade independente credenciada pelo Instituto de Supervisão de Jogos do Ministério das Finanças e acontecerá até 15 dias depois do encerramento das candidaturas.

Os candidatos contemplados no sorteio serão notificados por SMS ou email, com previsão de entrega das chaves entre 60 a 90 dias depois do sorteio

À disposição dos candidatos estão apenas disponíveis 2390 imóveis, entre apartamentos e vivendas, destes, 1939 serão destinados ao arrendamento urbano, que pela primeira vez entra nas contas dos projectos habitacionais do Estado. Para a venda estão apenas disponíveis 451 unidades habitacionais.

## 6.5 Mais de 157 mil inscritos para as casas no Zango 5

*Jornal de Angola*

*8 De Fevereiro, 2020*

*Autor: Victorino Joaquim*

O secretário de Estado para a Habitação revelou que 157.431 populares foram pré-seleccionados para a compra de 2.390 casas no Zango 5, numa conferência de imprensa realizada ontem, em Luanda, para divulgar os resultados das inscrições que decorreram entre 27 de Janeiro e 5 de Fevereiro.

Joaquim Silvestre declarou que o número de candidatos apurado foi deduzido dos 505.921 utilizadores que acederam ao Portal de Imocandidaturas naquele período, com as exclusões devidas ao facto de alguns já terem habitações compradas ao Estado, aos que optaram por efectuar duas inscrições e à ausência de documentos de suporte.

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, adiantou o secretário de Estado, está agora a projectar o sorteio com o das telecomunicações e Tecnologias de Informação e o Instituto de Supervisão de Jogos, afecto ao Ministério das Finanças, para estabelecer os parâmetros da selecção definitiva.

"Neste momento, estamos a trabalhar com o Instituto de Supervisão de Jogos, afecto ao Ministério das Finanças, e com o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, no sentido de nos ajudarem na realização do sorteio", afirmou Joaquim Silvestre. A ideia é a de que o sorteio decorra em condições verificáveis de transparência, para o que concorre o estabelecimento de um local e hora apropriados, estando sobre a mesa a proposta de que se realize num estádio de futebol como os Coqueiros ou nas instalações de um dos órgãos de Comunicação Social, com transmissão directa, para o que está apontada a TPA.

Joaquim Silvestre insistiu no cumprimento rigoroso dos critérios e condições de elegibilidade à compra daquelas habitações, chamando a atenção para o processo de depuração previsto. "Mesmo que tenha passado pelo sorteio, se não cumprir com o

recomendado a partir da fase inicial deste processo, estes (os que não forem elegíveis) poderão ser excluídos”, advertiu o secretário de Estado.

Lembrou que os candidatos que forem sorteados serão notificados por SMS ou e-mail para preparação das condições de realização da entrevista, assinatura do contrato, pagamento da primeira prestação e recepção da casa.

#### Perfil das candidaturas

Ao lado de responsáveis do pelouro e da empresa de intermediação imobiliária Imogestin, Joaquim Silvestre apresentou aos jornalistas o balanço do portal de venda livre de habitações, indicando que foram submetidas 6.755 candidaturas para modalidade de arrendamento urbano e para as vivendas T3 isoladas, enquanto que para as vivendas T3 geminadas foram apresentadas 1.144 e para os apartamentos T3, 4.448. Para esta modalidade, está disponível um total de 1.939 habitações.

Na modalidade de renda resolúvel, foram apresentadas 39.515 candidaturas às vivendas T3 isoladas, enquanto as vivendas T3 geminadas absorveram 21.928 candidaturas e os apartamentos T3 tiveram 87.504, perfazendo 148.947 candidaturas para as 411 habitações disponíveis.

Já a modalidade de pronto pagamento conta com uma disponibilidade de 40 vivendas T3 isoladas, para o que houve um registo de 17,2 mil candidaturas.

Por grupo de clientes, os funcionários da função pública foram os que mais candidaturas apresentaram, com 68.616, diante dos funcionários das grandes empresas, que foram os que o menor número de candidaturas apresentaram, com 25.237.

As inscrições partiram de 100.169 homens e 57.262 mulheres, pouco mais de 80 mil dos quais com idades compreendidas entre os 30 e 40 anos. Com idades inferiores a 30 anos, contaram-se 33.891 candidatos.

As candidaturas, além de Angola, foram submetidas de quase todo o mundo, incluindo da América do Norte e do Sul, de toda a Europa, da Ásia, de países de África e da Austrália.

## 6.6 Ministra apresenta estratégia de urbanização e habitação

*Jornal de Angola*  
*8 De Fevereiro de 2020*

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, procedeu, ontem, em Addis Abeba

(Etiópia), à apresentação do programa e da estratégia nacional de urbanização e habitação em execução no país.

A governante, na qualidade de oradora principal da conferência sobre “As realidades urbanas africanas: melhores cidades para um continente com mais integração e paz”, uma iniciativa da Nova Parceria para o Desenvolvimento dos Estados Africanos (NEPAD), afirmou que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2028/2022 contém a estratégia de desenvolvimento urbano, social, económico e territorial.

Indicou que a estratégia de desenvolvimento urbano ocupa um lugar prioritário na agenda do Executivo, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida das populações.

De acordo com Carolina Cerqueira, que deu como exemplo o facto de estar em execução nas principais cidades angolanas a construção de aglomerados urbanos habitacionais (centralidades), o país tem registado um aumento de acções ligadas ao processo de urbanização e a melhoria dos serviços sociais básicos ao dispor das comunidades.

Informou que a intenção é garantir a inclusão, integração, melhor mobilidade de pessoas e bens e a concentração de serviços de saúde, educação, saneamento básico, vias de acesso e melhores infraestruturas habitacionais.

Carolina Cerqueira destacou o facto de a execução da estratégia contar com a participação de instituições públicas, do sector privado e da sociedade civil, como forma de garantir um desenvolvimento sustentável, a paz social e a resiliência face aos desastres naturais e ecológicos.

A governante deu a conhecer o programa de emergência que Angola desenvolveu para fazer face à seca que atingiu a região sul/sudoeste do país, com a edificação de projectos estruturantes nos domínios das águas (barragens e respectivos canais adutores).

A ministra, que se encontra na Etiópia a convite da União Africana (UA), manifestou o engajamento do Governo na melhoria das condições sociais básicas. A governante angolana fez também referência ao aumento da população urbana em África, que, em seu entender, requer dos decisores políticas realistas que possam responder ao ritmo rápido das dinâmicas da urbanização. Apontou que a nível africano, existem 222 grandes cidades com mais de 300 mil habitantes e 724 aglomerados com mais de um milhão de habitantes. Em Angola, apontou, a cidade de Luanda

(capital do país) é a que mais tem crescido, contando actualmente com mais de 10 milhões de habitantes.

Ainda ontem, Carolina Cerqueira participou no debate sobre “Economia azul: o seu papel no desenvolvimento comunitário, na defesa do ambiente, prevenção contra desastres e utilização dos recursos”, numa promoção da representação marroquina.

## 6.7 Metro de superfície de Luanda começa a ser construído este ano

*Jornal de Angola*

*Autor: João Dias*

*8 De Fevereiro, 2020*

A empresa alemã Siemens Mobility vai construir, a partir deste ano, o Metro de Superfície de Luanda, no âmbito de uma Parceria Público-Privada. O memorando de entendimento, que dará suporte à construção do Metro de Superfície, foi assinado ontem, em Luanda, pelo director executivo da empresa, Michael Peter, e o ministro dos Transportes de Angola, Ricardo D’Abreu, no quadro da visita que a Chanceler alemã, Angela Merkel, efectuou ao país.

De acordo com o ministro dos Transportes, o Metro de Superfície deverá custar três mil milhões de dólares. Ricardo D’Abreu esclareceu que Angola terá uma participação na ordem dos 30 por cento, cabendo a outra parte aos agentes privados interessados em participar no projecto.

O ministro disse que uma vez assinado o acordo, começa o trabalho nas diferentes etapas do projecto, quer do ponto de vista nacional, quer internacional. “A intenção é que o projecto arranque o mais rápido possível, este ano, para facilitar a vida dos cidadãos”, referiu.

Sobre as linhas de crédito, Ricardo D’Abreu sublinhou que estão bem definidas, a nível macro, e que a primeira fase já está bastante desenvolvida.

A linha do Metro de Superfície vai ter uma extensão de 149 quilómetros. Vai cobrir os eixos principais de Luanda, isto é, do Porto de Luanda a Cacucaco, Avenida Fidel Castro Ruz-Benfica, Porto de Luanda-Largo da Independência e Cidade do Kilamba-Largo da Independência.

Além do Metro de Superfície, o Plano Director de Luanda, já aprovado pelo Executivo, prevê também dois sistemas de metro de superfície, designadamente

o Bus Rapid Transit (BRT) e o Veículo Rápido sobre Trilhos (carris), abreviadamente VLT.

O primeiro é utilizado para sistemas de transporte urbano com autocarros, que são alvo de consideráveis melhorias na infra-estrutura, nos veículos e nas medidas operacionais que resultam em qualidade de serviço mais atractiva.

Ontem, foram assinados também um Memorando de Entendimento nos domínios dos transportes aéreos, energia e um outro para a reabilitação das Estradas Nacionais 295 (Xangongo-Calueque) e 140 (Cuito-Andulo), além de um acordo financeiro e outro sobre a construção pela Voith de um centro de formação.

No Salão Nobre do Palácio Presidencial, depois das conversações oficiais entre o Presidente da República, João Lourenço, e a Chanceler alemã, Angela Merkel, foi assinado pelo ministro dos Transportes, Ricardo D’Abreu, e pelo embaixador da Alemanha em Angola, Dirk Lock, um acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo.

Além deste acordo, foi também assinado um outro para formação profissional entre o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos e o Instituto dos Serviços alemão para Intercâmbio Académico e Formação Profissional.

### Gestão de Portos e Caminhos-de-ferro

Na sua intervenção, no Palácio da Cidade Alta, antes da assinatura dos Acordos, João Lourenço afirmou que a concessão para gestão dos principais caminhos-de-ferro e portos existentes, com realce para o CFB, com vista a rentabilizar o tráfego internacional de mineiros, mercadorias e passageiros dos países encravados, constitui um grande desafio para os investidores alemães do ramo dos transportes.

O Chefe de Estado falou do interesse do Executivo em estabelecer com a Alemanha programas de assistência em matéria de promoção e capacitação de quadros, de investigação e cooperação científica nos sectores da agricultura e florestas, pescas, educação, formação profissional e saúde.

O Presidente da República sublinhou que o país tem um grande interesse em aprofundar e ampliar a cooperação com as instituições financeiras e bancárias alemãs, com o propósito de assegurar os financiamentos necessários para o desenvolvimento dos sectores do gás, energia e águas, infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias num regime de parceria públi-co-privada.

No domínio da cooperação financeira, a Alemanha disponibilizou um financiamento no valor de 1,06 mil milhões de dólares destinados à aquisição de equipamentos eletromecânicos para apetrechar turbinas da central hidroelétrica de Caculo Cabaça.

“Gostaríamos de ver o envolvimento de empresas alemãs na construção de outras centrais hidroelétricas de grande porte, como o empreendimento binacional de Banje, no Rio Cunene, para servir Angola e a Namíbia, e também na produção de energia solar nas zonas mais remotas do país”.

No rol de interesses de Angola, o estadista angolano quer o apoio alemão para a expansão e modernização da rede elétrica das cidades de Moçâmedes e Tômbwa e a interligação de ambas, a construção de uma unidade de produção de vacinas e um laboratório de pesquisa animal, bem como a construção da fábrica do papel-moeda e documentos de alta segurança.

O Presidente da República manifestou, também, o desejo de ver a Alemanha a ajudar a equipar a Marinha Nacional, no quadro da vigilância e segurança marítimas das águas nacionais e do Golfo da Guiné. “Equipar um ramo das Forças Armadas custa caro. Se houver interesse da Alemanha e financiamento, vamos continuar a trabalhar com o fabricante, mas também com o Estado”.

Ontem, o Presidente da República anunciou que a empresa alemã Voith vai oferecer uma Academia e construir a mini-hídrica do Cuemba. Tudo isso, disse, a título gratuito, sem custos. No âmbito do investimento privado, está prevista a instalação de uma linha de montagem da Volkswagen no país.

#### Congelamento de bens

Durante a conferência de imprensa, João Lourenço falou do congelamento de bens adquiridos ilicitamente, sublinhando a necessidade de recuperar os activos que foram retirados indevidamente do país.

Quanto às reformas em curso no país, o Chefe de Estado garantiu que vão continuar, acrescentando que há ainda muito por fazer.

#### Angela Merkel elogia reformas em curso no país

No Palácio Presidencial da Cidade Alta, a Chanceler alemã assegurou que o seu país quer contribuir para o desenvolvimento de Angola. “Seremos um bom parceiro para Angola e juntos vamos atingir um novo capítulo da nossa cooperação”.

Angela Merkel elogiou as reformas em curso no país, deixando expresso que tornam Angola mais interessante para a cooperação bilateral, mas aconselha a aceleração do processo de descentralização, implementando as autarquias.

A chefe do Governo alemão disse que o seu país está disposto a fortalecer a cooperação em aspectos concretos no domínio jurídico, tendo sugerido troca de experiências com juristas angolanos.

“Queremos trazer uma ampliação na cooperação económica com acordos que façam com que um país tão grande como Angola avance”, disse.

Angela Merkel admitiu a possibilidade da instalação de uma academia de digitalização e energia. Anunciou que Angola poderá vir a ser o 13º país a integrar o Pacto com África, criado sob iniciativa do G20.

#### Angola cria bases para uma economia forte

O Presidente da República, João Lourenço, afirmou, ontem, em Luanda, que Angola está a criar no país as bases para uma economia forte e sustentável, de modo a acabar com a dependência do petróleo.

Ao proceder à abertura do Fórum Económico, João Lourenço falou das medidas concretas para eliminar os efeitos da corrupção, que conflituam com o ambiente de negócios que se está a criar, das iniciativas para combater o branqueamento de capitais e recuperar os activos que foram constituídos com recurso ao erário e ilegalmente transferidos para o exterior.

Com o Banco Mundial, disse, o país leva a cabo um programa de melhoria do ambiente de negócios, que visa simplificar os procedimentos e reduzir o tempo dos diversos serviços públicos prestados ao sector privado. O objectivo é melhorar a posição de Angola nos rankings internacionais neste domínio. Com a ajuda do BM, o Executivo está a implementar um amplo programa de privatizações de empresas e activos públicos, sublinhando que até 2022 devem ser privatizadas mais de 190 empresas e activos públicos.

Para o Presidente, o objectivo é promover um crescimento económico rápido e sustentável, aumentar a eficiência das empresas angolanas e “aumentar o emprego e rendimento dos nossos cidadãos”. O Presidente da República afirmou que Angola está aberta para apoiar o investimento privado internacional na indústria extractiva, transformadora e na agricultura.

Para o Chefe de Estado angolano, as Parcerias Público-Privadas com os alemães vão permitir a criação de infraestruturas rodoviárias, portuárias, ferroviárias, de produção e distribuição de água potável e de telecomunicações.

Neste sentido, lembrou que a Lei sobre as Parcerias Público-Privadas já foi aprovada e regulamentada, sublinhando que estão reunidas as condições para que os empresários se juntem aos esforços do Executivo na execução das grandes obras de infraestruturas públicas.

“Que nos ajudem a transformar Angola num país próspero e moderno”, assinalou o Presidente da República, que destacou o interesse do país em ver o empresariado privado alemão investir na indústria siderúrgica (ferro e aço), automóvel, agro-pecuária, construção naval, têxteis e turismo.

Combate à corrupção é um passo corajoso

A Chanceler alemã disse que o seu país está disposto a apoiar o desenvolvimento do país no domínio das energias renováveis, transportes e finanças, realçando o compromisso das empresas alemãs neste processo.

Na sua intervenção no Fórum Económico, Angela Merkel sublinhou que Angola tem condições privilegiadas para o desenvolvimento e as reformas em curso são uma boa base para criar confiança para o investimento.

A chefe do Governo alemão elogiou a introdução do IVA na economia nacional e o programa de privatizações. Angela Merkel insistiu na descentralização do país com a implementação das autarquias e considerou o combate à corrupção um passo corajoso e necessário.

Angela Merkel destacou a importância da formação profissional e anunciou que as empresas alemãs poderão, no âmbito da responsabilidade social, construir centros de formação lá onde forem investir.

Visita movimentou várias empresas germânicas

Dez grandes empresas da Alemanha ligadas aos sectores de eletrónica, telefonia, engenharia mecânica, fornecimento de equipamentos de energia solar e outros integraram a delegação da Chanceler Angela Merkel, que efectuou, ontem, uma visita de trabalho de oito horas a Angola.

Da lista das grandes empresas que pretendem investir em Angola consta a Rolls-Royce Power Sistem, a Hansa Flex - a Voith, Gebr. Knauf KG, a Andritz Hydro, John Berenberg, a Siemens e a Volkswagen.

A título de exemplo, o grupo Volkswagen esteve representado pelo alemão Thomas Schaefer. A empresa pretende instalar uma fábrica de montagem de veículos da marca na Zona Económica Especial Luanda/Bengo.

Os representantes das empresas alemãs participaram no Fórum Económico Angola/Alemanha, que juntou mais de 180 empresários nacionais e estrangeiros. A sessão de abertura do fórum foi co-presidida pelo Presidente da República, João Lourenço, e a Chanceler Angela Merkel.

Esta é a segunda visita de Angela Merkel a Angola. A primeira aconteceu em 2011, ocasião em que foi acordada uma parceria alargada entre os dois Estados.

O Presidente João Lourenço visitou a Alemanha em Agosto de 2018. Em Setembro de 2019, o estadista angolano voltou a encontrar-se com Angela Merkel em Nova Iorque, por ocasião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

A parceria entre Angola e a Alemanha, iniciada em 1979, ganhou um novo impulso com a realização da I Sessão da Comissão Bilateral, em 2012, em Berlim. Angola tornou-se, nos últimos anos, no terceiro parceiro comercial deste país da Europa Ocidental na África subsahariana.

Nascida a 17 de Julho de 1954, em Hamburgo (República Federal da Alemanha), Angela Dorothea Merkel é Chanceler desde 2005. Foi líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã de 2000 a 2018.

## 6.8 UN-Habitat promete apoiar política habitacional do país

*Jornal de Angola*

*9 De Fevereiro de 2020*

*Autor: José Meireles*

A Organização das Nações Unidas para a Habitação (UN-Habitat) vai continuar a apoiar Angola na implementação da Política Nacional de Habitação, Ordenamento do Território e Urbanismo.

A garantia foi dada, ontem, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, pelo novo director regional para África daquele organismo da ONU, durante um encontro com a delegação angolana que participa no 10º Fórum Urbano Mundial.

Angola esteve presente no encontro com uma delegação chefiada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, e integrada pelo secretário de Estado da Cultura,

Aguinaldo Cristóvão, e pelos embaixadores em Abu Dhabi, Albino Malungo, e no Quênia, Sianga Abílio.

Além do apoio para a implementação das políticas nos domínios da Habitação e Ordenamento do Território, Oumar Sylla disse que a agência que representa em África tem como foco a cooperação com Angola, a ajuda na implementação da agenda urbana mundial, bem como a agenda 2030 da ONU.

No encontro, o primeiro de alto nível tido pela delegação angolana presente no fórum, a UN-Habitat garantiu que vai mobilizar doadores, para angariar fundos com vista a apoiar o processo.

“Essa cooperação tem de ser reforçada, pois começa por fornecer as bases para a implementação das políticas Nacional de Ordenamento do Território e de Habitação e para a presença da UN-Habitat no país”, disse Oumar Sylla aos jornalistas. Questionado se o apoio a prestar a Angola implica recursos financeiros, Oumar Sylla disse que a UN-Habitat garante apoiar as autoridades na renovação de documentos essenciais dos programas em curso, bem como na sua implementação.

“Não existem números para financiar os projectos, mas é ponto assente que a presença da UN-Habitat em Angola deve ser reforçada”, disse Oumar Sylla. Para o director nacional de Intercâmbio do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, o encontro com o responsável do Escritório da UN-Habitat em África é um dos pontos altos da presença de Angola neste evento, que decorre em Abu Dhabi. O engenheiro Adriano Silva disse que o encontro serviu para restabelecer o acordo de cooperação no domínio da assistência técnica.

Visitas ao stand

O stand de Angola está a despertar a atenção de representantes de alguns países participantes ao 10º Fórum Urbano Mundial, que decorre sob o lema “Cidades de oportunidade: Cultura e Inovação”.

Ontem, representantes do Brasil e de Moçambique visitaram o stand de Angola, interagiram com os delegados e disseram terem gostado do que viram.

Do mesmo modo, membros da delegação angolana também desdobraram-se em visitas a outros pavilhões, com destaque para o da Coreia do Sul, que culminou com troca de brindes.

## 6.9 Falta de fundos contém obras em centralidades

*Jornal de Angola*

*9 De Fevereiro de 2020*

A abertura de inscrições para a segunda fase de aquisição de habitações nas centralidades do Zango 0 (Viana) e Quilómetro 44 (Icolo e Bengo), em Luanda, está dependente da disponibilidade financeira para acabamentos e instalação das infra-estruturas externas.

O secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre, afirmou, citado pela Angop, que os apartamentos do Zango 0 e do Quilómetro 44, parcialmente habitados desde 2017, só voltarão a estar disponíveis à venda livre quando haver dinheiro para se concluir o interior das residências e construírem-se os arruamentos, redes técnicas e outras estruturas.

Sem avançar o número de habitações disponíveis nesses projectos, o secretário de Estado considerou serem as únicas centralidades com casas para venda livre em Luanda, uma vez que as outras urbanizações já foram comercializadas de forma dirigida à Função Pública e grandes empresas públicas e privadas.

A par desses dois condomínios públicos, as centralidades de Capari (Bengo), do Dundo (Lunda-Norte), Lobito, Loango e da Baía Farta (Benguela), assim como de Cabinda, também dependem da conclusão das infra-estruturas externas para a venda livre ao público.

Quanto às habitações da Marconi (Sambizanga) e das Antenas (Cazenga), onde algumas casas estão a ser vandalizadas por falta de ocupantes, Joaquim Silvestre reiterou que as negociações para o realojamento dos futuros moradores continuam.

“Temos tido algumas dificuldades na negociação para o realojamento da população, porque algumas pessoas não aceitam receber as casas dessas urbanizações, dificultando a conclusão do processo e a ocupação dos imóveis”, referiu.

Segundo o secretário de Estado para a Habitação, o Executivo tem trabalhado para reforçar a segurança nessas urbanizações, visando preservar o bem público e a integridade das famílias.



## 6.10 Executivo tem instrumentos para ordenamento das cidades

*Jornal de Angola*

*Autor: José Meireles*

*10 De Fevereiro, 2020*

Angola está a criar instrumentos de ordenamento do território, para acautelar, no futuro, o crescimento desordenado das cidades, disse, ontem, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, a ministra Ana Paula de Carvalho.

À margem da cerimónia de abertura do 10º Fórum Urbano Mundial, realizada na manhã de ontem, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação disse que tanto Angola, como muitos outros países são chamados a acautelar a questão do crescimento desordenado das cidades, através da planificação.

Ana Paula de Carvalho sublinhou a necessidade de planificação do ordenamento do território quanto antes, porque a tendência da população é viver em zonas urbanas.

"Para que não aconteça uma ocupação desordenada, como temos vindo a assistir no país, há necessidade, cada vez mais de planificar o ordenamento do território, para que essa ocupação seja planificada e também ordenada", defendeu a governante.

Instada a clarificar o que existe de forma prática, neste domínio, a governante disse haver planos de Ordenamento de algumas províncias já aprovados pelo Executivo, que aguardam por financiamento para a sua implementação.

A ministra apelou a que sejam feitos mais loteamentos, "como solução imediata, ainda que não sejam completamente infra-estruturados, mas ordenados".

A intenção, de acordo com a ministra, é levar paulatinamente as populações a fixarem-se, de forma ordenada em zonas de sua preferência.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação referiu que Angola não é um caso isolado no que diz respeito ao surgimento de bairros desordenados, em plena capital.

A guerra, de acordo com a governante, foi causas que contribuíram para que a população optasse por viver em Luanda, em grande número, quando era a província mais pequena do país, em termos de extensão territorial.

Cerimónia de abertura

A directora executiva da Organização das Nações Unidas para a Habitação chamou à atenção dos Governos para a necessidade de uma boa planificação territorial, com vista a evitar cenários de desigualdades e privações das populações.

Maimunah Sharif fez o apelo quando procedia à abertura oficial do 10º Fórum Urbano Mundial, que decorre até o dia 13, em Abu Dhabi, sob o lema: "Cidades de Oportunidades: Cultura e Inovação". Maimunah Sharif recomendou aos Governos a "transformar os desafios em oportunidades", porque, como venceu, até 2030 presume-se que 60 por cento da população mundial viva em áreas urbanas.

Segundo a diplomata, nos últimos 40 anos, a UN-Habitat tem vindo a trabalhar com muitos governos para demonstrar que a integração, honestidade e planificação territorial participativa podem transformar a organização dos Estados, com a nova Agenda Urbana Mundial.

A directora executiva da UN-Habitat referiu, na alocução, que há uma grande janela de oportunidades para o desenvolvimento sustentável da Nova Agenda Urbana Mundial, através da realização deste evento, organizado pela ONU.

Para ela, as organizações e os cidadãos são considerados os pontos de entrada para o cumprimento dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

## 6.11 Governo cria passe social para transportes colectivos

*Jornal de Angola*

*Autor: André dos Anjos*

*10 De Fevereiro, 2020*

O ministro dos Transportes anunciou para breve o lançamento do chamado passe social intermodal, instrumento que substitui o regime de "pronto pagamento" nos transportes colectivos, incluindo os "azuis e branco", vulgo candongueiros.

Ricardo D'Abreu, que intervinha no 8º Fórum Económico Angola-Alemanha, realizado ontem, em Luanda, disse que a medida insere-se na estratégia da melhoria da mobilidade urbana, na capital angolana, cujo agregado social estimou em oito milhões de habitantes.

Sem anunciar as modalidades nem os critérios para aquisição, o ministro deixou subentender, que o passe contará com a subvenção do Estado.

O documento único de acesso aos transportes colectivos, segundo o Ricardo D'Abreu, só não entrou ainda em vigor, porque ainda decorrem acertos entre os ministérios das Finanças e dos Transportes à volta do gabinete que vai se ocupar da gestão e distribuição dos subsídios operacionais para os transportadores.

Outro factor que contribui para a demora da implementação do passe social de transporte, disse, estava no facto das regulamentações anteriores excluírem os "Azuis e Branco", apesar do peso que representam no mercado.

O anúncio surge poucos meses depois de o secretário de Estado dos Petróleos, José Barroso, ter vindo a público dizer que o Governo está estudar a melhor altura para o ajuste do preço dos combustíveis.

“Estamos a elaborar um plano para corrigir os preços dos combustíveis, mas a decisão final quanto à data de implementação ainda não foi tomada”, disse aos jornalistas José Barroso, em Novembro de 2019.

A relação entre um e outro anúncio resulta do facto de, na véspera, o Governo ter garantido medidas de compensação para atenuar os efeitos da retirada dos subsídios aos combustíveis, face às dificuldades financeiras que atingem inúmeras famílias. Para se ter uma ideia de quanto o Estado gasta em subsídios aos combustíveis, basta lembrar que só nos primeiros três meses do ano passado, a factura ficou em cerca de 180 milhões de dólares, segundo contas do semanário *Expansão*.

Ainda no quadro dos esforços destinados a melhorar a mobilidade urbana, disse, o Ministério dos Transportes tem vindo a proceder ao reforço da frota de autocarros, nas grandes cidades, com destaque para Luanda, onde o surgimento de novas empresas de transporte colectivo permite atingir áreas antes inacessíveis.

O pacote de medidas destinadas a facilitar a movimentação de pessoas, em Luanda, de acordo com o ministro, prevê, também, uma intervenção no troço inter-urbano do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), com a substituição das actuais locomotivas concebidas para longo curso por outras mais rápidas.

Com a troca de locomotivas, estimou, espera-se que a capacidade de transporte de passageiros do CFL aumente dez vezes mais.

## Gestão descentralizada

Ricardo D'Abreu lembrou, no entanto, que a gestão dos transportes colectivos, no país, é hoje da responsabilidade dos governos locais, restando ao Ministério a coordenação e o apoio técnico e institucional.

Sobre o metro de superfície, a ser construído em Luanda, ao abrigo de um acordo assinado ontem entre a empresa alemã Siemens Mobility e o Ministério dos Transportes, e que se espera venha a revolucionar, de uma vez por todas, a mobilidade urbana na capital angolana, Ricardo D'Abreu afirmou que, apesar de se tratar de uma Parceria Público ou Privada (PPP), o primeiro deverá ser dado pelo Governo.

O Fórum Económico Angola-Alemanha juntou mais de 180 empresários, entre nacionais e estrangeiros.

## 6.12 Angola apresenta política habitacional

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2020*

*Autor: José Meireles*

Tornar as cidades angolanas e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, são a chave da Política Habitacional do Executivo, disse, ontem, em Abu Dhabi, a arquitecta Ana Pereira.

Ao intervir no painel sobre Política Habitacional, no 10º Fórum Urbano Mundial, a directora nacional da Habitação referiu que o documento estratégico do Executivo começou a ser elaborado em Outubro de 2018.

Não deixar ninguém para trás, atender as necessidades dos mais pobres, mulheres e jovens, em consonância com a redução da pobreza, saúde, educação e emprego, são os aspectos da Política do Executivo. Instada a explicar os meandros do documento, Ana Pereira disse que a visão do Executivo resume-se na segurança fundiária e garantia de serviços básicos às populações.

Acessibilidade no preço, localização, bem como a adequação cultural, também fazem parte da visão do Executivo, no tocante à Política Habitacional. Com o contributo de especialistas da Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o documento ainda está em elaboração.

Na presença de especialistas da UN-Habitat, de Portugal, Brasil e Moçambique, Ana Pereira disse que o referido documento é uma medida oportuna, visto estar a fazer um balanço dos dez anos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A alta funcionária do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação reiterou no encontro o compromisso com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

"A Política Nacional de Habitação visa criar condições favoráveis que garantam o acesso à habitação adequada e condigna para todos, por meio de diferentes modalidades, de forma inclusiva, transparente, equitativa e que promovam o desenvolvimento económico e sustentável", disse na ocasião.

O documento apresentado ontem, em Abu Dhabi, está a ser elaborado no âmbito da Conta das Nações Unidas para o Desenvolvimento e tem o apoio da UN-Habitat e Uneca, com o objectivo de fortalecer a capacidade do Governo na formulação e implementação de política e estratégia habitacional.

Solicitada a explicar a essência do painel de ontem, a arquitecta disse que aquele evento serviu para a apresentação do ponto de situação da elaboração do documento.

Por se tratar de um evento específico, o mesmo serviu também para a partilha de conhecimentos com os países presentes com maior avanço nesse domínio. Ana Pereira ressaltou que a Política Habitacional do Executivo está a ser elaborada de forma participativa, com a sociedade civil, sector empresarial, bancos e outros actores para adoptar um melhor modelo para Angola

### **6.13 Administração não deu escritura a quem pagou totalidade do imóvel**

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2020*

O equivalente a 260,000.00 dólares foi o valor pago, na altura, há quase nove anos, para aquisição de um imóvel. Adicionado a esse valor existem outros números que correspondem ao pagamento da box e do estacionamento.

Os valores aumentavam em função do piso, sendo o rés-do-chão o piso com os imóveis mais baratos. Facto que salta à vista, revelado pelos moradores que têm as suas residências pagas na totalidade, é que os

mesmos ainda não têm as escrituras dos imóveis. Os mesmos continuam passados em nome de quem os vendeu.

"Enquanto não se efectivam a outorga das escrituras públicas de constituição do direito de propriedade, a Mateba continua a ser a proprietária e moradores apenas promitentes-compradores", explicam. Por lei, acrescentam, a Mateba enquanto vendedora, tem 90 dias para dar toda a documentação para legalização do imóvel ao comprador, coisa que, pelo que explicam, não aconteceu.

Na tentativa de buscar algum esclarecimento junto da empresa que administra o condomínio, que é também a construtora, pôde-se apurar, junto de uma fonte ligada à administração que a passagem das escrituras aos proprietários dos imóveis pagos na totalidade encontram um empecilho que está ligado a quem presta serviço ao Estado, na passagem das escrituras. A fonte ligada à administração revelou que o Estado angolano está / em dívida com a referida empresa prestadora de serviços e, por esta razão, não presta mais esse tipo de serviço. A situação prejudica não só os moradores do Interland como também os proprietários de outros imóveis que ficam sem um documento que certifica a sua titularidade em relação ao imóvel.

Alguns compradores, pelas revelações que tivemos, vendo a situação a arrastar-se por muito tempo, quanto à questão das escrituras, preferiram vender os seus apartamentos. "Era para eles a forma mais viável para se livrarem de chatices e da falta de seriedade da administração do condomínio".

O dedo acusador é o posicionamento constante dos moradores, dirigido à administração, que afirmam não ser uma entidade séria nesse processo por não estar a ser transparente.

Para eles, a atitude dessa entidade revela má-fé e suscita todo o tipo de desconfiança, uma vez que essas reclamações vêm desde que começaram a ter no condomínio os primeiros moradores, muitos dos quais pagando os imóveis quando o mesmo estava ainda no papel. várias petições e apelos, com recurso a advogados, têm sido feitas pelos moradores que não encontram muitas respostas que correspondam às suas expectativas. O aborrecimento e o desespero é o ingrediente que alimenta ainda mais o clima de animosidade com a administração.

## 6.14 Candidatos têm menos de 1% de hipóteses de comprar casa no Zango 5

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Faustino Oiogo*

Cada apartamento do tipo T3 para venda em propriedade resolúvel na centralidade Zango 5 tem 761 candidatos que vão saber esta quinta-feira, dia 20, se serão os contemplados. As chances de cumprir o sonho de comprar casa são também inferiores a 1 % em qualquer um dos restantes imóveis de venda resolúvel, de acordo com os cálculos do Expansão.

Os 115 apartamentos disponíveis para venda livre têm 87.504 candidatos, fazendo desta categoria a mais solicitada entre os que pretendem ter casa própria. Aliás, a compra é a preferência entre os mais de 157 mil candidatos habilitados a ir a sorteio.

Para os interessados em adquirir vivenda neste regime resolúvel, a situação não difere muito. Ou seja, para a compra de uma vivenda T3 isolada concorrem 271 candidatos, já que existem apenas 146 unidades para 39.519 cidadãos, o que dá 0,4% de hipóteses de serem sorteados.

Já para compra a pronto pagamento, onde só existem 40 unidades, cada um dos 1.729 candidatos vê as suas hipóteses subirem ligeiramente para 2,3%.

Em situação melhor encontram-se aqueles que concorrem para o arrendamento urbano, novidade nos processos de comercialização das habitações do programa habitacional do Estado. Do total das 2.390 unidades habitacionais sorteadas, entre vivendas e apartamentos disponíveis, 1.939 são para arrendamento. Aqui, os apartamentos T3 são os que tiveram maior solicitação, com 4.440 candidatos a "baterem-se" por 1.503 imóveis. Isto faz com que cada imóvel tenha três pessoas interessadas, colocando em 34% a possibilidade de cada um ver o seu número contemplado no sorteio. Nas vivendas geminadas as hipóteses caem para 26% e nas isoladas para 12 %.

No processo de candidaturas que durou 10 dias concorreram 157.431 candidatos para 2.390 habitações, divididas entre 320 vivendas isoladas, 542 vivendas geminadas e 1.618 apartamentos.

Incertezas ainda dominam o sorteio

A realização do sorteio na quinta-feira, 20 de Fevereiro, tem como única certeza a incerteza, já que esta quarta-feira, dia 12, ainda eram desconhecidos do

grande público os moldes em que irá decorrer o sorteio, que será supervisionado pelo Instituto de Supervisão de Jogos.

De acordo com o Secretário de Estado para a Habitação, decorrem ainda negociações para a definição final de como será a cerimónia. "O sorteio será um acto público, eventualmente poderá ser na TPA no programa Janela aberta. Existe também a hipótese de ser realizado num espaço público aberto", disse Joaquim Silvestre.

O responsável avançou que contam com o apoio do Instituto de Supervisão de Jogos, que se responsabilizará por escrutinar o sorteio. O director-geral desta Instituição tutelada pelo

Ministério das Finanças, Tito Cambanje, garantiu ao Expansão (ver página 22) que a sorte será definida pelo o "sistema de tómbola" onde estarão os números e as fichas que vão saindo para ver quem recebe a casa. "Será um sorteio muito íntegro e fiável. Não há mesmo como violar a arbitrariedade do concurso", avançou Tito Cambanje

Apesar desta garantia, o rol de incertezas continua, sobretudo no que se refere à possibilidade de exclusão de candidatos contemplados no sorteio. De acordo com o Secretário de Estado para Habitação, os candidatos sorteados vão passar depois por uma entrevista e aqui, se se detectar alguma irregularidade ou inelegibilidade nos documentos submetidos, o contemplado fica excluído.

O sorteado poderá ser excluído, por exemplo, se concorreu para o arrendamento e tem uma salário acima do previsto para quem quer arrendar. A exclusão não dá possibilidade do contemplado escolher outra modalidade ou tipologia.

Aqui surge a questão de quem fica com o imóvel do contemplado excluído. Parajá fazendo fé nos pronunciamentos do Secretário de Estado esta questão ainda não está definida. "Poderemos depois ver um segundo sorteio ou na altura do (primeiro) sorteio arranjar-se mais um determinado número de suplentes", explicou Joaquim Silvestre.

## 6.15 Condóminos sentem falta de verdade no negócio

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

Já são quase dez anos que a história se repete no Condomínio Interland, localizado no Morro Bento,

cercanias da avenida Pedro de Castro van-núnem «Loy». Aquele imóvel, que comporta mais de 400 apartamentos de tiplecias T3, divididos em mais de 30 prédios de quatro andares, tem a sua administração a braços com constantes reclamações dos moradores.

Já em 2012, por via do Club-K, foi possível ter-se acesso a uma reclamação de um morador publicada por este site de notícias. A mesma dava conta dos valores cobrados que, já naquela época, eram considerados altíssimos para o bolso de quem ali decidisse arrendar ou comprar uma residência.

"Foi criada uma comissão de moradores no sentido de se resolver esta situação, mas a verdade é que a direcção daquela instituição está intermitente alegando que os valores não mudarão, que é apenas um depósito que no final do ano vão apresentar as contas todas", lê-se numa nota de reclamação do morador. É ainda possível, pela descrição do morador claramente insatisfeito, ler-se o seguinte: "Segundo eles, 400 dólares são para segurança, limpeza, jardins e água, cabendo o restante para o combustível e manutenção do gerador".

O condómino, que não se identifica na referida publicação, conclui a sua manifestação de indignação fazendo uma comparação das taxas daquele imóvel com outras estruturas similares, localizadas em zonas mais prestigiadas que, claramente, apresentam melhores condições em termos de infra-estruturas, tais como áreas de lazer, prática de desporto, centro social, etc. Para ele os preços, se comparados, são muito mais baixos em relação ao lugar onde vive.

Nove anos depois, a história mostra-se ser a mesma. A semântica das reclamações, segundo os moradores, gravita em torno de um ciclo vicioso. Um dos moradores contactados pela a equipa de reportagem do NJ afirma que o pagamento de uma taxa de 63.900 Kz não é reflectida na qualidade de vida que era suposto haver. "Afinal de contas, tenho pago muito para pouco usufruto, uma vez que não tenho sequer uma quadra desportiva, uma piscina ou um centro de recreação cultural, e o mais grave: um espaço infantil". O referido morador questiona:

"Aonde é que vai parar este dinheiro todo?".

Comissão de moradores sem legitimidade

Diante destes problemas, foi constituída uma comissão de moradores cuja legitimidade não é reconhecida pela Mateba, empresa que administra o condomínio e que teve também a responsabilidade de construir o referido imóvel que antes era tutelado pelo Grupo Intertransportes. O braço-de-ferro entre a

não reconhecida comissão de moradores parece ser antigo, uma vez que os seus membros parecem descortinar algumas irregularidades que, a serem desvendadas, podem incorrer em processo-crime.

A luta pelo reconhecimento da referida comissão já vem de alguns anos, e os moradores associados contam ainda levar a questão à municipalidade para regular a referida comissão de moradores e assim exigirem o que lhes cabe como direito enquanto moradores ou condóminos.

Alguns alegam falta de vontade da administração do Condomínio Interland em colaborar no assunto, arrastando a situação numa condição que é considerada desgastante em função dos anos que a «novela» já carrega.

A insatisfação dos moradores ante a falta de comunicação com quem gere aquela unidade residencial levanta várias questões que apenas ficam no ar, tais como:

"Quem é o verdadeiro proprietário do Condomínio Interland?", "Quem paga e quem não paga a taxa de condómino?" e "porque é que não há investimentos para melhoria do condomínio, uma vez que a totalidade do valor atinge quase trinta milhões de kwanzas por mês, ou seja 28.882.800 Kz.

Os moradores afirmam que, em nove anos, os edifícios já se mostram algo degradados e questionam "Aonde vai tanto dinheiro?".

A maioria dos apartamentos do condomínio em causa, pelo que apurou o NJ, pertence à empresa, que faz a sua administração. Em função disso, os moradores questionam se a mesma tem pagado o Imposto Predial urbano (IPU) desses imóveis.

Banco envolvido na denúncia

No projecto de construção do referido condomínio, está incluída a existência de um espaço recreativo que, infelizmente, os moradores não chegaram a usufruir do mesmo porque estes denunciaram que aquela parcela foi vendida a um banco comercial. O referido perímetro, composto por várias estruturas concebidas para lazer e recreação dos moradores, está votado ao abandono desde o surgimento das primeiras pessoas que ocuparam os apartamentos que compõem aquele espaço residencial.

## 6.16 Moradores passam a pagar perto de 400 milhões

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2020*

O valor de 63.900 Kz, pago como taxa de condómino, multiplicado pelo número de apartamentos existentes, totaliza no final de cada ano 346.593.600 Kz. A referida taxa que teve de ser ajustada à actual realidade económica, porque era cobrada em dólares, já era razão para reclamações.

Os cifrões, por determinação da administração, sem a completa concordância dos moradores, vão sofrer um aumento que resultará num valor aproximado a 400 milhões de kwanzas por ano, ou seja, cada residência passará a pagar 71.000 kwanzas mensais que totaliza no mesmo período, para os 452 apartamentos, o valor de 385.104.000.

Segundo os inquilinos e proprietários das residências, "este valor é absurdo".

A situação, que preocupa os moradores levou à realização de um encontro com a administração onde alguns dizem que as justificações são infundadas. No rol de acusações, os moradores afirmam que os pagamentos são feitos num TPA (terminal de pagamento automático) da empresa Mateba, quando em seu entender, o processo de pagamento das taxas devia ser mais transparente. "Nunca houve uma reunião anual de contas. Só assim poderíamos saber que destino é dado a todo este dinheiro".

Um dos moradores que tem acompanhado as tentativas da comissão de moradores em organizar acções concertadas, na intenção de dar volta à situação, afirma que a decisão no aumento da taxa de condómino é praticamente unilateral porque, segundo ele, a Mateba é ainda titular da maior parte dos apartamentos no condomínio Interland.

## 6.17 PGR move processo-crime contra “negócios da China”

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Luís Galvão*

O Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SNRA) da Procuradoria-Geral da República mandou apreender centenas de imóveis "construídos com fundos públicos" e ainda na posse das empresas China International Fund, Limited (CIF Hong Kong)

e China International FundAngola, Limitada (CIF Angola). A medida surge no âmbito de um processo-crime que já tem arguidos, mas ainda não resultou em detenções, avançou ao Expansão fonte da PGR, sem adiantar pormenores.

Segundo o mandado de apreensão emitido pela procuradora Eduarda Rodrigues, que dirige o SNRA, e o comunicado da PGR (há ligeiras discrepâncias entre ambos), na Urbanização Zango Zero, Vida Pacífica estão abrangidos 25 edifícios, duas creches, dois clubes náuticos e três estaleiros, bem como terrenos adjacentes, num total de 114 hectares, que agora têm como fiel depositário o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Idem para os 1.108 imóveis inacabados, 31 bases de construção de edifícios, 194 bases para a construção de vivendas, um estaleiro e terrenos adjacentes na Urbanização Kilamba KK5800, onde o mandado de apreensão abrange 266 hectares até agora sob posse da CIF Angola e da CIF Hong Kong, empresas ligadas aos projectos do extinto Gabinete de Reconstrução e Reabilitação Nacional, criado em Outubro de 2004, e que até meados de 2010 foi presidido pelo general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, conhecido por 'Kopelipa',

Nos últimos 15 anos, estas e outras empresas do universo CIF participaram em vários 'negócios da China' em Angola, nomeadamente em projectos abrangidos por linhas de crédito chinesas, como o novo aeroporto internacional de Luanda, cujo prazo de conclusão e custo derraparam várias vezes e do qual a empresa acabou afastada, ou ao anúncio da construção de 215 mil habitações sociais no País, de autoestradas, da recuperação de linhas de caminho-de-ferro de Benguela e de outros tantos projectos que ainda podem ser lidos na página da empresa arquivada no projecto Wayback Machine do Internet Archive.

O caso do novo aeroporto resultou, não só no afastamento da empresa, em 2017, "por incumprimento e incapacidade", tendo a obra sido entregue a outra empresa chinesa, a AVIC, mas também na instauração de um processo de inquérito por parte da Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, em Abril de 2019, no âmbito do qual a PGR apreendeu 286,4 milhões USD que ainda estavam na posse da CIF Angola.

Teia de empresas baseadas em Hong Kong

Apesar da opacidade, sabe-se que a China International Fund, Limited foi registada em Hong Kong, em Dezembro de 2003, e que faz parte do chamado Grupo Queensway 88, uma referência ao

endereço comum que as empresas deste grupo partilham nesta 'offshore', numa teia que inclui empresas como a New Bright International (a holding) e a Dayuan International Development Corporation, 'dona' da CIF, bem como outras noutros paraísos fiscais.

O grupo inclui também a China Sonangol International Holdings Limited, que chegou a ser presidida por Manuel Vicente, primeiro enquanto PCA da petrolífera nacional Sonangol e mais tarde em acumulação com o cargo de vice-presidente de Angola. Entre os parceiros do grupo está a maior petrolífera chinesa, a Sinopec, também com negócios no País, nomeadamente através da Sonangol Sinopec International.

Em Angola, o grupo está presente através de pelo menos uma dúzia de empresas registadas entre 2008 e 2009, nas áreas do imobiliário, materiais de construção, transportes marítimos e até produção de cerveja, a maioria em nome de outra dúzia de 'offshores' sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, e mais tarde, em 2017, transferidas para a China International Fund Angola, Limitada (CIF Angola).

Esta empresa foi registada em Abril de 2008 em nome das sociedades Plansmart International Limited, representada à data pela advogada Maria de Lurdes Roque Caposso Fernandes (actualmente deputada do MPLA), e Utter Right International Limited, representada pela advogada Paula Andresa Custódio e Silva Inglês.

Em 2017, a CIF Angola, agora representada por Fernando Gomes dos Santos, alargou a sociedade à IF-Investimentos Financeiros SGPS, S.A, com sede em Luanda e accionistas desconhecidos, que também entrou com mais capital (passando a sócio maioritário) e foi representada no negócio por Samora Borges Sebastião Albino, ex-PCA da TV Zimbo e empresário que surge ligado a três 'offshores' em Malta no âmbito dos Paradise Papers, bem como a negócios associados ao general Leopoldino Fragoso do Nascimento, 'Dino'.

## 6.18 PGR procura proprietários de 1.180 imóveis nas centralidades de Luanda

*Jornal de Angola*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autora: Edna Dala*

A Procuradoria-Geral da República (PGR) está a investigar os cidadãos Fernando Gomes dos Santos e Samora Borges Sebastião Albino, ligados à empresa

China International Fund, Lda (CIF Angola), implicados no processo-crime sobre a posse de 1.180 imóveis nas centralidades em Luanda.

De acordo com a informação avançada ontem ao Jornal de Angola por fonte do Serviço Nacional de Recuperação de Activos afecto à PGR, o processo, com o n.º 2/20, está na fase de instrução preparatória, para apurar responsabilidades criminais.

A investigação da PGR aos imóveis construídos com fundos públicos persegue igualmente a empresa China International Fund - CIF Limited (CIF Hong Kong), cujos responsáveis ainda não foram identificados. A fonte da PGR garantiu que há um trabalho em curso que, mais tarde ou mais cedo, vai apurar quem são essas pessoas.

Entretanto, uma matéria da TPA sobre o assunto avança o general Leopoldino do Nascimento “Dino” como o proprietário dos imóveis.

De acordo com fonte oficial, o património do Zango 0 (Vida Pacífica) está avaliado globalmente em 117 mil milhões, 162 milhões, 332 mil e 160 kwanzas. O Kilamba Cinzento (como é denominado) está estimado em 146 mil milhões, 452 milhões, 785 mil e 600 kwanzas.

Sobre a empresa CIF An-gola, há registo em conservatórias que atestam que os cidadãos Fernando Gomes dos Santos e Samora Borges Sebastião subscreveram o pacto social.

“Vamos obter a mesma informação sobre a outra empresa CIF Hong Kong”, disse a fonte, garantindo que, “nesta fase de instrução, o que se pretende são as provas e com elas ir atrás de quem quer que seja e aonde esteja”.

A fonte admitiu a possibilidade de haver um beneficiário último, além dos cidadãos que estão sob investigação.

Apenas 5 por cento dos imóveis apreendidos estavam ocupados

Dos imóveis apreendidos, estavam habitados apenas um número inferior a 5 por cento da totalidade das residências. A forma como os proprietários beneficiaram dos imóveis não está clara do ponto de vista legal, segundo a fonte.

No caso do Kilamba 5.800, grande parte das infra-estruturas estão inacabadas. No KK, estavam previstas 837 vivendas, mas foram concluídas apenas 220. Todas as outras estão inacabadas.

A fonte da PGR esclareceu que entre os edifícios apreendidos não incluem aqueles em que estão os ex-moradores do Prédio Cuca. “Estes ocupam apenas dois edifícios e estão em situação legal. Estas duas unidades não foram objecto desta medida. Não constam do mandado de apreensão”, referiu.

As infraestruturas confiscadas constituem verdadeiras cidades fantasmas; duas cidades dentro de outras duas cidades, segundo a fonte da PGR. Acrescentou que o que foi edificado com fundos públicos tem de voltar à gestão do Estado.

“O privado que, depois, achar que tem direito sobre os imóveis deve reivindicar e provar que lhe pertencem”, disse.

A PGR anunciou, na última terça-feira, a apreensão de mais de mil imóveis inacabados, edifícios, estaleiros e terrenos na urbanização Vida Pacífica (Zango 0) e no Kilamba, construídos com fundos públicos e que se encontravam na posse de empresas chinesas.

Em comunicado, a PGR referiu que a apreensão dos imóveis manter-se-á, enquanto decorrer o processo-crime, no âmbito da recuperação de activos do Estado angolano.

Segundo o documento da PGR, os imóveis que se encontravam em posse das empresas China International Fund - CIF, Limited (CIF Hong Kong) e China International Fund Angola - CIF, Limitada terão como fiel depositário o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

A lista dos bens apreendidos, a pedido do Serviço Nacional de Recuperação de Activos, inclui 24 edifícios, duas creches, dois clubes náuticos, três estaleiros de obras e respectivos terrenos adjacentes, numa área total de 114 hectares, na urbanização Vida Pacífica (Zango 0), município de Viana, em Luanda.

Da mesma lista, fazem parte, igualmente, 1.108 imóveis inacabados, 31 bases para a construção de edifícios, 194 bases para a construção de vivendas, um estaleiro e respectivos terrenos adjacentes, numa área de 266 hectares, localizada no distrito urbano do Kilamba, município de Belas, em Luanda.

A CIF Limited é uma empresa privada chinesa com sede em Hong Kong e escritório em Pequim, fundada em 2003, para financiar projectos de reconstrução nacional e desenvolvimento de infraestruturas nos países em desenvolvimento, principalmente em África. Em Angola, a mesma participou na construção de vários empreendimentos

sociais, sendo detentora de outros tantos empreendimentos.

## 6.19 Reação até ao momento só foram passadas 80 escrituras

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

Várias são as acusações que os moradores do Interland, localizado no Morro Bento, colocam às costas da administração da-quele imóvel. Uma delas, referente à venda de um espaço que serviria para recreação dos moradores, dizem, não é verdade. "Aquele espaço resulta de um consórcio entre o BNI, BFA e BPC. A parte vendida pela Mateba pertence agora ao BNI", explica.

A administração afirma que a acusação não confere a verdade. "Como seguramente todos sabem, existe uma escritura de constituição da propriedade horizontal/vertical onde estão descritos todos os espaços comuns e espaços privados, trata-se de informação acessível a todos e que está devidamente arquivada no Notário e Conservatória do Registo Predial de Luanda. A Administração explica ainda que a venda de espaços comuns do condomínio implicaria uma alteração à escritura inicial de constituição de propriedade horizontal/vertical para individualizar o espaço comum, passando este a ser de utilização privativa e somente depois se poderia avançar para a escritura de compra e vendado mesmo.

No que toca às escrituras dos compradores que adquiriram os imóveis na totalidade, os gestores respondem que a administração do Condomínio Interland, nomeadamente Assembleia Geral de Condóminos, não se confunde com a promotora da construção do condomínio, mas diz ter todo o interesse em avançar com a realização das escrituras pendentes porquanto, acrescenta, está convencionado na grande maioria dos contratos-promessa de compra e venda e do pagamento da última parcela do preço acordado aquando da realização da escritura de compra e venda. "Até ao presente dia apenas foram efectivadas em torno de 80 escrituras, seguramente é de todo o interesse da promotora realizar as escrituras em falta".

Das respostas recebidas da administração, pôde-se ainda constatar que existem outros casos em que, não obstante terem sido interpelados para a realização da escritura, não se disponibilizam a suportar os emolumentos notariais, sem os quais a escritura não é realizada.



"A bem da verdade, considerando que integram o Condomínio Interland mais de 480 fracções, para responder com rigor a esta questão teríamos de analisar caso a caso", revelam.

O assunto das contas mensais relativas à taxas, prontamente respondidas pela administração, justificam razões ligadas a questões de natureza económica. "Por razões alheias à vontade da administração, fomos obrigados a proceder ao aumento das quotas referentes às taxas de condomínio, que foi sujeita à deliberação em Assembleia Geral, em função dos fornecimentos terem sofrido um aumento generalizado em função da flutuação cambial, inflação e entrada em vigor do imposto do IVA", justificam:

Os visados esclarecem que a receita orçamentada para 2019 não cobriu as despesas tidas e isso tornou-se evidente, pelo que se tornou necessário proceder a uma rectificação, sob pena de não se ter receita suficiente para pagamento de água, electricidade, segurança e outros serviços. "Se isso acontecesse, então todo o condomínio ficaria privado de alguns serviços essenciais", fundamentam. O aumento dos preços foi generalizado, todos nós o sentimos pessoalmente e não restrito aos moradores do Interland, foi em todo o país", conclui a administração.

Quanto à acusação que pesa sobre o tacto de os imóveis nos arredores beneficiarem da energia e água paga pelos condóminos do Interland, a administração reagiu e disse que isso nunca chegou a estar perto da verdade. "O condomínio rege-se por critérios de contabilidade e execução de conta rigorosas, assim, é facilmente demonstrado através de análise da documentação de suporte existente que os consumos efectuados pelas entidades em causa são debitados às mesmas e os valores pagos ao Condomínio são utilizados para fazer face às despesas comuns", afirmam.

Pelo que se apurou, a estação de serviço e supermercado localizados na zona adjacente ao condomínio têm beneficiado da energia do gerador do condomínio, em caso de falta de energia 'e, pelas revelações colhidas, os proprietários' pagam pela prestação deste serviço.

A gestão das duas unidades comerciais optou em não falar, por não querer ver o seu nome reflectido num contencioso em que "não tem nada a ver", mas a mesma afirma ter documentos que provam não beneficiarem de serviços pagos por terceiros.

Quanto à vila que está defronte à entrada principal do condomínio, que está também no rol de imóveis que

os moradores acusam de estar a beneficiar da taxa de condómino do Interland, a mesma encontra-se num estado de abandono, sem que alguém pudesse prestar esclarecimentos.

## 6.20 Sorteio para aquisição de moradias com transmissão televisiva no dia 20

*Jornal de Angola*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: José Meireles*

O sorteio para aquisição de moradias na centralidade do Zango 5, município de Viana, em Luanda, será feito no dia 20 deste mês, com transmissão televisiva, em directo, anunciou, ontem, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho, que participou no 10º Fórum Urbano Mundial disse ser essa a melhor maneira de mostrar transparência no processo de distribuição de moradias.

De acordo com a ministra, o sorteio de casas com transmissão televisiva, em directo, foi decidida por causa do elevado número de pessoas que se inscreveram para concorrer por uma moradia no Zango 5, numa altura em que a quantidade de habitação disponível é menor que a procura.

Um total de 157.431 candidatos está inscrito para 2.390 casas.

A governante garantiu que serão efectuados sete sorteios, para igual número de tipologias de moradias disponíveis naquela centralidade. "O sorteio vai funcionar por via de um programa computacional, que está a ser desenvolvido", garantiu.

Para evitar a suspeição no processo, Ana Paula de Carvalho disse que o sorteio vai ser feito de forma aleatória, para as diversas tipologias de moradias.

Instado a explicar os meandros do processo, a ministra disse que todos os concorrentes da tipologia A1 e B, por exemplo, serão confinados no mesmo sorteio, assim como as moradias geminadas, isoladas e apartamentos, em diferentes.

"Com essa ferramenta, o processo vai acabar por ser muito simples, sem motivos para dúvidas por parte dos concorrentes e da sociedade" disse confiante a ministra.

O equipamento está a ser desenvolvido por uma instituição académica nacional e fazem parte técnicos dos Ministérios do Ordenamento do Território e Habitação, Telecomunicações e Tecnologias de Informação e do Instituto de Supervisão de Jogos.

O elemento relevante neste processo tem a ver com o facto de a entidade que organizou as inscrições não fazer parte da comissão encarregue de preparar o sorteio.

A Imogestim vai disponibilizar os códigos de barra dos candidatos, numa operação cujo actor é o dispositivo informático que vai determinar os contemplados das moradias.

Após a realização dos sorteios, a lista dos contemplados será divulgada no Jornal de Angola, Portal do Governo e redes sociais, devendo serem salvaguardados os nomes das pessoas, para evitar exposição.

Futuras urbanizações vão comportar aspectos culturais

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação anunciou que as futuras urbanizações a serem erguidas no país, deverão incorporar aspectos da cultura local, assim como a preservação do património cultural para o desenvolvimento urbano.

Ana Paula de Carvalho, que falava à margem do encerramento do 10º Fórum Urbano Mundial, disse que Angola leva do evento o compromisso da inclusão do património cultural nas futuras urbanizações do país. A ministra do Ordenamento do Território e Habitação disse que a inclusão do património cultural no desenvolvimento urbano deve ser planificado para evitar o crescimento desordenado das cidades. “Angola leva como lição a necessidade de preservar a cultura e inovação nas políticas de desenvolvimento urbano, no âmbito da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas”.

Segundo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, os governos foram instados, mais uma vez, neste fórum, a desencadear esforços para ter cidades inclusivas.

Declarou que na construção das novas cidades tem de se pensar nos portadores de deficiência. A cidade polaca de Katowice vai acolher, em Agosto de 2022, o 11º Fórum Urbano Mundial. O facto foi anunciado ontem, durante o acto de encerramento.

Além da exibição de imagens da cidade que vai albergar o próximo evento da Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), a cerimónia de encerramento foi

marcada pela apresentação dos momentos mais importantes dos seis dias de actividades.

Procedeu ao encerramento do evento a directora-executiva da UN-Habitat, Maimunah Sharif, numa cerimónia, na qual intervieram, também, várias personalidades do país anfitrião, Nações Unidas e a representante da Associação Latino-Americana de Pessoas com Deficiência.

Ontem, após o encerramento do 10º Fórum Urbano Mundial, que decorreu sob o lema

“Cidades de Oportunidades: Conectando a Cultura e Inovação”, o pavilhão de Angola ainda recebeu visitas, com destaque para a do ministro da Habitação e Urbanismo do Mali, acompanhado de membros da sua delegação.

Hama Arbi, que interagiu com a homóloga angolana sobre alguns aspectos de interesse comum, manifestou vontade de visitar o nosso país, nos próximos tempos. O Jornal de Angola publicou, ontem, um ante-título que nada tem a ver com a matéria inserta, pelo que pedimos aos leitores as nossas sinceras desculpas pelo lapso.

## 6.21 Metro de superfície de Luanda concluído dentro de três anos

*Jornal de Angola*

*14 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Ismael Botelho*

O metro de superfície de Luanda vai custar três mil milhões de dólares norte-americanos e as obras terão uma duração máxima de três anos, com término previsto para o ano de 2022. Esta garantia foi dada, recentemente, pelo ministro dos Transportes, Ricardo D’Abreu, que em declarações à imprensa, disse que Angola terá uma participação de apenas 30 por cento, cabendo os 70 por cento aos agentes privados nacionais e internacionais interessados em participar no projecto. Ricardo D’Abreu explicou também que uma vez assinado o acordo, o trabalho nas diferentes etapas do projecto, começam, tanto do ponto de vista nacional, como internacional, sendo a intenção permitir que o projecto arranque o mais rápido possível dentro deste ano, para “facilitar a vida dos cidadãos”, garantiu.

Empresa construtora

A obra de construção do metro de superfície de Luanda está a cargo da empresa alemã Siemens Mobility, que começa a erguer as linhas e os terminais

de passageiros a partir do II semestre deste ano, no âmbito de uma Parceria Público-Privada.

A Siemens é um conglomerado industrial alemão, sendo o maior da Europa e um dos maiores do mundo. Mundialmente, a multinacional emprega mais de 360 mil pessoas em 190 países e a sua receita foi de aproximadamente 76 bilhões de euros no ano fiscal de 2013. O memorando que prevê dar corpo a uma das infra-estruturas mais importantes do país em matéria de mobilidade urbana, foi assinado recentemente, em Luanda, pelo director executivo da empresa germânica, Michael Peter, e o ministro angolano dos Transportes, Ricardo D'Abreu, no quadro da visita da Chanceler alemã, Angela Merkel, ao país. Sobre as linhas de crédito, Ricardo D'Abreu sublinhou que estão bem definidas, a nível macro, e que a primeira fase já está bastante desenvolvida.

Cacuaco e Kilamba

A linha vai ter uma extensão de 149 quilómetros, para cobrir os eixos principais de Luanda, isto é, do Porto de Luanda a Cacuaco, Avenida Fidel Castro Ruz-Benfica, Porto de Luanda-Largo da Independência e Centralidade do Kilamba-Largo da Independência.

O Plano Director de Luanda já aprovado pelo Executivo prevê, além do metro de superfície, dois sistemas, nomeadamente o Bus Rapid Transit (BRT) e o Veículo Rápido sobre Trilhos (carris), o conhecido VLT.

Um projecto antigo

A história da construção do metro de superfície tem mais de 10 anos e nunca saiu do papel. O projecto começou com o então ministro dos transportes, Jose Luís Brandão e depois atingiu uma outra fase com o antigo ministro do mesmo sector, Augusto da Silva Tomás. O mesmo previa a conclusão em 2017. De lá para cá já passaram dois anos, mas este ganha agora um novo fôlego. A obra que teria suporte financeiro chinês, passa agora a ter apoio alemão.

A iniciativa do Estado é boa, mas os cidadãos estão preocupados que o projecto não saia do papel como aconteceu há anos atrás, quando o Executivo anunciou projectos semelhantes e não chegaram a ser concretizados. Mas os tempos agora são outros e parece que desta vez as coisas serão diferentes.

Na altura, o sistema de transportes para a província de Luanda, que contava com mais de 6,5 milhões de habitantes, precisava de um transporte que retire a pressão ao transporte rodoviário da capital, razão pela qual o Governo angolano decidiu apostar forte na

criação também de corredores específicos para autocarros e reforçar a oferta de transporte público através de linhas de catamarãs até ao centro da capital, mas essa solução mostrou-se pouco funcional.

Fim dos problemas?

O metro de superfície pode ser a solução para o problema dos transportes de Luanda, uma vez que os transportes públicos na capital e no país ainda são precários e noutras cidades angolanas é igualmente um verdadeiro problema. Os taxistas, vulgo kandongueiros, têm sido a solução mais viável para conter a falta de alternativas.

A este respeito, o Executivo tem uma visão para o transporte sustentável em Angola, onde Governo e as autoridades dos Transportes estão empenhadas no futuro do sistema de mobilidade nacional. Para tal, é fundamental ter uma estratégia clara, que visa resolver e dar soluções claras a um dos maiores problemas nas cidades do mundo inteiro, com repercussões económicas, sociais e ambientais para os seus cidadãos.

Vantagens imediatas

O metro de superfície tem inúmeras vantagens, a começar pela poupança de tempo e maior produtividade devido a um menor congestionamento do trânsito nas cidades, a melhoria da qualidade do ar e protecção ambiental devido à redução de emissão de CO<sub>2</sub>, uma maior segurança nas estradas, resultando na redução de causalidades e acidentes e a também um melhor aproveitamento do espaço urbano.

## 6.22 O Galo e o Russo

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2020*

É incontornável falar do bairro do Mbondo Ambulungo sem mencionar o antigo Posto de Policia (a ex 8ª esquadra) construído nos anos 60, para atender a circunscrição do Prenda.

Denominada hoje de vigésima esquadra do Comando Municipal da Policia Nacional, foi nesse posto de polícia, onde os temidos agentes da Pide, Russo e Galo, sacrificaram muitos autóctones, encarcerando-os e depois torturarem - nos.

Pedra Vidal, que presenciou algumas destas tristes acções dos dois agentes da PIDE, disse que a juventude naquele tempo vivia apavorada. "Era preciso estar sempre atento às movimentações desses

dois polícias, razão pela qual todo cuidado era pouco", conta.

"Haviam limitações nas convivências diárias. Mesmo quando estivessemos a jogar a bola na rua, tínhamos que nos dispersar se eles viessem ao nosso encontro. Eram polícias famosos e terríveis", revelou, acrescentando que Russo e Galo não circulavam de jeep pelo bairro adentro durante as rondas, como os outros, porque residiam na circunscrição.

"O Russo parecia um alemão, no tom de pele, razão pela qual lhe foi atribuído esse nome, enquanto que o Galo era um homem de estrutura baixa e com uma barriga grande. Os dois foram um dos fundadores da esquadra erguida nos anos 60", disse.

Naquela época, continuou, a polícia portuguesa do bairro era muito rígida e patrulhava para prender sem justa causas os terroristas, como eles chamavam aos autóctones. Na única rua existente, era notório observar o vai e vem dos jeeps da polícia.

As fugas para o salão

Apesar das constantes perseguições da polícia, Alberto Kandov conta que nos anos 70, boa parte dos jovens arriscava para ir a um dos salões de festa de referência do bairro e muito concorrido, denominado Rádio Chama.

Lá, destacou, a juventude desfrutava de música do antigamente. "Eram salões em que se dançava o 'Merengue Baba Lú' e outros temas da época que amarravam todos no entretenimento. Era diversão a valer até o raiar do sol".

Além desse espaço, a juventude tinha ainda outros salões de festas, como o Bela Vista, Las Palmas, Luxissi e Lumenego. "Mas todo o cuidado era pouco". Os mais garotos, disse, viam as passadas dos cotas através de furos feitos nas chapas que cobriam os recintos. "Não era permitida a entrada destes, devido a idade".

Em função disso, afirma Pedra Vidal, "ficávamos à vontade e servíamos de espias para avisar os cotas lá dentro, quando os agentes da polícia estivessem por perto". O sinal de alerta, conta com um sorriso, era dizer: "Olha o galo em cima capoeira". Era como um refrão, disse.

## 6.23 O bairro onde eram feitos os julgamentos de Luanda

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2020*

*Autor: César André*

Considerada zona emblemática de Luanda, o bairro Mbondo Ambulungo surgiu na década de 40 e, ao longo da sua evolução, deixou marcas indeléveis na história do realojamento do Prenda. O pequeno "musseque" tem um significado histórico para os seus antigos habitantes por ter sido uma zona onde se praticavam certos rituais pelos nascidos em Luanda e os habitantes da Samba, na maioria pescadores.

Mbondo, que significa ímbondeiro, e Ambulungo, uma espécie de líquido que se entregava às pessoas que fossem acusadas de feiticeiro, tornou-se na designação do pequeno bairro, nascido no coração do Prenda.

Alberto André Kandov, de 67 anos, um dos mais antigos moradores, conta que nos anos 60 havia naquela zona um imbondeiro muito alto, que os mais velhos usavam para julgar as pessoas acusadas de feitiçaria.

Os rituais eram realizados naquela área, considerada sagrada, para as pessoas nascidas em Luanda. "Nesses rituais, os luandenses e seus descendentes colocavam um líquido sobre o acusado, chamado de ambulungo, para facilitar a descoberta de eventuais associações aos casos de feitiçaria", contou.

Esses julgamentos aconteciam nos anos 1963 e 64 neste local, situado na zona adjacente a uma esquadra de polícia, conhecida por oitava esquadra." o local haviam muitos imbondeiros e então as pessoas que eram acusadas de feiticeiras eram levadas para lá. O mais alto destes imbondeiros ainda existe até hoje", revelou.

Pedro Garcia Vidal, de 62 anos, outro dos mais antigos moradores do bairro, disse que, ao contrário de Alberto Kandov, a designação do bairro surgiu devido ao imbondeiro que existia na localidade, próximo a loja do comerciante português Zé Tita.

"Aqui tinha um grande imbondeiro onde os natos da Samba e Carimba faziam o tratamento tradicional de algumas pessoas que tinham ligação com feitiçaria", explicou. Para além desses rituais, os grupos carnavalescos da periferia, "nas quartas feira das mabangas", nos anos 60, se dirigiam para o local para deixar algumas ofertas como dinheiro, vinho e outros objectos, para terem bênçãos.

A partir daí, continuou, surge a designação de Mbondo Ambulungo, ou seja "o imbondeiro do tratamento". Depois da proclamação da Independência ainda se faziam esses rituais, mas depois acabou por completo.

Os rituais praticados na época, lembrou, também tinham como finalidade julgar as pessoas que cobiçavam os bens dos parentes, em especial os "primos direitos" que se envolviam em namoricos com as primas. Muito embora o bairro tenha vindo a ser habitado depois, por pessoas de outras regiões, adiantou, o ritual era praticado apenas por pessoas naturais de Luanda, descendentes dos axiluanças, que habitavam na zona da Samba e Carimba, que foram viver na região. Os familiares dos pescadores eram os principais promotores desses rituais, porque as pessoas oriundas do sul do país, da Quibala, Calulo, Malanje, Gabela e outras regiões "não alinhavam nessas acções".

#### Casas de Pau-a-pique

A circunscrição tinha como cartão de visita as casas formadas e construídas na sua maioria de pau-a-pique e os quintais eram revestidos com chapas e arcos provenientes dos barris de vinho.

As casas de madeira contavam-se aos dedos e os proprietários eram, geralmente, negros assimilados. Por isso, os imóveis destes eram pré fabricados e eram dados a quem tivesse rendimentos. As casas eram erguidas na área do lote 6, nas imediações da loja de José da Cruz, um antigo comerciante.

As árvores plantadas nos quintais recebiam timidamente alguns pássaros como o pica-flor, rabo de junco, bico de lacre, peito celeste, rola e tantos outros, que eram caçados pelos adolescentes, com físgas feitas de câmaras de ar de motocicletas. "Naquela altura vivia-se à vontade, tranquilamente. Agora com essa juventude é um caso sério", diz Pedra Vidal, ao recordar os tristes episódios que os jovens de 14 anos têm praticado nos últimos meses, mesmo com uma esquadra de polícia nas imediações.

Geograficamente o bairro do Mbondo Ambulungo, que possui apenas uma rua principal (a da 8ª esquadra) faz fronteira com as áreas da Encosta do

Prenda, Banga Sumo, Comissão do Prenda, Lote 22 e o bairro da Samba. No tempo de outro hora, lembra Pedra Vidal, os adolescentes tinham como divertimento, além de jogar a bola, caçar pássaros nos pequenos bosques e ela-reiras. "Também iam, com frequência, até a encosta do Prenda para brincar de escorregadia"

O Mbondo Ambulungo sempre foi considerado de um bairro pacato, de mulheres bonitas e homens vaidosos. Os seus habitantes se orgulhavam por isso. Feliciano de Carvalho, 50 anos de idade, recorda que a coabitação sempre foi pacífica entre os antigos moradores. "Descendo um pouco mais a rua, existe, até hoje, uma mistura de povos da Quibala e Luanda, assim como também de luandenses e malanjinos. Até mesmo os habitantes do Bengo que viviam aqui coabitavam com os de algumas regiões do sul, de uma forma invejável", contou.

Das pessoas influentes do bairro, Feliciano de Carvalho recorda-se de João Manico, António Gomes, Zetita, João Pequeno, Mam Bú, Kalamina, João Gomes, Dino Kapacupaco, Paulo Nove, Cota Adão, tio Pacheco, este último uma das grandes figuras do bairro, falecido recentemente.

Outras figuras como Mateus Luvambo, Mateus Cavallo, Elias da Graça, Lau, Valinho, Big, Canias, João Déndém, Cota Abel, Laró, Cangila, Irão, Nelson, Chagas, Comando, Pé de Chumbo, Pedrito, Pavão, Batalo e Franguito, também são parte da História do bairro.

## 6.24 Cofre de Previdência da Polícia projecta construir 100 moradias

*Jornal de Angola*

*Autor: Leonor Mabiala*

*20 De Fevereiro de 2020*

Um projecto de construção de 100 moradias, para os associados do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, vai ser implementado, em Cabinda, anunciou o presidente da instituição.

Domingos Jerónimo, que esteve na província com o objectivo de apresentar aos associados o plano de acção do novo corpo directivo, não avançou a data do início das obras, mas foi peremptório em afirmar que o projecto vai atenuar as dificuldades de acesso à casa própria e será sustentado por financiamento bancário.

Em Cabinda, o Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional prevê o desenvolvimento da agricultura e da pecuária para apoiar os

membros, sobretudo aqueles com problemas de saúde.

Os associados mostraram-se expectantes quanto à concretização do projecto de construção das 100 moradias e aproveitaram a presença do presidente do Cofre de Previdência para apresentarem algumas dificuldades que mais os inquietam, entre elas a questão da bolsa de estudos, para os filhos, assistência médica especializada, quer dentro quer fora do país e uma casa de trânsito para acomodar os efectivos que viajam para Luanda.

## 6.25 Habitações sorteadas hoje com transmissão na TPA

*Jornal de Angola*

*Autor: Manuela Gomes*

*20 De Fevereiro de 2020*

O sorteio para aquisição de habitação na Centralidade do Zango 5, município de Viana, em Luanda, tem lugar hoje com transmissão pela TPA, a decorrer nas instalações do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), no Palanca a partir das 10 horas, soube o *Jornal de Angola*.

Estão inscritos 157.431 candidatos, que concorrem para 2.309 residências, de um total de 7.964 da Centralidade do Zango 5. As casas a serem comercializadas correspondem a 30 por cento do total, para pessoas singulares, na modalidade de venda livre.

Segundo o director do Gabinete de Tecnologias de Informação do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, o sorteio será feito por meio de um algoritmo computacional (software), desenvolvido por técnicos angolanos, que vai sortear os códigos enviados aos candidatos aquando das inscrições.

Serão realizados sete sorteios nomeadamente, para os apartamentos T3, na modalidade de arrendamento urbano, vivendas isoladas, na modalidade de arrendamento urbano, vivendas geminadas, renda resolúvel e pronto pagamento, devendo obedecer os critérios da aleatoriedade, objectividade e transparência.

Mateus Gaspar disse que o algoritmo é uma sequência de passos, traduzido em códigos computacionais, visando escolher aleatoriamente os candidatos, de acordo com o número de habitação disponíveis, excepto à modalidade de pronto pagamento, que tem apenas uma tipologia disponível.

De acordo com Mateus Gaspar, após a realização do primeiro sorteio, será impresso uma lista contendo os códigos dos contemplados que serão divulgados em vários meios de comunicação, como *Jornal de Angola*, Portal do Governo e outros.

“Nesse processo, o software só vai lidar com os códigos dos candidatos e não com os nomes. O trabalho de associar os códigos aos nomes será feito a posterior”, explicou o engenheiro Mateus Gaspar.

O sorteio será acompanhado por um grupo multidisciplinar, coordenado pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação e que integra o Instituto de Supervisão de Jogos, órgão tutelado pelo Ministério das Finanças, que autorizou a sua realização neste formato, enquanto entidade que entende deste tipo de actividades no país.

“O processo de candidaturas foi conduzido pela empresa Imogestin, ao passo que o sorteio será realizado por uma outra entidade, para acautelar um dos princípios do processo: a clareza”, justificou.

“Pedimos aos candidatos para terem muita atenção aos códigos enviados por SMS ou email, pois serão estes dados a se ter em conta em primeira instância”, disse o engenheiro.

## 6.26 Condomínio em Luanda: quem tem “bolso” é dono

*Jornal Economia & Finanças*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autor: António Eugénio*

Numa altura em que cresce a corrida para a obtenção da casa própria, em Luanda há condomínios construídos há mais de 10 anos mas quase “desabitados”.

É o caso do imponente condomínio “Acquaville Residencial”, localizado na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem “Loy”, em Talatona onde, apesar da sua arquitectura despertar a atenção de quem circula por aquela área, está praticamente às “moscas”.

De pintura acastanhada, o “Acquaville Residencial” tem oito torres, com 128 apartamentos. A sua área total oscila entre os 212 e os 500 metros quadrados.

A desocupação inquieta ainda mais quem procura por uma casa para morar, como cantou um músico da praça: “já fiz todas as diligências para comprar uma casa para morar e compor o nosso lar”.

## Lisura

De longe se nota a desocupação do condomínio. Não passa despercebido pois por aí todos circulam, quer no sentido centro da cidade, quer para o “Patriota” ou mesmo Kilamba. Até mesmo para quem viaja para o Sumbe ou Benguela. Ou seja, um projecto habitacional bem localizado. Num lugar apetecível para viver. Mas a vontade não se sobrepõe a realidade. Conseguir aqui um apartamento é um bico d’obra, como alguém desabafou quando por lá passámos para mais anotações sobre a realidade destes conjunto de casas luxuosas.

“Há casas fechadas, enquanto muita gente nem um quarto tem... Quem é o dono deste condomínio?, alguém nos pergunta.

Depois conta a sua história. Disse que se inscreveu para o Zango 5 e soube que a estrelinha da sorte não cintilou para o seu lado, dado o número elevado de candidatos. Mostra algum constrangimento e suspeição relativamente à lisura do sorteiro.

A solução dele não passa pelo “Acquaville”, a julgar pelo valor das casas e os critérios de pagamento. Entretanto, de algumas varandas avistavam-se roupas estendidas, o que se presume que já tem alguns moradores. Soubemos que há alguns apartamentos ocupados, mas o pouco movimento, o silêncio receoso, leva a pensar o contrário. Quem são e como lá tiveram acesso à “chave da felicidade”?

Para ter acesso ao interior, nada pareceu fácil. Há segurança à entrada, mas pouco ou nada para satisfazer imediatamente à curiosidade ou mesmo o interesse. Dos engarrafamentos constantes, nas primeiras horas da manhã, para quem quer chegar ao trabalho, no centro de Luanda, o pensamento se remete para uma casa cada vez mais próximo do emprego, quando muitos condomínios exibem o “troféu” do insucesso em termos de ocupação. Grosso modo, estão “às moscas”. Quer se queira, quer não, os factos falam por si. Há casas a fatura em Luanda. Mas os seus preços proibitivos afugentam. Não há bolso para uma tabela carregada em termos de preços.

A vontade invade quem por aí passa. Mas não basta para lá chegar e ocupar um apartamento. Enquanto uma solução tarde a chegar, a opção continua a ser o arrendamento. Por exemplo, no KK-5000, um apartamento pode chegar a 80 mil. Como é sabido, esta parte do Kilamba não tem serviços sociais. Não há lojas, não há espaço de lazer, nem hospital.

Disse em tempos alguém de que o KK-5000 é um verdadeiro domitório. Para comprar algo, como saldo

para telefone tem de se percorrer distância ou ir ao Kilamba, nas loja do “mamadou. Para tal, tem-se de recorrer a um táxi. Sem dúvida, como assumem os seus moradores: é um pesadelo viver no “Kapakapa”.

## Acquaville Residencial

Não ficámos por aqui. Aliás, o nosso interesse é trazer histórias sobre os condomínios (quase) vazios que ornamentam Luanda. Num verdadeiro contraste entre o existente e a incapacidade financeira de obter uma casa. Num contacto telefónico com a sua direcção o JE apurou que a renda de um apartamento T3 pode ficar entre 250 e 400 mil kwanzas.

De resto, é arrumar as coisas e partir para uma vida de sonho, não da casa própria.

A venda de um apartamento custa entre os 60 e 100 milhões de kwanzas.

## 6.27 Contratos de milhões com a CIF são "Segredo de Estado"

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

A lista oficial de contratos assinados entre Angola e a CIF só foi conhecida dois anos depois do Acordo-Quadro de 2004, através da Resolução n° 61/06, de 4 de Setembro, que elenca 12 empreendimentos e a realização de 5 estudos e projectos. Mas só se passou a conhecer o nome dos projectos e uma pequena descrição, porque o conteúdo dos contratos foi classificado de "confidencial" ao abrigo da Lei do Segredo de Estado.

No entanto, uma parte coincidia com os que a CIF apresentava na sua página na Internet, incluindo a "construção de 215.500, residências em 24 cidades de 18 províncias", a "reabilitação geral do Caminho de Ferro de Benguela" ou o "Novo Aeroporto Internacional de Luanda". Já entre os estudos a realizar constavam o "Planeamento principal e urbano da Nova Cidade de Luanda" e o "Planeamento principal do novo centro administrativo de Luanda".

Como o Ministério das Finanças admitiu mais tarde, num comunicado de Outubro de 2008, a "entidade de direito privado" CIF Hong Kong, apelidada de Fundo Internacional da China, foi criada "com o propósito específico de "criar facilidades ou linhas de crédito para financiar projectos no âmbito do GRN; obter novos financiamentos em condições mais competitivas; e promover a afectação de capitais de risco, através de investimentos privados nacionais • e internacionais."

Para tal, a CIF organizou uma "primeira facilidade de financiamento" no montante de 2,9 mil milhões USD, que terão permitido "dar início" aos projectos do novo aeroporto, dos caminhos-de-ferro, estradas, infra-estruturas de drenagem em Luanda e os estudos e projectos da Nova Cidade de Luanda."

No entanto, explicou o MinFin, "tendo-se verificado alguns constrangimentos por parte da CIF na mobilização de financiamento para completar os projectos em curso e para o início de novos, o Governo decidiu instruir o MinFin no sentido de obter no mercado interno um financiamento de 3,5 mil milhões USD, através da emissão de Obrigações do Tesouro", para "permitir dar continuidade aos principais programas do GRN";.

## 6.28 A viagem a Africa motivada pela China e pelas mensagens contraditórias de Washington

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autora: Isabel Costa Bordalo*

"Quase dois anos depois de o Presidente Trump o nomear o principal diplomata dos Estados Unidos, Pompeo viajou para Africa para convencer os seus líderes a evitar investimentos chineses e, em vez disso, procurar colaboração com Washington e empresas americanas".

No quarto parágrafo de uma extensa reportagem de balanço da primeira incursão do secretário de Estado por África, o New York Times (NYT) sinaliza o motivo da viagem de Pompeo. Já antes, outros jornais americanos o haviam feito, apontando a China como o ponto central do périplo do chefe da diplomacia americana por África, numa tentativa de reafirmar os EUA como parceiro privilegiado do continente mais jovem do mundo e refrear o avanço da forte influência chinesa e da crescente presença russa.

Mike Pompeo estava também incumbido de reverter os efeitos da falta de envolvimento da Administração Trump em África e de atenuar o impacto das observações depreciativas do Presidente dos EUA sobre o continente, assim como dos cortes do Departamento de Estado no financiamento a programas africanos, como refere a ABC News.

"O desafio que Pompeo enfrenta em África é explicar as mensagens contraditórias vindas de Washington", afirmou Witney Schneidman, membro da Africa Growth Initiative da Brookings Institution, à ABCNews, antes de o secretário de estado embarcar

para o Senegal, primeiro destino da viagem por África. Schneidman aponta ainda "a falta de atenção que está a ser prestada" ao continente, notando que 14 meses depois de o ex-assessor de segurança nacional, John Bolton, ter lançado a estratégia para Africa "muito pouco foi realizado, onde muitas outras nações avançaram".

O NYT vai mais longe ao evidenciar a dissonância entre o discurso e a prática ao descrever a chegada de Pompeo a Bole, na Etiópia, "cidade moldada pelo mesmo adversário contra o qual tinha vindo pregar: a China".

"Pompeo e sua delegação foram recebidos na segunda-feira à noite no Aeroporto Internacional de Bole, um dos maiores de África, expandido em parte por fundos chineses. Sua comitiva passou pela capital, Adis Abeba, onde Pequim construiu rodovias e fábricas, e financiou um sistema de metro e uma ferrovia multibilionária para o vizinho Djibuti", escreve o diário nova-iorquino. O secretário de estado americano encontrou-se com o presidente da União Africana, "na sua imponente sede, construída e paga pela China, num custo de 200 milhões USD".

Ao contrário da China, Mike Pompeo "chegou ao Senegal, Angola e Etiópia sem oferecer nenhum novo grande investimento, iniciativa ou assistência do governo americano", evidencia o New York Times, acrescentando que, em vez disso, "promoveu empresas americanas, vangloriando-se de que as suas práticas são superiores quando comparadas aos da China".

Para reforçar a dissonância, o NYT enumera a intenção de os EUA reduzirem ou retirarem as suas forças na África Ocidental, no meio da crescente onda de violência extremista, a proibição ampliada de viagens, anunciada no início de Fevereiro, que afecta agora um quarto da população africana, e que inclui a Nigéria, a maior economia do continente e um dos três parceiros apontados por Pompeo como estratégicos na relação dos EUA com Africa, e a retirada de tropas americanas da região de Agadez, no Níger ..

Na sua página na internet, o Departamento de Estado afirma que um dos objectivos da viagem a África é estimular o comércio e o investimento com os EUA, que está dependente de reformas políticas e económicas, como a eliminação da corrupção.



## 6.29 Sorteados começam a receber mensagens amanhã

*Jornal Economia & Finanças*

21 De Fevereiro de 2020

*Autor: André Sibi*

A partir de amanhã (sábado), os cidadãos contemplados no sorteio para as habitações na centralidade do Zango 5 vão receber mensagens para o início das entrevistas e entrega das chaves nos próximos 90 dias.

Segundo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que falava à imprensa, à margem da abertura do sorteio para a aquisição de residências no Zango 5, acto realizado em Luanda, a próxima fase consiste em convocar os candidatos para se averiguar a veracidade dos dados/documentos fornecidas à Imogestin.

A ministra esclareceu que na eventualidade de existir um maior número de excluídos ao longo das entrevistas, a instituição vai dar lugar para mais um sorteio, no leque dos 155.041 restantes da primeira fase.

A governante aproveitou, igualmente, a ocasião para tranquilizar aqueles que não forem contemplados nesta fase, tendo anunciado para breve a abertura de novas inscrições para as centralidades, tanto em Luanda bem como no resto do interior do país.

Destacou que o programa nacional de habitação tem como objectivo primordial garantir o acesso a moradias condignas e, economicamente, acessíveis a toda a população.

Por sua vez, a ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula Sacramento Neto, disse que 70 por cento dos concorrentes são jovens, com menos de 40 anos de idade, sendo que boa parte deles “terão o seu problema resolvido”.

Mais-valia

O director do Gabinete das Tecnologias de Informação e Comunicação do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Mateus Garcia, explicou que o sistema informático usado para o primeiro sorteio público foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de peritos informáticos do seu Gabinete, da universidade Católica de Angola bem como do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

Revelou que o programa foi concebido para fazer face ao défice habitacional nas zonas urbanas e reduzir as intensas disputas de terrenos em todo o território nacional.

## 6.30 Acesso ao crédito está mais facilitado

*Jornal de Angola*

28 de Fevereiro de 2020

*Autor: João Dias*

A garantia aos bancos no processo de concessão de crédito às empresas e pessoas singulares poderá ser feita com base em valores mobiliárias, ao contrário do que tem havido até agora, em que eram obrigatórias hipotecas de bens imobiliários.

O Conselho de Ministros, reunido ontem, na sua segunda sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço, aprovou a Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e seu Registo. O diploma tem como objectivo melhorar o ambiente de negócios, nos seus mais variados níveis, por via da promoção e incentivo ao crédito.

O documento estabelece o regime jurídico aplicável à utilização de bens móveis como garantia, do cumprimento de obrigações, adequando as normas existentes sobre as garantias mobiliárias às exigências da vida e dos padrões internacionais.

No termo da reunião, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, reforçou que, caso seja aprovada pelo Parlamento, a nova Lei vai permitir que, no acesso ao crédito, as empresas e qualquer outra entidade singular que antes tinha obrigatoriedade de oferecer como garantia um bem imobiliário (terrenos, casas ou outro tipo de bem imobiliário), na forma de hipoteca, poderão fazê-lo por via de garantias mobiliárias.

Francisco Queiroz lembrou que a lei foi aprovada a pensar naquelas empresas e pessoas singulares sem terrenos nem casas para oferecer como garantias, tal como as pequenas e médias empresas que, em muitos casos, têm contas bancárias, bens agrícolas e gado ou títulos de crédito, máquinas e veículos e até bens mobiliários futuros.

“Estas empresas podem, a partir da aprovação dessa lei, dar esses bens como garantia para obter crédito e isso é um grande avanço, porque vai facilitar o acesso ao crédito, conferindo aos bancos uma maior segurança na concessão de crédito, o que vai fazer com que o mercado financeiro actue de forma mais dinâmica”, disse.

Para o ministro, a lei terá esse grande impacto na economia e também fará com que a imagem de Angola no exterior e a sua avaliação em termos do “doing business”, cresça, numa altura em que o país está na 184ª posição, num conjunto de 190 países.

#### Estratégia Nacional dos Direitos Humanos

O Conselho de Ministros aprovou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos para enquadrar a actuação do Executivo nesse âmbito, tendo por referência o Plano de Governação 2017-2022 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 -2022.

Com a estratégia, pretende-se a conquista da “Maioridade Nacional em Direitos Humanos”, elevando os direitos humanos à categoria de Questão de Segurança Nacional merecedora da avaliação, prevenção e tomada de medidas para garantir a estabilidade e a paz social.

O objectivo, segundo o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, é conceber os direitos humanos dentro de uma visão endógena, com base na cultura nacional e na sensibilidade para as questões da dignidade da pessoa humana, já que, até agora, a gestão da questão tem sido feita na base do que é ditado do exterior.

Dessa estratégia, lembrou, descende o Prémio Nacional dos Direitos Humanos e também o Plano Nacional de Execução da Estratégia, todos voltados para o incremento de uma visão interna dos direitos humanos.

Francisco Queiroz enfatizou que a Estratégia Nacional pretende elevar os direitos humanos à categoria de questão de segurança nacional, pois, na sua visão, se estes não forem respeitados, observados ou atropelados de modo sistemático, representarão um factor de insegurança e instabilidade política nacional.

Por isso, o ministro esclareceu que a estratégia é que os direitos humanos sejam objecto de avaliação periódica ao nível do Conselho de Segurança Nacional, que reúne mensalmente.

Prémio Nacional de Direitos Humanos  
Ainda ontem, foi aprovado o Prémio Nacional de

Direitos Humanos, que vai distinguir, anualmente, personalidades e instituições que tenham contribuído, de forma relevante, para a protecção, promoção e aprofundamento dos direitos humanos e da cidadania em Angola. Também foi aprovado o regulamento do prémio.

Segundo o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, o prémio decorre da Estratégia Nacional de Direitos Humanos. Estão instituídas quatro categorias, designadamente “personalidade do ano em direitos humanos”, “pesquisa científica em direitos humanos”, “acções comunitárias em direitos humanos” e “cultura da paz e cidadania em direitos humanos”.

Francisco Queiroz informou que, em função da avaliação do júri, cada uma das categorias pode ser agraciada por uma estatueta acompanhada de valor pecuniário e um certificado. O objectivo, disse, é transferir para a cidadania capacidade de se envolver mais na promoção, defesa e na fiscalização dos direitos humanos, resgatando a soberania no plano da dignidade e o poder de auto denunciar eventuais falhas e atentados aos direitos humanos.

#### Protecção à transferência de bens culturais

No domínio da Cultura, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento sobre os Procedimentos Relativos à Protecção, Exportação, Importação e transferência de Bens Culturais, diploma que estabelece as normas jurídicas que visam a protecção, exportação, importação e transferência de bens culturais nacionais.

Com a aprovação deste diploma pretende-se impedir que os bens culturais saiam do país de forma ilícita e, caso tal ocorra, garantir a sua restituição e retorno, bem como promover e proteger as obras artísticas nacionais.

Relativamente ao sector do Ambiente, o Conselho de Ministros aprovou o Programa Nacional de Qualidade Ambiental, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das populações das áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, garantindo a qualidade do ar, da água e do solo, através de acções sectoriais sinérgicas que incluam a componente ambiental nos diversos planos e programas existentes no país, promovendo a gestão sustentada dos recursos naturais e do ambiente.

Ainda ontem, o Conselho de Ministros aprovou o Programa Nacional de Normalização Ambiental, documento que visa sensibilizar e mobilizar os sectores económicos potencialmente usuários de recursos naturais e o poder público para a gestão

participativa, de forma a assegurar o uso múltiplo e a preservação do ambiente no país, bem como a elaboração das normas técnicas ambientais, de prevenção e protecção do ambiente do sector económico estratégico.

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros apreciou, para envio à Assembleia Nacional, os Projectos de Resolução que aprovam, para ratificação ou para adesão, o Acordo Multilateral sobre Coordenação dos Serviços de Salvamento Marítimo, Carta Africana de Estatística, Acordo entre Angola e Cuba sobre a Transferência de Pessoas Condenadas a Penas Privativas de Liberdade, Acordo de Cooperação entre o Governo de Angola e o Governo do Brasil em matéria de Segurança e Ordem Interna.

Ainda no âmbito da política externa, foi aprovado, para ratificação, o Memorando de Entendimento entre Angola e os Estados Unidos da América em matéria de Segurança e Ordem Pública, bem como uma Convenção sobre a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - INMARSAT e uma outra Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional.

No quadro da cooperação bilateral, o Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre Angola e o Uruguai, no domínio do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e tomou conhecimento do Memorando de Entendimento entre o Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA) e a Empresa de Gestão dos Portos do Qatar (MWANIQATAR).

O Conselho de Ministros apreciou ainda, para envio à Assembleia Nacional, as Propostas de leis das Precedências e do Protocolo do Estado e a que estabelece as normas e os procedimentos sobre as precedências, assim como o protocolo nos actos e cerimónias oficiais realizados em território nacional e em representações diplomáticas e consulares de Angola no estrangeiro.

### 6.31 Condóminos sentem falta de verdade no negócio

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

Já são quase dez anos que a história se repete no Condomínio Interland, localizado no Morro Bento, cercanias da avenida Pedro de Castro van-núnem «Loy». Aquele imóvel, que comporta mais de 400 apartamentos de típlegias T3, divididos em mais de

30 prédios de quatro andares, tem a sua administração a braços com constantes reclamações dos moradores.

Já em 2012, por via do Club-K, foi possível ter-se acesso a uma reclamação de um morador publicada por este site de notícias. A mesma dava conta dos valores cobrados que, já naquela época, eram considerados altíssimos para o bolso de quem ali decidisse arrendar ou comprar uma residência.

"Foi criada uma comissão de moradores no sentido de se resolver esta situação, mas a verdade é que a direcção daquela instituição está intermitente alegando que os valores não mudarão, que é apenas um depósito que no final do ano vão apresentar as contas todas", lê-se numa nota de reclamação do morador. É ainda possível, pela descrição do morador claramente insatisfeito, ler-se o seguinte: "Segundo eles, 400 dólares são para segurança, limpeza, jardins e água, cabendo o restante para o combustível e manutenção do gerador".

O condómino, que não se identifica na referida publicação, conclui a sua manifestação de indignação fazendo uma comparação das taxas daquele imóvel com outras estruturas similares, localizadas em zonas mais prestigiadas que, claramente, apresentam melhores condições em termos de infra-estruturas, tais como áreas de lazer, prática de desporto, centro social, etc. Para ele os preços, se comparados, são muito mais baixos em relação ao lugar onde vive.

Nove anos depois, a história mostra-se ser a mesma. A semântica das reclamações, segundo os moradores, gravita em torno de um ciclo vicioso. Um dos moradores contactados pela a equipa de reportagem do NJ afirma que o pagamento de uma taxa de 63.900 Kz não é reflectida na qualidade de vida que era suposto haver. "Afinal de contas, tenho pago muito para pouco usufruto, uma vez que não tenho sequer uma quadra desportiva, uma piscina ou um centro de recreação cultural, e o mais grave: um espaço infantil". O referido morador questiona:

"Aonde é que vai parar este dinheiro todo?".

Comissão de moradores sem legitimidade

Diante destes problemas, foi constituída uma comissão de moradores cuja legitimidade não é reconhecida pela Mateba, empresa que administra o condomínio e que teve também a responsabilidade de construir o referido imóvel que antes era tutelado pelo Grupo Intertransportes. O braço-de-ferro entre a não reconhecida comissão de moradores parece ser antigo, uma vez que os seus membros parecem

descortinar algumas irregularidades que, a serem desvendadas, podem incorrer em processo-crime.

A luta pelo reconhecimento da referida comissão já vem de alguns anos, e os moradores associados contam ainda levar a questão à municipalidade para regular a referida comissão de moradores e assim exigirem o que lhes cabe como direito enquanto moradores ou condóminos.

Alguns alegam falta de vontade da administração do Condomínio Interland em colaborar no assunto, arrastando a situação numa condição que é considerada desgastante em função dos anos que a «novela» já carrega.

A insatisfação dos moradores ante a falta de comunicação com quem gere aquela unidade residencial levanta várias questões que apenas ficam no ar, tais como:

"Quem é o verdadeiro proprietário do Condomínio Interland?", "Quem paga e quem não paga a taxa de condómino?" e "porque é que não há investimentos para melhoria do condomínio, uma vez que a totalidade do valor atinge quase trinta milhões de kwanzas por mês, ou seja 28.882.800 Kz.

Os moradores afirmam que, em nove anos, os edifícios já se mostram algo degradados e questionam "Aonde vai tanto dinheiro?".

A maioria dos apartamentos do condomínio em causa, pelo que apurou o NJ, pertence à empresa, que faz a sua administração. Em função disso, os moradores questionam se a mesma tem pagado o Imposto Predial urbano (IPU) desses imóveis.

Banco envolvido na denúncia

No projecto de construção do referido condomínio, está incluída a existência de um espaço recreativo que, infelizmente, os moradores não chegaram a usufruir do mesmo porque estes denunciam que aquela parcela foi vendida a um banco comercial. O referido perímetro, composto por várias estruturas concebidas para lazer e recreação dos moradores, está votado ao abandono desde o surgimento das primeiras pessoas que ocuparam os apartamentos que compõem aquele espaço residencial.

## 6.32 Garantias mobiliárias estão asseguradas

*Jornal Economia & Finanças*

*28 De Fevereiro de 2020*

O Conselho de Ministros aprovou ontem, a Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias, um instrumento que estabelece as regras aplicáveis à utilização de bens móveis.

O diploma, que agora segue para o Parlamento para discussão e aprovação, cria o regime jurídico dos bens móveis, como garantia do cumprimento de obrigações, ao mesmo tempo que os adequa às exigências e aos padrões internacionais.

De acordo com um comunicado de imprensa divulgado no final da sessão Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, refere que, com a aprovação do diploma, o Executivo angolano pretende melhorar o ambiente de negócios no país por via da promoção e do incentivo ao crédito.

Com essa medida, espera-se por um aumento da competitividade no sector de serviços financeiros, por meio de empréstimos por parte das instituições financeiras não bancárias.

Direitos Humanos

Na reunião, foi igualmente aprovada a Estratégia Nacional para os Direitos Humanos, um documento orientador que visa enquadrar a actuação do Executivo, tendo por referência o Plano de Governação 2017-2022 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

A nota esclarece que com essa estratégia pretende-se também alcançar a conquista da “Maioridade Nacional em Direitos Humanos”, elevando os direitos humanos à categoria de “Questão de Segurança Nacional”.

Ainda no sector da Justiça, o Conselho de Ministros criou o Prémio Nacional dos Direitos Humanos, que visa distinguir anualmente personalidades e instituições que tenham contribuído, de forma relevante, para a protecção, promoção e aprofundamento dos direitos humanos e da cidadania em Angola.

Na mesma sessão, foi aprovado o regulamento do Prémio Nacional dos Direitos Humanos.

Já no sector da Cultura, o Executivo angolano aprovou o Regulamento sobre os Procedimentos Relativos à Protecção, Exportação, Importação e transferência de Bens Culturais.

O diploma tem como finalidade impedir que os bens culturais saiam do país de forma ilícita e, caso isso aconteça, garantir a sua restituição e retorno, bem como promover e proteger as obras artísticas nacionais.

#### Comissão económica

Na quarta-feira, a Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou alterações à Lei dos Contratos Públicos, com objectivo de aumentar a confiança e a adequação às boas práticas internacionais, indica um comunicado de imprensa da reunião.

O documento explica que o instrumento jurídico visa também mitigar os constrangimentos identificados relacionados com o processo de formação e execução dos contratos públicos.

O diploma pretende introduzir, igualmente, um conjunto de normas referentes às operações e práticas de mercado, bem como aos direitos, obrigações e garantias dos operadores de mercado. Mereceu, ainda, a apreciação da equipa económica do Executivo a proposta de Lei do Regime Jurídico do Cadastro Predial. O documento pretende assegurar e melhorar a gestão fundiária, o que poderá aumentar a segurança da titularidade, imprimir maior dinamismo no trânsito jurídico da propriedade, bem como na implementação do programa de melhoria do ambiente de negócios.

#### Construção

Neste domínio, a Comissão Económica aprovou o regulamento que estabelece as condições do exercício das actividades de construção civil e obras públicas, bem como de projectos de obras e fiscalização.

Trata-se de um diploma que introduz alterações no processo inerente à classificação, inscrição de empreiteiros de obras públicas e fiscalização das mesmas.

O referido procedimento passa pelo alargamento das entidades com competência para conceder títulos de registo e alvarás, assim como pela simplificação e desburocratização dos procedimentos que visam a obtenção dos títulos habilitantes.

A Comissão Económica aprovou também o Regulamento Geral de Avaliação de Impacto Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, que estabelece as normas e os procedimentos reguladores da avaliação do impacto ambiental de projectos públicos e privados.

Foi, ainda, aprovado novos Procedimentos de Gestão do Manifesto de Carga e respectivos formulários, que tem como principal objectivo estabelecer o quadro legal sobre o uso de meios electrónicos no acto de elaboração de Títulos de Transporte, de submissão de Manifestos de Carga.

### 6.33 MINOTH nega abertura de inquérito sobre alegadas irregularidades no sorteio

*Jornal Economia & Finanças*

*28 De Fevereiro de 2020*

*Autor: André Sibi*

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH) negou a existência de um inquérito para apurar eventuais irregularidades no sorteio das residências da centralidade do Zango 5, realizado no passado dia 20 de Fevereiro, em Luanda, no Instituto de Gestão Cadastral de Angola (IGCA).

Em declarações ao JE, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Minoth, Hélder Velasco, disse que o processo decorrer como previsto, e a instituição não recebeu qualquer notificação que coloca em causa a lisura do sorteio realizado, amplamente divulgado pelos meios de comunicação social e supervisionado por várias instituições credíveis no país.

Frisou que "não existe num inquérito interno" para apurar a veracidade das denúncias de fraudes no processo de aquisição das residências no projecto habitacional do Estado angolano, postas a circular nos últimos dias.

"Nesta altura decorre o envio das mensagens aos contemplados para o início das entrevistas e a respectiva entrega das chaves aos contemplados a partir de 09 de Março do corrente", disse Hélder Velasco.

Para o processo de "Venda Livre" para a centralidade do Zango Cinco estão inscritos 157 mil candidatos, dos quais 2.390 serão sorteados, o que corresponde às residências que estão disponíveis no Zango 8.000.

## Regras claras

O sorteio obedece o princípio da aleatoriedade, objectividade e transparência, obedecendo o artigo 4 da Lei 5, de 27 de Maio, Lei da Actividade de Jogos.

O sorteio foi realizado para acesso dos cidadãos ao regime de arrendamento urbano em apartamento T3, VT3 Geminada (G) e VT3 Isolada (I), Propriedade Resolúvel Apartamento T3, VT3 G, VT3 I e Pronto pagamento VT3I:

Para as casas do Zango 5, estavam habilitados ao sorteio 157 mil, 431 candidatos que se inscreveram no portal da Imogestín, para concorrerem às 2.390 habitações disponíveis na centralidade.

Durante o sorteio para a aquisição de residências no Zango 5, acto realizado em Luanda, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, tranquilizou aqueles que não foram contemplados nesta fase, tendo anunciado para breve a abertura de novas inscrições para as centralidades, tanto em Luanda como no resto do interior do país.

## 6.34 Triagem de documentos começa na próxima semana

*Jornal de Angola*

*28 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

O processo de triagem de documentos dos candidatos apurados em sorteio, para habilitação às residências da Centralidade do Zango 5, começa na próxima semana, anunciou ontem, em Luanda, uma fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

O procedimento, que será conduzido pela imobiliária Imogestín e coordenado pelo Ministério, teve o decurso de inscrições entre os dias 27 de Janeiro e 5 de Fevereiro. Inscreveram-se 157 mil e 431 candidatos, para serem apurados apenas 2.390, que vão preencher o mesmo número de residências disponíveis. Em declarações ao jornal de Angola a fonte disse que, à medida que o sorteio for chamado, será feito um processo de filtragem. Caso não esteja habilitado, automaticamente o candidato é “afastado” do processo.

Perdem a candidatura, por exemplo, os inscritos que apresentem falhas na conformidade da declaração de serviço, com o salário discriminado, a caducidade do Bilhete de Identidade ou um falso número de Contribuinte.

“Muitos pensam que, pelo facto de já terem sido sorteados, nesta primeira fase, automaticamente estão habilitados a receber uma casa, o que não é bem assim. Haverá uma filtragem aos processos dos pretendentes”, explicou.

Referiu que o grupo responsável pelo processo está a estudar uma solução, caso o candidato não reúna as condições necessárias. “Ainda não encontramos um denominador comum, se estes vão a um novo sorteio ou não. Estamos ainda por definir, mas a verdade é que temos que, obrigatoriamente, preencher o número de habitações disponíveis”.

Desconfirmou, por outro lado, a abertura de um inquérito levado a cabo pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, sobre alegadas irregularidades no processo de distribuição das casas.

Notícias postas a circular nas redes sociais, na quarta-feira última, davam conta que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação abriu um inquérito para apurar a veracidade de denúncias públicas, sobre alegadas irregularidades no processo de distribuição das mais de 2.000 moradias na centralidade do Zango 5.

O responsável confirmou existirem rumores à volta do assunto, mas refere não passarem de comentários efémeros e dolosos. Assegurou que o processo de comercialização de mais de 2.000 residências, no Zango 5, vai continuar o seu percurso normal.

“Acreditamos que os fomentadores destes tipos de comentários são os candidatos que, infelizmente, não foram contemplados. A equipa de trabalho nada tem a ver com a não selecção de todos os que se inscreveram. As pessoas são livres de concordar ou não com o sistema. Acredito que, ainda que fosse outro sistema de sorteio, os mesmos comentários iam surgir”, lamentou.

Segundo ele, todas as 2.390 habitações inicialmente disponíveis foram sorteadas. Dentro de 90 dias os candidatos apurados começam a receber as chaves dos seus apartamentos.

### Projectos habitacionais

As centralidades permitem a milhares de angolanos realizar o sonho da casa própria, tendo aumentando a oferta de casas do Estado, obrigando a uma queda nos preços. São obras pensadas, que contam com saneamento básico aceitável, ruas organizadas e boa qualidade de serviços administrativos. Por outro lado, a tranquilidade pública é uma das vantagens mais apontadas pelos moradores residentes nas centralidades.

De recordar que várias centralidades e urbanizações estão a ser construídas a nível do país. Até ao momento, estão em execução projectos nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda-Norte, Huila, Namibe e Benguela, com projecção para outras 13 províncias.

Importa realçar que a Centralidade do Kilamba foi a primeira no país a receber moradores. Considerada uma centralidade modelo, está localizada no município de Belas e foi inaugurada a 11 de Julho de 2011.

O projecto foi concebido para ser desenvolvido em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

Mais de 200 candidatos ao concurso público da Saúde não realizaram ontem, em Luanda, os exames de acesso, por falta de conhecimento dos locais indicados.

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, durante uma reunião com os candidatos lesados, no Instituto Médio Alda Lara, pediu desculpas pelos transtornos causados e prometeu que será feita uma segunda prova, no meio da próxima semana, apesar do prazo terminar hoje.

“Em nome do Ministério da Saúde, viemos encontrar soluções pacíficas, para que os exames decorram sem problemas. A quantidade de candidatos é grande, houve alguma desinformação e nós admitimos, mas, também, muita gente nunca consultou o site para saber onde fazer os exames”, disse a ministra.

Pelos transtornos causados ontem, o Ministério da Saúde achou por bem remarcar as provas dos candidatos que estiveram presentes, para terça ou quarta-feira, mas os inscritos deverão, a partir de sábado, consultar o site [www.ingressominsa.com](http://www.ingressominsa.com) ou consultarem as listas fixadas no Instituto Médio de Saúde (IMS), das 8h00 às 18h00, para saberem os locais e o horário certo.

“O que aconteceu ontem é que alguns candidatos, principalmente da carreira de motoristas, foram erradamente informados que deveriam fazer o exame no Instituto Alda Lara, associado a este processo temos de ter em conta que os candidatos chegam tarde, não consultam os sites e nem sabem em que escola, sala ou horário efectuar a prova”, explicou Sílvia Lutucuta. A ministra alertou que as provas são personalizadas e cada um tem de saber onde vai fazer o exame, devendo chegar cedo, para a resolução atempada de qualquer problema.

Sílvia Lutucuta referiu que para o concurso público da Saúde foram inscritos 77 mil candidatos, em todo o país, para sete mil vagas, em 40 categorias. “Foi feito todo o esforço para que o processo decorra sem sobressaltos”.

#### Províncias sem candidatos

A ministra Sílvia Lutucuta garantiu ontem, em Luanda, que o processo de candidaturas nas outras províncias do país decorre sem sobressaltos. Segundo uma reportagem emitida pela Rádio Nacional de Angola (RNA), na província da Lunda-Sul verificou-se pouca adesão, sobretudo na categoria de médicos.

A província tem disponível 47 vagas para médicos, mas apenas 13 fizeram os exames. Estão disponíveis para a província da Lunda-Sul 295 vagas para o sector da Saúde.

O coordenador do concurso público na Lunda-Sul, José Serrote, entende que tem de se encontrar uma solução, para o preenchimento das vagas. No Cunene a situação é mais preocupante, não houve nenhum candidato para a categoria de médicos. A Direcção Provincial da Saúde afirma que são 35 vagas disponíveis, que podem ser preenchidas por técnicos de outras categorias.

Na província do Cunene 1.100 candidatos concorrem para 250 vagas de enfermagem, técnico de terapêutica e de apoio hospitalar.

## 7. TERRA

### 7.1 Fazendeiros sul-americanos têm 10 mil hectares

*Jornal Economia & Finanças*

28 De Fevereiro de 2020

*Autor : João Constantino*

Cerca de 10 mil hectares estão disponíveis na província do Bié para que um grupo de fazendeiros mexicanos e bolivianos se instalem e comecem a produzir cereais, tubérculos e vegetais em grande escala.

No encontro mantido com os fazendeiros sul-americanos, recentemente, na cidade do Cuito (Bié), o vice-governador para o sector Político e Social, António Manuel, apelou também, para

investirem na pecuária, pois "vamos atribuir a cada família 300 hectares de terra arável que servem também para a pecuária".

O governante afirmou ainda que a materialização deste projecto trará benefícios económicos e abertura no mercado de emprego para a juventude.

"Nós temos muitos jovens desempregados, que com a presença dessas famílias, que vão apostar na agricultura mecanizada' serão absolvidos no mercado do emprego", destacou.

Aposta na safra

O sub-director da Câmara de Comércio e Indústria hispano-americana, Francisco Calderon, que chefia a delegação dos fazendeiros, afirmou que a terra será aproveitada na produção de soja, milho, tubérculos e outros cereais.

"Vamos começar o nosso trabalho numa área de 10 hectares cedida pelo governo do Bié, e assim iniciar a trabalhar," garantiu

O grupo constituído por catorze fazendeiros e suas famílias provenientes dos países da América Latina, Bolívia e México, estão a procura de oportunidade de investimentos nas províncias do Bié.

Afirmou que outros grupos de fazendeiros visitaram as províncias de Malanje e Cuando Cubango, com a mesma finalidade de investir nas áreas da agricultura.

O fazendeiro acrescentou que os empresários vão investir na produção de cereais, e desejamos arrancar com o projecto ainda este ano.

"Temos o nosso capital, só queríamos ter o apoio na aquisição das terras, tendo a garantia de 10 mil hectares", rebateu.

### 7.2 O Galo e o Russo

*Jornal de Angola*

16 De Fevereiro de 2020

É incontornável falar do bairro do Mbondo Ambulungo sem mencionar o antigo Posto de Policia (a ex 8ª esquadra) construído nos anos 60, para atender a circunscrição do Prenda.

Denominada hoje de vigésima esquadra do Comando Municipal da Policia Nacional, foi nesse posto de polícia, onde os temidos agentes da Pide, Russo e Galo, sacrificaram muitos autóctones, encarcerando-os e depois torturarem - nos.

Pedra Vidal, que presenciou algumas destas tristes acções dos dois agentes da PIDE, disse que a juventude naquele tempo vivia apavorada. "Era preciso estar sempre atento às movimentações desses dois polícias, razão pela qual todo cuidado era pouco", conta.

"Haviam limitações nas convivências diárias. Mesmo quando estivessemos a jogar a bola na rua, tínhamos que nos dispersar se eles viessem ao nosso encontro. Eram polícias famosos e terríveis", revelou, acrescentando que Russo e Galo não circulavam de jeep pelo bairro adentro durante as rondas, como os outros, porque residiam na circunscrição.

"O Russo parecia um alemão, no tom de pele, razão pela qual lhe foi atribuído esse nome, enquanto que o Galo era um homem de estrutura baixa e com uma barriga grande. Os dois foram um dos fundadores da esquadra erguida nos anos 60", disse.

Naquela época, continuou, a polícia portuguesa do bairro era muito rígida e patrulhava para prender sem justa causas os terroristas, como eles chamavam aos autóctones. Na única rua existente, era notório observar o vai e vem dos jeeps da polícia.

As fugas para o salão

Apesar das constantes perseguições da polícia, Alberto Kandov conta que nos anos 70, boa parte dos jovens arriscava para ir a um dos salões de festa de referência do bairro e muito concorrido, denominado Rádio Chama.

Lá, destacou, a juventude desfrutava de música do antigamente. "Eram salões em que se dançava o 'Merengue Baba Lú' e outros temas da época que



amarravam todos no entretenimento. Era diversão a valer até o raiar do sol".

Além desse espaço, a juventude tinha ainda outros salões de festas, como o Bela Vista, Las Palmas, Luxissi e Lumenego. "Mas todo o cuidado era pouco". Os mais garotos, disse, viam as passadas dos cotas através de furos feitos nas chapas que cobriam os recintos. "Não era permitida a entrada destes, devido a idade".

Em função disso, afirma Pedra Vidal, "ficávamos à vontade e servíamos de espias para avisar os cotas lá dentro, quando os agentes da polícia estivessem por perto". O sinal de alerta, conta com um sorriso, era dizer: "Olha o galo em cima capoeira". Era como um refrão, disse.

### 7.3 O bairro onde eram feitos os julgamentos de Luanda

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2020*

*Autor: César André*

Considerada zona emblemática de Luanda, o bairro Mbondo Ambulungo surgiu na década de 40 e, ao longo da sua evolução, deixou marcas indeléveis na história do realojamento do Prenda. O pequeno "musseque" tem um significado histórico para os seus antigos habitantes por ter sido uma zona onde se praticavam certos rituais pelos nascidos em Luanda e os habitantes da Samba, na maioria pescadores.

Mbondó, que significa ímbondeiro, e Ambulungo, uma espécie de líquido que se entregava às pessoas que fossem acusadas de feiticeiro, tornou-se na designação do pequeno bairro, nascido no coração do Prenda.

Alberto André Kandov, de 67 anos, um dos mais antigos moradores, conta que nos anos 60 havia naquela zona um ímbondeiro muito alto, que os mais velhos usavam para julgar as pessoas acusadas de feitiçaria.

Os rituais eram realizados naquela área, considerada sagrada, para as pessoas nascidas em Luanda. "Nesses rituais, os luandenses e seus descendentes colocavam um líquido sobre o acusado, chamado de ambulungo, para facilitar a descoberta de eventuais associações aos casos de feitiçaria", contou.

Esses julgamentos aconteciam nos anos 1963 e 64 neste local, situado na zona adjacente a uma esquadra de polícia, conhecida por oitava esquadra." o local haviam muitos ímbondeiros e então as pessoas que

eram acusadas de feitiçarias eram levadas para lá. O mais alto destes ímbondeiros ainda existe até hoje", revelou.

Pedro Garcia Vidal, de 62 anos, outro dos mais antigos moradores do bairro, disse que, ao contrário de Alberto Kandov, a designação do bairro surgiu devido ao ímbondeiro que existia na localidade, próximo a loja do comerciante português Zé Tita.

"Aqui tinha um grande ímbondeiro onde os natos da Samba e Carimba faziam o tratamento tradicional de algumas pessoas que tinham ligação com feitiçaria", explicou. Para além desses rituais, os grupos carnavalescos da periferia, "nas quartas feiras das mabangas", nos anos 60, se dirigiam para o local para deixar algumas ofertas como dinheiro, vinho e outros objectos, para terem bênçãos.

A partir daí, continuou, surge a designação de Mbondo Ambulungo, ou seja "o ímbondeiro do tratamento". Depois da proclamação da Independência ainda se faziam esses rituais, mas depois acabou por completo.

Os rituais praticados na época, lembrou, também tinham como finalidade julgar as pessoas que cobiçavam os bens dos parentes, em especial os "primos direitos" que se envolviam em namoricos com as primas. Muito embora o bairro tenha vindo a ser habitado depois, por pessoas de outras regiões, adiantou, o ritual era praticado apenas por pessoas naturais de Luanda, descendentes dos axiluanas, que habitavam na zona da Samba e Carimba, que foram viver na região. Os familiares dos pescadores eram os principais promotores desses rituais, porque as pessoas oriundas do sul do país, da Quibala, Calulo, Malanje, Gabela e outras regiões "não alinhavam nessas acções".

#### Casas de Pau-a-pique

A circunscrição tinha como cartão de visita as casas formadas e construídas na sua maioria de pau-a-pique e os quintais eram revestidos com chapas e arcos provenientes dos barris de vinho.

As casas de madeira contavam-se aos dedos e os proprietários eram, geralmente, negros assimilados. Por isso, os imóveis destes eram pré-fabricados e eram dados a quem tivesse rendimentos. As casas eram erguidas na área do lote 6, nas imediações da loja de José da Cruz, um antigo comerciante.

As árvores plantadas nos quintais recebiam timidamente alguns pássaros como o pica-flor, rabo de junco, bico de lacre, peito celeste, rola e tantos outros, que eram caçados pelos adolescentes, com físgas feitas de câmaras de ar de motocicletas. "Naquela

altura vivia-se à vontade, tranquilamente. Agora com essa juventude é um caso sério", diz Pedra Vidal, ao recordar os tristes episódios que os jovens de 14 anos têm praticado nos últimos meses, mesmo com uma esquadra de polícia nas imediações.

Geograficamente o bairro do Mbondo Ambulungo, que possui apenas uma rua principal' (a da 8ª esquadra) faz fronteira com as áreas da Encosta do Prenda, Banga Sumo, Comissão do Prenda, Lote 22 e o bairro da Samba. No tempo de outro hora, relembra Pedra Vidal, os adolescentes tinham como divertimento, além de jogar a bola, caçar pássaros nos pequenos bosques e ela- reiras. "Também iam, com frequência, até a encosta do Prenda para brincar de escorregadia"

O Mbondo Ambulungo sempre foi considerado de um bairro pacato, de mulheres bonitas e homens vaidosos. Os seus habitantes se orgulhavam por isso. Feliciano de Carvalho, 50 anos de idade, recorda que a coabitação sempre foi pacífica entre os antigos moradores. "Descendo um pouco mais a rua, existe, até hoje, uma mistura de povos da Quibala e Luanda, assim como também de luandenses e malanjinos. Até mesmo os habitantes do Bengo que viviam aqui coabitavam com os de algumas regiões do sul, de uma forma invejável", contou.

Das pessoas influentes do bairro, Feliciano de Carvalho recorda-se de João Manico, Antônio Gomes, Zetita, João Pequeno, Mam Bú, Kalamina, João Gomes, Dino Kapacupaco, Paulo Nove, Cota Adão, tio Pacheco, este último uma das grandes figuras do bairro, falecido recentemente.

Outras figuras como Mateus Luvambo, Mateus Cavallo, Elias da Graça, Lau, Valinho, Big, Canias, João Déndém, Cota Abel, Laró, Cangila, Irão, Nelson, Chagas, Comando, Pé de Chumbo, Pedrito, Pavão, Batalo e Franguito, também são parte da História do bairro.

## 7.4 Requalificação adiada há anos

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Alberto Pedro*

O bairro do Mbondo Ambulungo regrediu muito depois do período pós independência. É assim que a rua adjacente ao Laboratório de Engenharia de Angola que segue até a 20ª esquadra do Comando da Polícia Nacional está com uma imagem desgastada, já que as obras de requalificação nunca terminam.

Mesmo no interior do bairro, o estado lastimável apenas continua, facto que apenas piora quando associado a falta de água potável em algumas residências, resultante das escavações feitas, há alguns anos.

A também chamada rua da Lama, que nasce na área adjacente a Avenida Revolução de Outubro, serpenteia a zona do Prenda e termina no bairro Mbondo Ambulungo defronte a 20ª esquadra, é outra em estado avançado de degradação.

A maioria dos esgotos estão entupidos e dão lugar a uma lama pegajosa, mau cheiro, buracos que provocam o engarrafamento de viaturas, assim como paragens improvisadas, causadoras de inúmeras dificuldades na circulação do trânsito e . de pessoas. A situação é agravada, quando os moradores sem lugar para deitar a água suja, a jogam nas ruas, acentuando a degradação da estrada principal de acesso.

## 7.5 Exploração de inertes em Cacuo continua

*Jornal de Angola*

*17 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Roque Silva*

A exploração de areia e burgau na zona de extracção de inertes, nos arredores da Centralidade do Sequele, município de Cacuo, em Luanda, continua, apesar da proibição da actividade, pela Direcção do Serviço Nacional e Fiscalização do Ministério do Ambiente.

A denúncia é feita por moradores da localidade onde se situam as minas, que afirmam existir seis empresas a explorar inertes em duas das 14 minas, onde a actividade foi suspensa, devido aos impactos negativos decorrentes do incumprimento das normas que visam minimizar os efeitos nocivos ao ambiente.

O coordenador da Comissão de moradores do bairro Tandé 2, no Distrito Urbano do Sequele, disse ao Jornal de Angola que homens e máquinas têm invadido a zona habitacional e os campos de cultivo, cavando a terra, colocando em perigo a vida dos residentes e danificando algumas infra-estruturas sociais construídas naquele perímetro.

“A escola primária, as residências e os edifícios da cidade do Sequele estão a ganhar fissuras na sequência da exploração de inertes, sem a devida reposição dos solos”, disse, acrescentando que as crianças correm perigo de vida, porque os acessos à escola estão a ganhar enormes buracos.

Domingos Graça afirmou que na zona há regulamente muita poeira, pondo em risco a saúde da população que ali reside.

Referiu que a exploração tem sido realizada nos três períodos do dia, por empresas com comparticipação de angolanos e chineses, sem a presença de fiscais ou agentes da Polícia Nacional, situação que os leva a não cumprir com as medidas de protecção ambiental. Acrescentou que as máquinas e os operadores são protegidos por indivíduos que se apresentam trajados com a farda e a identificação do Posto de Comando Unificado (PCU).

Domingos Graça referiu que os moradores têm procurado chegar a acordo com um militar identificado como Alberto Catengue, que se intitula proprietário das terras, mas que se mostra irredutível. “Procuramos definir os limites para exploração, mas este senhor que se diz general é arrogante, pois afirma que está disponível apenas para quem quiser comprar o seu espaço”, explicou.

Acrescentou que uma reunião agendada para quinta-feira não foi realizada por ausência dos representantes do Serviço de Fiscalização do Sequele e das empresas de exploração de inertes.

#### Dificuldades na fiscalização

O director do Serviço Nacional e Fiscalização do Ministério do Ambiente admitiu ao *Jornal de Angola* dificuldades na inspecção das empresas relativamente ao cumprimento da proibição de exploração de inertes, por indisponibilidade de um posto fixo do Serviço Nacional e Fiscalização do Ministério do Ambiente.

Manuel Salvador confirmou que todas as empresas estão proibidas de explorar inertes nos arredores do Sequele, pelo facto da actividade estar a criar um impacto negativo à área, devido ao incumprimento das medidas de preservação do ambiente.

O responsável afirmou que o sucesso na fiscalização depende de acções conjuntas de vários organismos ligados à defesa e à segurança.

Manuel Salvador disse que a medida deve ser levantada em breve, depois de uma reunião, hoje, entre responsáveis dos ministérios do Ambiente e dos Petróleos e Recursos Minerais, forças de defesa e segurança e os proprietários das empresas.

“As empresas, de uma forma geral, não têm implementado as medidas de mitigação de impacto ambiental, orientadas pelo Decreto-Lei vigente sobre o ambiente. Por isso foram obrigadas a parar as máquinas, salvo uma ou outra que deve apenas

remover inertes já preparados de um local para o outro”, disse, acrescentando que o caso já é de polícia.

## 7.6 Terras registadas para direccionar investidores

*Jornal de Angola*

*23 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Madalena José*

O Ministério da Agricultura e Florestas desenvolve um plano piloto para cadastrar as principais áreas de produção das províncias do Huambo, Bié e Malanje, revelou o consultor do ministro da Agricultura António Sozinho, ao enumerar os incentivos do Executivo aos empresários indianos.

Esse registo abarca terras de reserva do Estado e pretende determinar quantos hectares existem, onde estão as bacias hidrográficas, bem como onde os agricultores podem produzir, para dar informações necessárias aos potenciais investidores.

O trabalho decorre com o concurso dos ministérios do Interior, Acção Social e Promoção da Mulher e Construção e Obras Públicas, além dos governos provinciais, instituições que ajudam a identificar as vias secundárias e terciárias que dão acesso às áreas identificadas.

Participam ainda os ministérios do Comércio e da Indústria, para também se identificarem os principais pólos de produção que permitem ao agricultor produzir, escoar, armazenar os produtos e, se possível, ter uma pequena unidade de transformação industrial.

No município do Chinguar, Bié, onde infra-estruturas públicas não prestavam os serviços esperados, o Governo da província definiu por concurso público um espaço para armazenar os produtos do campo.

As novas políticas do Ministério da Agricultura, afirmou António Sozinho, estão alinhadas ao contexto da região da Comunidade dos Países de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Nepad, da União Africana) e das Declarações de Maputo, consagradas ao processamento, distribuição e comercialização de produtos agrícolas.

A nível nacional, o processo é amparado pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2017-2022, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

(Prodesi) e o Plano de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo Agrário.

No plano de médio prazo, estão definidas metas como o alcance da segurança alimentar, redução ao máximo da importação, aumento das exportações e alcance da soberania alimentar.

#### Investigação agrária

A sustentabilidade do plano de médio prazo passa pela Investigação Agrária, considerou António Sozinho, anunciando seis projectos de investigação estabelecidos de acordo com as potencialidades de cada província.

Contam-se o projecto de investigação dos cereais como o milho, massango, massambala, que está a ser implementado na Chianga, província do Huambo, o de investigação de tubérculos e raízes como mandioca e batata-doce, bem como outro ligado às leguminosas como o feijão, soja e outros.

Os projectos de investigação agrária estão a ser feitos com a ajuda de uma empresa brasileira, a Embrapa, parceira de Angola desde 2011, altura em que foram assinados acordos para revitalização do sistema nacional de Investigação Agrária angolano.

A companhia brasileira vai dar suporte à reestruturação institucional, em especial do Instituto de Investigação Agrária e do Instituto de Investigação Veterinária, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura.

A expectativa é de que a parceria contribua para a melhoria da produção e aumento da produtividade do sector agrícola angolano, com base nas melhores práticas agrícolas do mundo.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Distribuição de água aquém do desejável

*Jornal de Angola*

*01 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Manuel Fontoura*

Os níveis de distribuição de água potável no município de Cazengo (Ndalatando), na província do Cuanza-Norte, continuam a ser insuficientes, o que cria, nos últimos tempos, grandes constrangimentos aos habitantes de algumas ruas e bairros periféricos.

O presidente do conselho de administração (PCA) da Empresa de Águas e Saneamento do Cuanza-Norte, Joaquim Jerónimo, disse à nossa reportagem que a distribuição de água em Ndalatando não é superior a duas horas diárias, devido à insuficiência na captação do rio Mucari, actualmente a única em actividade, das três existentes.

De acordo com o Joaquim Jerónimo, a situação actual não é das melhores, registando-se graves problemas em relação à produção, cujos níveis são insuficientes, não se diferenciando dos produzidos há nove ou dez anos, estimados em 96 litros por segundo.

Referiu que o sistema da fonte de Santa Isabel, que fornece cinco litros por segundo, encontra-se há algum tempo fora de serviço e o do Monte Redondo, com capacidade de bombear 20 litros por segundo, tem a conduta adutora avariada e não permite que a água chegue aos reservatórios do bairro da Kipata, arredores da cidade de Ndalatando.

O PCA da Empresa de Águas do Cuanza-Norte recordou que, na altura da inauguração da captação, a partir do rio Mucari, a 17 quilómetros a Norte da cidade, Ndalatando tinha apenas 2.500 ligações domiciliárias e, com o volume de água de 96 litros por segundo, era possível abastecer a população sem sobressaltos.

“Hoje estamos com uma a duas horas por dia de distribuição, privilegiando os clientes que estão nas zonas mais baixas da cidade e dos bairros da periferia”, disse.

Sustentou que a água do reservatório no bairro Posse, com cinco milhões de litros, é consumida em apenas duas horas, pelo que nesta altura a cidade de Ndalatando e arredores necessita de um grande volume de água, que triplicasse as quantidades

actualmente existentes. Acrescentou estar esperançoso que a água chegue a partir do rio Lucala, uma obra que se encontra em concurso público.

De acordo com Joaquim Jerónimo, depois da inauguração do Mucari, em 2012, tinha sido prevista a captação de água a partir de duas fontes localizadas a Norte da cidade, nos rios Cambumbi e Camuaxi, que aumentariam o volume de água existente, obras que não foram executadas devido à falta de dinheiro.

“Espera-se que todo o processo burocrático atinente ao concurso público para as obras do sistema de captação e distribuição de água potável a partir do rio Lucala termine e se iniciem os trabalhos, para que daqui há dois ou três anos tenhamos o aumento do volume de água, para melhor distribuir à população”, sublinhou o PCA.

Segundo Joaquim Jerónimo, a qualquer altura, caso as autoridades afins entendam, poderá haver intervenções na captação do Monte Redondo, para aumentar o volume de água, além da intervenção a partir dos rios Cambumbi e Camuaxi, assim como a criação de mais furos artesianos, em vários pontos da cidade e bairros, para colmatar o défice na distribuição, enquanto se espera pela captação do Lucala.

“Com as fontes de Cambumbi e Camuaxi poderíamos melhorar as horas de distribuição, mantendo sempre água nos reservatórios, para permitir atingir as zonas mais altas e que actualmente têm sido as mais prejudicadas”, pontualizou.

O PCA da Empresa de Águas do Cuanza-Norte afirmou que, embora o sistema de Ndalatando seja todo por gravidade, com o aumento do volume de água será possível criar mais reservatórios, para, por bombagem, beneficiar os pontos mais altos.

Neste momento, disse, verificam-se trabalhos de manutenção na conduta adutora, em vários pontos da cidade e arredores de Ndalatando, por uma equipa composta por técnicos da Direcção Nacional de Águas, de uma empresa chinesa e técnicos da empresa local de águas, devido à obstrução e entupimento da tubagem, que, nos últimos tempos, tem dificultado a distribuição normal em várias zonas.

Joaquim Jerónimo acredita que, depois deste trabalho, muitas áreas que antes não recebiam água passarão a receber, como é o caso do centro da cidade, a zona do Hospital Provincial e outras localizadas em pontos mais altos.

## 8.2 Distribuição de água é irregular há 15 dias

*Jornal de Angola*

*Autor: Bernardo Capita*

*2 De Fevereiro de 2020*

A distribuição de água potável à cidade de Cabinda e arredores está a ser feita, há mais de quinze dias, com muitas restrições, devido à falta de produtos químicos para o tratamento.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas, João Baptista Franque, a falta de “consumíveis”, nomeadamente sulfato de alumínio, hipoclorito e cal, que se regista na província, está a forçar a instituição a reduzir os tempos de distribuição de água potável às populações, passando de 24 horas diárias, para seis horas por dia, repartidas em três horas no período matinal e igual tempo no período da tarde.

O responsável considerou o quadro de distribuição de água potável de “extremamente crítico”, pelo facto de a qualquer momento a empresa deixar de a distribuir, por não se vislumbrarem, até ao momento, sinais de reposição de produtos químicos, prevenindo-se sinais de ruptura das pequenas quantidades até existentes, que têm sido utilizadas de maneira “muito racional”, no processo de tratamento da água que é captada no rio Lucola.

Segundo afirmou, a empresa precisa anualmente, para manter o níveis de distribuição de água, de 320 toneladas de sulfato de alumínio, 50 toneladas de hipoclorito e 100 toneladas de cal.

“O tempo de distribuição está a reduzir, nós deixamos de distribuir água potável à cidade de Cabinda e arredores 24 horas por dia”, sublinhou João Franque, manifestando-se preocupado pelo facto do actual critério de distribuição não abranger algumas zonas altas de alguns bairros, como as áreas da Paróquia “Rainha do Mundo” e rua de Moçambique, no topo da Cadeia Civil.

Novo sistema

O novo sistema de tratamento e distribuição de água à cidade de Cabinda e vila de Landâna (Cacongo), em construção na localidade de Sassa-Zau. a 30 quilómetros a norte de Cabinda, vai entrar em funcionamento a partir do segundo semestre deste ano, anunciou o presidente do Conselho de Administração Pública de Águas de Cabinda.

João Baptista Franque afirmou que, nesse momento, a empresa construtora da ETA de Sassa-Zau está a

terminar os trabalhos de construção da conduta de transportação de água à vila de Landâna e à cidade de Cabinda.

O Ministério de Energia e Águas, acrescentou, já deu igualmente início à testagem de equipamentos, para aferir o seu estado de funcionamento e qualidade de água.

De acordo com o PCA da Empresa Pública de Águas de Cabinda, a fase seguinte será a de distribuição, seguindo-se depois a de exploração e manutenção.

João Baptista Franque exortou a população a aderir ao processo de cadastramento, para a celebração de contratos, pois, segundo alertou, quem não o fizer correrá o risco de não beneficiar de água da nova rede pública.

## 8.3 Dívidas ultrapassaram 200 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*3 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Victorino Matias*

Consumidores de água potável na cidade do Dundo devem à Empresa Pública de Água e Saneamento da Lunda-Norte (EPASLN) mais de 200 milhões de kwanzas.

O presidente do Conselho de Administração da EPASLN, André Camilo, disse à nossa reportagem que a dívida remonta ao ano de 2016, altura em que os clientes começaram a proceder à celebração dos contratos.

Entre os principais consumidores que se furtam a cumprir com as suas obrigações contratuais constam os moradores da Centralidade do Distrito Urbano do Mussungue, onde, nos 5.004 apartamentos, estão também instalados contadores.

André Camilo afirmou que muitas instituições públicas e privadas figuram também na lista dos consumidores que não pagam as facturas de consumo de água potável.

O PCA da EPASLN declarou que, dos mais de seis mil clientes que têm contrato para o consumo de água, apenas um terço paga com regularidade as facturas.

Segundo André Camilo, devido aos incumprimentos das obrigações contratuais, a EPASLN não consegue resolver problemas operacionais, como manutenção dos equipamentos, aquisição de produtos químicos

para o tratamento da água e pagamento dos salários dos trabalhadores.

André Camilo disse que, não obstante ser estatal, a Empresa de Água e Saneamento da Lunda-Norte não é orçamentada, daí a importância dos clientes serem chamados a honrarem os compromissos, pois tais receitas possibilitariam o normal funcionamento da instituição.

Por outro lado, o PCA recordou que a construção da Estação de Tratamento de Água permitiu melhorias significativas no abastecimento. André Camilo apontou que a captação do rio Luachimo, com capacidade de bombear 20 mil metros cúbicos por dia, tem sido crucial no abastecimento de água aos habitantes da cidade do Dundo.

Para este ano, acrescentou, a EPASLN projecta fazer mais de dez mil ligações domiciliárias, montagem de 60 chafarizes e a colocação de tubos para o transporte de água até aos bairros Aeroporto, Samacaca, Kamakenzo 1 e 2, Tuliveno, Estufa, Caxinde e Satxindongo.

Novos sistemas

O presidente do Conselho de Administração da EPASLN garantiu que, para o município do Cambulo, está em fase de ensaios a captação e a respectiva estação de tratamento, prevendo-se, igualmente, para breve, o início das obras de reabilitação das redes de distribuição de água.

A instalação de equipamentos a nível de outros municípios da província, cujos sistemas ainda não funcionam, constitui prioridade para o presente exercício económico.

André Camilo deu a conhecer que a par da cidade do Dundo, capital da Lunda-Norte, a EPASLN presta serviços nos municípios do Cuilo, Lubalo, Xá-Muteba e Lucapa, onde foram construídos, no âmbito do projecto "Água Para Todos", novos sistemas.

## 8.4 Sobrevivência... Quando comer e beber no lixo se torna a única opção

*Novo Jornal*

*07 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

Número de pessoas que procuram nas lixeiras o sustento para as suas famílias tem aumentado consideravelmente na capital do país. Centenas de

pessoas, na sua maioria vivendo em situação de pobreza extrema, vasculham em amontoados de lixo, em contentares e em aterro sanitário em Luanda, comida e objectos recicláveis para venda tudo pela sobrevivência.

Dos objectos recolhidos nesses sítios destacam-se garrafas de plástico e vidro, latas de cerveja e refrigerante, ferros, fios de cobre e restos de comida provenientes de restaurantes e supermercados.

No aterro sanitário dos Mulenvos, localizado no município do Cazenga, onde diariamente são depositados mais de seis mil toneladas de lixo - oficialmente não é permitida a entrada de pessoas, com excepção dos trabalhadores das operadoras de lixo -, o NJ encontrou um grupo de pessoas, composto por crianças, jovens, idosos, inclusive pessoas com deficiência, que procurava por comida e objectos recicláveis no meio dos amontoados de lixo, isso sob o olhar sereno de trabalhadores da ELISAL.

Sem luvas, máscaras ou outro equipamento de protecção, populares procuram o "ouro" entre os amontoados de lixo, ignorando os riscos para a saúde. Diversos objectos que para muitos já não têm valor são disputados pelos catadores.

Populares ouvidos pela equipa de reportagem deste jornal no local apontaram a falta de emprego como sendo o motivo que os leva à lixeira. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 29 por cento e uma incidência da pobreza de 41 por cento, ou seja, 11,9 milhões de angolanos vivem em situação de pobreza.

Domingas Jorge, moradora do bairro Belo Monte, em Cacuaco, revelou que é com as latas de refrigerante e de cerveja recolhidas no aterro sanitário que sustenta o marido desempregado e sete filhos.

"O emprego está difícil e a fome apertada, por isso, recolho essas latas para vender e sustentar a família", explica. Para Domingas, «faça sol ou chuva», não importa, todas as manhãs, os caminhos dela são os que dão ao aterro dos Munlevos.

A mulher, de 55 anos, que recolhe latas há mais de seis meses, sabe dos riscos que corre por estar em contacto com o lixo todos os dias, mas são os lucros que a motivam. Diariamente, consegue arrecadar até cinco mil kwanzas vendendo latas.

"Vendo o produto em algumas empresas. Cinquenta latas de refrigerante de 330 mil litros, despachamos a 150 kwanzas; com sorte, por dia consigo até cinco mil; e é com esses lucros que consigo levar algo para casa", revelou.

À semelhança de Domingas, diariamente afluem àquele aterro outras centenas de mulheres, muitas vezes com crianças às costas.

Mas o negócio não atrai apenas adultos. Várias crianças também recolhem resíduos, roupas e restos de comida entre os amontoados de lixo. Como faz, por exemplo, Sozinho João, de 12 anos de idade, que, quando abordado pela equipa do NJ, tinha em mão um saco contendo restos de pão e frutas

"Venho apanhar essas coisas para comer e vender, mas os meus pais não sabem que estou aqui", confidenciou o menino, revelando que, muitas vezes, ele e os amigos encontram frutas, carnes, bolachas, que consomem mesmo no local.

Mas esses episódios não acontecem apenas no aterro sanitário. O mesmo cenário é visível também nas ruas da capital. As lentes do fotógrafo deste semanário capturaram bem o «alvo», como se pode ver nas imagens.

«Pago a renda de casa com os lucros do lixo»

Enquanto uns se afastavam dos contentores, outros penetravam na lixeira em busca de objectos para vender. Numa das zonas de Viana, encontramos Osvaldo Manuel, que tem o lixo como a única fonte de rendimento. Com apenasz anos, o cidadão natural de Benguela interpelado junto a um contentor de lixo, revelou que, com o dinheiro arrecadado com a venda de resíduos sólidos, consegue pagar a renda de casa e os seus estudos.

"Apanho plástico, latas e fios de cobre em vários contentores em Viana e não só, para pesar e ter alguns valores para pagar os meus estudos e a casa onde vivo. Há dois anos é aqui onde sai meu sustento", asseverou.

Por outro lado, na zona do Cazenga, outro interlocutor, que se identificou apenas por André, disse que as "sucatas" (ferro, alumínio, cobre e outros metais), que apanha nos contentores, são comercializadas por quilograma a cidadãos chineses e congolese, mas que desconhece o destino dado aos tais objectos.

## 8.5 Ambientalista defende profissionalização para os que recolhem lixo

*Novo Jornal*

*07 De Fevereiro de 2020*

Para o ambientalista Vladimir Russo, o Estado devia criar mecanismos no sentido de recrutar e formar as pessoas que se dedicam à recolha de lixo nos contentores e nos aterros sanitários, para que elas possam desenvolver essas actividades de forma correcta. Isso, segundo Vladimir Russo, ajudaria num melhor tratamento dos resíduos e a transformá-los em matéria-prima.

"Essas pessoas só estão à procura de garrafas, fios de cobre, plásticos e restos de comida nesses locais por falta de emprego. Então, profissionalizá-los é mais valioso tanto para eles como para o próprio Estado", disse o interlocutor, que não deixou de mencionar os riscos a que os mesmos estão sujeitos.

"Essas pessoas estão propensas a contrair doenças, como tétano, a cólera e a diarreia. Elas manuseiam o lixo sem os devidos materiais de segurança, como luvas e máscaras", observou o ambientalista, recordando que o trabalho de catador de lixo existe em vários países.

Relativamente à população que tem invadido o aterro sanitário dos Mulenvos, o ambientalista lembra que não é permitida a entrada da população no local devido aos resíduos que lá são despejados.

"É proibido o acesso à população naquela local. Além disso, são áreas que devem ser vedadas por conta dos riscos de contaminação e grande parte dos indivíduos que corre a estes sítios vai desprotegido" alerta.

Lançados dois projectos para ajudar catadores de lixo

Para ajudar na redução do desemprego e na preservação do meio ambiente, foi lançado em Luanda o projecto Angolatas e Angobidões, numa iniciativa do empreendedor Miguel de Almeida.



O projecto, que surgiu no final de 2019, segundo o seu mentor, destina-se a melhorar a vida dos catadores de lixo, evitando que recolham os resíduos sólidos dos contentares sem qualquer protecção, correndo o risco de adquirir doenças graves.

"O projecto surgiu depois de se ter deparado várias vezes com crianças, adultos e portadores de deficiência entre os contentares de lixo para a recolha de latas e garrafas de plástico. Agora os resíduos sólidos recolhidos são vendidos às empresas de reciclagem, obtendo-se daí o valor a pagar mensalmente aos trabalhadores", disse Miguel de Almeida.

Segundo o empreendedor, apenas seis catadores se inscreveram para trabalhar no projecto.

"Neste momento estamos a cadastrar outros catadores interessados para desenvolverem a actividade com protecção e sem riscos, oferecendo um salário mensal", frisou.

## 8.6 Infra-estruturas de energia e água concluídas até Outubro

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2020*

As obras de construção de infra-estruturas dos serviços técnicos, sobretudo de água e energia eléctrica na centralidade da Caála, província do Huambo, poderão ser concluídas em Outubro, garantiu o director provincial do gabinete dos serviços e infra-estruturas, Francisco Neto.

O gestor frisou que, neste momento, decorrem os trabalhos finais no sistema de abastecimento de água, que tem um reservatório com uma capacidade para bombear 3.500 metros cúbicos/dia, e da torre de pressão com 200 metros cúbicos, para o abastecimento eficiente do produto. Ambas as empreitadas estão a cargo da empresa Kora-Angola. O projecto habitacional será abastecido pela central eléctrica de Belém, que funcionará através do aproveitamento hidroeléctrico de Laúca, acrescentou Francisco Neto.

O responsável disse ainda que estão a decorrer os ensaios das valas de drenagem e do sistema de energia eléctrica, através de uma central térmica, instalada na centralidade, como fonte alternativa ao sistema interligado de Laúca. A construção deste projecto com 4001 residências do tipo T3 começou em 2012.

## 8.7 Avarias deixam zonas altas do Lobito e Catumbela sem água potável

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Sampaio Júnior*

Desesperados, alguns moradores das zonas altas do Lobito e da Catumbela recorrem aos camiões-cisternas privados para obterem a água, muitas vezes sem qualida-de para o consumo humano. Outros, mais ousados, construíram tanques subterrâneos para revenderem o líquido, sendo que um recipiente de 25 litros é comercializado ao preço de 50 kwanzas.

Moradora da Vila Chinesa, Diamene Kassarje conta que, três vezes por semana, é obrigada a transportar baldes com água à cabeça, em companhia dos irmãos menores. "Há si-tuações difíceis de acreditar. Como é possível, em pleno século XXI, numa cidade co-mo o Lobito haver pessoas à procura de água para as necessidades básicas. É demais", lamentou.

A jovem universitária lembrou que a água, como fonte da vida, é um recurso natural essencial, seja como componente bioquímico de seres vivos ou meio de vida de vá-rias espécies vegetais e animais, bem como factor de produção de vários bens de consumo. "É responsabilidade do Executivo levar água às populações. É um direito", sublinhou.

Com a escassez do precioso líquido, disse, surgem os oportunistas que vendem a água a preços especulativos. "Se a Empresa de Águas do Lobito soubesse investir seria ela a arrecadar estas re-ceitas", afirmou.

Com as coisas a tomarem contornos alarmantes, os moradores das cidades do Lobito e da Catumbela são obrigados a percorrer cerca de cinco quilómetros para conseguir água para o consumo, em localidades circunvizinhas.

Maria do Rosário, há seis meses na centralidade do Lobito, lamenta ter de comprar, sempre que há falha da rede pública, água em bidões de 20 litros, ao preço de 250 kwanzas cada, acrescido de outros 200, para o moto-taxista que os transporta. "E esta água que consumimos dos bidões não tem qualidade, por isso temos registado doenças diarreicas agudas em crianças. É uma situação sofrível", queixou-se.

### Avaria dos equipamentos

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito, Henriques Kalengue, justificou que as recorrentes avarias das bombas de captação de água bruta no rio Catumbela estão na base das constantes falhas no abastecimento do precioso líquido às zonas altas das cidades do Lobito e Catumbela.

Em declarações ao Jornal de Angola, Henriques Kalengue esclareceu que os equipamentos foram montados há cerca de 13 anos e, apesar das manutenções periódicas, os seus componentes não resistiram ao desgaste.

“A água é captada no rio Catumbela e enviada para a Estação de Tratamento do Luongo para depois ser distribuída. Nesse processo, os equipamentos, montados há 13 anos, são submetidos à enorme pressão. Por isso, apesar das manutenções periódicas, os seus componentes não resistem ao desgaste”, explicou, reconhecendo a competência dos técnicos da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito, que tudo têm feito para assegurar o abastecimento regular das zonas baixas dessas duas cidades.

Henriques Kalengue disse ser difícil adquirir as peças de reposição no mercado nacional, na medida em que os importadores enfrentam dificuldades para a sua aquisição no exterior do país.

Devido às constantes avarias, disse, há uma redução dos níveis de água tratada que chega aos consumidores das zonas altas das duas cidades da província de Benguela. “A capacidade instalada na produção e distribuição de água já não corresponde a diferença entre o valor previsto e o valor realmente obtido. Por outro lado, houve um crescimento exponencial das cidades, com o surgimento de novos bairros que elevaram os níveis de consumo”, referiu.

Henriques Kalengue assegurou que existem estudos que apontam a região do Biópio como a melhor solução para abastecer as centralidades do Lobito, Luongo e a Refinaria do Lobito. “A Refinaria do Lobito terá uma conduta própria de água bruta para dar tratamento aos processos de refinação”, destacou.

O gestor exortou os consumidores a denunciarem todos os actos de vandalismo que possam resultar numa redução da pressão necessária para a água chegar aos pontos mais altos e descer, por gravidade, para outros consumidores situados num nível inferior.

### Investimento

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito revelou que são necessários 1,5 mil milhões de kwanzas para garantir um abastecimento regular às cidades do Lobito e da Catumbela.

“Com este investimento haverá capacidade de realizar trabalhos de modo eficaz e com o mínimo de desperdício. A produção de água passaria para níveis estimados em 122.500m<sup>3</sup>/dia e beneficiaria milhares de consumidores adicionados recentemente à rede de distribuição”, avançou.

A Empresa de Águas e Saneamento do Lobito tem uma capacidade instalada de 3.600 metros cúbicos de água por hora, o que perfaz um total de 86.400 metros cúbicos por dia, produzidos nas estações de tratamento do Luongo e do Tchiule, para as cidades do Lobito e da Catumbela, onde se estima haver 750 mil consumidores.

Para a melhoria do sistema de captação, transporte e distribuição de água, foi aprovado, em 2012, a terceira fase do Programa de Águas de Benguela (PAB). Henriques Kalengue explicou que, apesar disso, o programa não foi executado devido às “anomalias” com a Linha de Crédito do Brasil. “Os ministérios das Finanças e da Energia e Águas procuram agora uma nova linha de crédito para a implementação do Programa”, afirmou, acrescentando que o arranque da empreitada pode ocorrer ainda este ano.

Os trabalhos passam pela extensão da Estação de Tratamento de Águas, rede de distribuição, ligações domiciliárias e construção de novos tanques reservatórios, no sentido de garantir o abastecimento contínuo aos consumidores. “Com os reservatórios ficará salvaguardado a distribuição de água por um período de 24 horas. Este é o tempo que pensamos ser suficiente para reparar uma avaria”, disse.

### Balombo e Bocoio

A Empresa de Águas e Saneamento do Lobito também atende os municípios do Bocoio e do Balombo, onde estão a ser instalados sistemas modernos de captação, tratamento e distribuição de água.

“Ainda não conseguimos fornecer água 24/24 no Balombo. A população tem acesso a água durante oito horas por dia. As obras de construção do sistema de captação de água do Balombo já foram executadas a 80 por cento e os equipamentos de captação e distribuição já estão no local”, garantiu.

As obras, garantiu Henriques Kalengue, devem ser concluídas no primeiro semestre do ano em curso. “Desta forma, a vila do Balombo e comunidades circunvizinhas vão ter água 24/24”, assegurou.

Já na sede municipal do Bocoio, depois de várias paralisações por motivos técnicos, as obras reiniciaram e a previsão é que sejam concluídas até o final deste ano.

Mais de três mil milhões em dívida

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito revelou que os consumidores têm uma dívida avaliada em 3,3 mil milhões de kwanzas.

Henriques Kalengue frisou que, com uma dívida dessa dimensão, fica difícil ter uma empresa sustentável. “É muito dinheiro fora dos cofres da empresa. Entre os devedores estão consumidores domésticos, empresas, escolas, hospitais, quartéis militares e policiais. Com esses “kilapes” todos, é complicado ser uma empresa sustentável”, desabafou.

As receitas que a empresa consegue arrecadar, explicou, servem apenas para pagar salários, reparar ou repor equipamentos. “O maior problema ainda é o preço de venda da água ao consumidor. É muito abaixo”, considera.

O gestor frisou que o aumento das receitas passa por ter mais consumidores efectivos, melhorias na cadeia de produção e distribuição e pela qualidade do atendimento ao público.

Henriques Kalengue defende um diálogo permanente com os consumidores, em que as multas e outras penalizações serão o último recurso. “O poder sancionatório tem de dar lugar ao poder da pedagogia e do diálogo”, disse.

Um desafio para a engenharia

O director-geral Adjunto para Área Científica do Instituto Superior Politécnico de Benguela, Amaro Ricardo, explicou que o abastecimento de água à zona alta do Lobito constitui um desafio para a engenharia, dada a litologia (formação dos solos) e ao mapa hipsométrico (variação drástica da altitude desde o nível do mar).

O núcleo urbano do Lobito, lembrou, encontra-se ao nível do mar, onde se estima viverem perto de 30 por cento da população, e a zona dos morros, a 350 metros acima do nível do mar, onde vivem os restantes 70 por cento, dos mais de 330 mil habitantes da cidade do Lobito”.

Para o docente universitário, o bombeamento de água para a zona Alta do Lobito, onde se registou a construção de novas centralidades, condomínios habitacionais, habitações unifamiliares e complexos industriais, não pode ser feito como ocorre actualmente e exige avultados investimentos por parte do Executivo.

Amaro Ricardo, que durante vários anos foi administrador municipal do Lobito, lembrou que a água que abastece a cidade é captada no rio Catumbela, tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) do Luongo e depois é aduzida ao Centro de Distribuição, localizado na Baixa da Cidade. “O Centro de Distribuição, situado na Baixa, abastece os consumidores da zona Alta. Ora, é fácil deduzir os custos que isso acarreta”, disse.

Programa de águas

Enquanto administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo acompanhou e participou activamente na discussão e elaboração do Programa de Águas de Benguela (PAB) e do arranque da construção da Refinaria do Lobito (Sonaref).

O projecto de Refinaria do Lobito, explicou, previa a construção de um sistema de água próprio, independente do Programa de Águas de Benguela. “Os estudos apontavam que este sistema captaria a água bruta na albufeira da Central Hídrica do Biópio, situada a 26 quilómetros da refinaria e a 12 da zona de expansão urbana e industrial dos Cabrais”, esclareceu.

Amaro Ricardo conta que, por orientação do então governador provincial de Benguela, general Armando da Cruz Neto, propuseram a Sonaref a inclusão de mais uma conduta de transporte de água bruta.

“A segunda conduta, por nós solicitada à título de responsabilidade social do projecto, seria construída e dedicada exclusivamente ao abastecimento de água bruta a uma futura Estação de Tratamento de Água (ETA) na zona dos Cabrais, para atender o crescimento urbano e industrial do Lobito”, explicou Amaro Ricardo.

O antigo administrador do Lobito acrescentou que nunca foi equacionada a captação de água bruta noutros pontos do rio Catumbela, nomeadamente na zona onde se encontra a central eléctrica da extinta

Açucareira da Ca-tumbela, nem tão pouco no rio Cubal da Hanha, devido ao seu baixo caudal.

## PIIM

Amaro Ricardo alerta que é preciso ter muito cuidado com a implementação do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), na componente de produção e tratamento de água na região litoral da província de Benguela, designadamente Lobito, Catumbela, Benguela e Baía-Farta.

“Digo isto por duas razões: primeiro, estes quatro núcleos urbanos representam uma vastíssima área metropolitana e procuram enorme quantidade de água. Segundo, são abastecidos pelo Programa de Águas de Benguela, cujas estações de bombagem de Água bruta e de Tratamento de Água, se encontram localizadas no município da Catumbela”, afirmou.

Para Amaro Ricardo, com a implementação das autarquias, a produção e distribuição de água vai ser um desafio para os futuros autarcas. O professor universitário defende que as empresas de saneamento e distribuição de água devem ser geridas pelas autarquias.

“A experiência mundial indica que a venda de água é uma das maiores fontes de riqueza das câmaras municipais. Ou seja, podemos ver o assunto de outro prisma: se o fornecimento de um bem essencial à vida, como é a água, não for da responsabilidade directa do autarca, que poderes terá este ente público?”, questionou.

Com a nova divisão político-administrativa, a região onde se encontram a urbanização dos Cabrais e o futuro Pólo Industrial do Biópio é repartida entre os municípios do Lobito e da Catumbela. Amaro Ricardo defende que, tendo em conta essa realidade, o PIIM, no domínio do abastecimento de água para esta zona, deve ser pensado como um investimento intermunicipal. Ou seja, acrescenta, os dois municípios teriam de partilhar o investimento e, caso não fosse possível, seria o Governo central ou os investidores privados a fazê-lo.

“O PIIM para o município do Lobito prevê a construção de uma conduta para a zona norte, estimada em 3,4 milhões de dólares. Para os demais municípios litorâneos não prevê acções nesse domínio. Parece tratar-se de um investimento destinado a construção de uma conduta de transporte de água bruta, não contemplando as componentes de tratamento e de distribuição.

Por isso, olhando para o montante, não acredito que o PIIM venha a dar solução ao problema da escassez

ou falta de água a zona Alta do Lobito e a região dos Cabrais, pelo menos no curto prazo”, conclui.

## 8.8 Urinóis milionários continuam voltados ao abandono

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2020*

Mais de 30 urinóis colocados em vários pontos da cidade de Luanda, há mais de seis anos, continuam inoperantes. As casas de banho públicas, que foram montadas (e eram geridas) pela empresa Gente a Gente, numa iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), permanecem sujas, malcheirosas e abandonadas.

Os urinóis, que, dia após dia, se degradam como constatou o Novo Jornal em alguns pontos da cidade, com destaque para a Avenida Alameda Manuel Van-Dúnem, rua Rainha Ginga, combatentes, sagrada Pamília e arredores do Kinaxixi -, funcionaram apenas um ano e meio, isto é, de Abril de 2014 a Novembro de 2015. Hoje estão encerradas e totalmente abandonadas.

Fonte da Gente a Gente, que falou sob anonimato, disse que a empresa só abandonou o projecto porque "a CACL, no meio da caminhada, alegou não ter condições para continuar a financiar o projecto", apontando a situação económica que o país atravessa.

A mesma fonte informou igualmente que no contrato assinado com a CACL em 2014 constava a montagem de 100 urinóis, orçados em sete milhões de dólares, mas que não chegou a efectivar-se.

"Recebemos apenas 2,5 milhões de dólares, que nos permitiu montar 34 WCs em alguns pontos da cidade, efectuar a manutenção dos mesmos durante um ano, bem como pagar 68 trabalhadores", explicou.

Reabilitação sem data prevista

O NJ contactou a Comissão Administrativa da Cidade Luanda (CACL), que confirmou o estado actual dos urinóis: Sem entrar em detalhes, a CACL garantiu estar em curso um programa estruturante à volta da recuperação dos urinóis.

Este jornal ouviu alguns cidadãos que, de forma unânime, disseram que sentem a falta dos WCs na cidade, sobretudo, na hora do "aperto" (entenda-se, momento de fazer-se necessidades, sejam maiores ou menores).

Junto à Igreja sagrada Família, onde estão montados três urinóis, dois dos quais já sem portas,

encontramos André Martins, que, sem receio, confidenciou ao NJ que, várias vezes, foi obrigado a urinar junto a viaturas estacionadas nas proximidades, em árvores ou em paredes.

"Quando estou apertado, a alternativa que encontro é essa, porque os urinóis públicos estão todos estragados", justifica o também estudante, reconhecendo que a atitude não é correcta. Além do uso das árvores, viaturas, paredes de edifícios, os cidadãos também optam por fazer as necessidades debaixo das várias pedonais espalhadas por Luanda.

## 9. GÊNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Luanda Criminalidade continua acentuada no bairro dos Rastas

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Gaspar Faustino*

Moradores do bairro dos Rastas, no município de Kilamba Kiaxi, em Luanda, reclamam dos assaltos constantes que se registam no bairro, há anos. A iluminação precária e o pouco policiamento contribuem para a acção dos criminosos que aterrorizam o bairro diariamente. Os alvos principais são as residências e os espaços comerciais.

A tranquilidade aparente das ruas do bairro dos Rastas esconde, na verdade, uma preocupação para os moradores. A venda de drogas é feita em plena luz do dia. A acção dos traficantes é tão intensa que, segundo os moradores, já se tornou uma rotina em alguns pontos do bairro.

"O bairro era tranquilo, mas agora está a dar medo", afirma Ermelinda da Cruz, moradora, que acrescenta: "Levantar pela manhã e chegar à noite é uma aventura neste bairro!".

Embora a polícia Nacional não saiba precisar os números reais, o índice de assaltos aumentou naquela circunscrição. A pequena esquadra da Polícia Nacional, com menos de 10 metros quadrados, que funciona com apenas três a quatro agentes em serviço, parece não inibir a acção dos criminosos que diariamente infernizam a vida de moradores e comerciantes.

A insegurança naquele bairro segundo conta António Sumbo, de 45 anos de idade, um dos moradores que já foi vítima dos marginais vezes sem contas força os cidadãos a dormirem mais cedo e trocarem constantemente as fechaduras das portas das residências.

Os habitantes reclamam da demora dos efectivos da Polícia Nacional quando chamados a acudir a alguma ocorrência. Segundo eles, além de demorar mais de uma hora para atenderem às chamadas, os agentes perdem mais tempo questionando as vítimas a procurar os autores.

Keita Sana, cidadão maliano, contou à reportagem do NJ que já perdeu as contas do número de assaltos ao seu estabelecimento. Segundo ele, os crimes aconte-

cem de uma a duas vezes por mês, sempre com as mesmas características.

"Eles usam moto. Várias vezes cheguei a entregar o meu celular, mas eles exigiram dinheiro", contou.

A Polícia Nacional admitiu as deficiências em policiar aquela zona, mas sublinha que os crimes ocorrem essencialmente no período nocturno devido, também, à inexistência de iluminação pública. A zona é apenas um exemplo dos vários bairros de Luanda onde a taxa de criminalidade é elevada.

Analistas falam em falta de políticas públicas

O criminalista Xano Moreira é de opinião que a Polícia Nacional não está a combater o crime no bairro dos Rastas, mas sim os criminosos.

"Se a Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal não entenderem quais são as causas que incentivam a violência no bairro dos Rastas, não vão conseguir combater o crime. Prender os indivíduos não é o factor, não é a solução do problema. A solução do problema é identificar as causas e combater-se a criminalidade", disse.

Na visão do especialista, o bairro dos Rastas tem uma população muito avultada para um número de efectivos muito reduzido.

"O número de efectivos da PN que executam trabalho de patrulhamento naquela zona não satisfaz a demanda populacional. A PN devia criar uma política criminal urgente, um policiamento de proximidade e deve ter maior controlo em algumas actividades festivas que alguns adolescentes organizam", explicou Xano Pereira.

Na maioria das vezes, continua o criminalista, "as lutas entre gangues rivais começam por intermédio do excesso de consumo de bebidas alcoólicas e o uso de drogas. Estas substâncias possuem uma relação muito forte com a criminalidade".

Por sua vez, o sociólogo Nkanga Gomes aponta a desestruturação familiar como a base do aumento da criminalidade em vários pontos da cidade de Luanda.

"A desestruturação no seio de muitas famílias, em Luanda, concorre para aumento da criminalidade. É o ponto mais crítico que temos assistido actualmente em diversas famílias", defendeu, considerando que a inexistência de diálogo entre pais e filhos "são também apontados como grandes factores que avolumam este mal".

"A falta de comunicação no seio de muitas famílias acaba, em determinados momentos, por desviar indivíduos dos padrões básicos da educação familiar", elucidou.

Nkanga Gomes defende que o Governo devia adoptar políticas de reinserção social e arranjar melhores soluções de combate ao desemprego no seio da juventude.

## 9.2 Polícia Nacional desmantela mais 14 grupos de marginais

*Jornal de Angola*

*28 de Fevereiro de 2020*

*Autor: André da Costa*

A Polícia Nacional desmantelou, durante o final de semana prolongado, 14 grupos de marginais, que se dedicavam ao roubo e furto de artigos diversos na via pública e em residências, em vários bairros do município do Cazenga, em Luanda.

O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, intendente Hermenegildo de Brito, disse que entre os grupos desmantelados consta o denominado "Os Rebenta", acusados de cometerem vários crimes de homicídio voluntário, em diversas zonas do município do Cazenga.

A maior parte dos grupos detidos são compostos por mais de dez elementos, alguns dos quais ainda em fuga. A Polícia Nacional revelou que os detidos, com idades entre 13 e 20 anos, são supostamente responsáveis por criar pânico nas ruas do Cazenga, com a realização de rixas entre grupos rivais, que têm resultado em mortes e feridos.

Por culpa destes grupos, segundo a Polícia Nacional, muitos cidadãos evitam circular nas primeiras horas da manhã ou à noite, para não sofrerem assaltos.

De acordo com a Polícia Nacional, alguns jovens detidos praticavam acções criminosas depois de consumirem droga. Os detidos serão, segundo a Polícia Nacional, entregues ao Ministério Público, para a legalização da detenção, ao passo que os de menor idade serão encaminhados ao Julgado de Menores. De recordar que há duas semanas o comando municipal da Polícia Nacional no Cazenga desmantelou dez grupos de marginais, que também se dedicavam ao roubo de diversos bens na via pública e luta com grupos rivais, com recurso a facas e catanas.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Fiscais estão sem meios para controlar florestas

*Jornal de Angola*

*5 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Weza Pascoal*

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no Cuando Cubango, está desprovido de meios humanos e equipamentos técnicos para enfrentar os grupos que se dedicam ao corte anárquico de árvores para a produção de madeira.

O responsável do IDF na província, Abel Mambo, disse ao Jornal de Angola que, a instituição que dirige conta apenas com 12 fiscais, “que além do uniforme, não dispõem de mais nada para enfrentar os garimpeiros de madeira” que, segundo denúncias de populares, continuam a cortar árvores do tipo Mussiv e Pau-rosa, espécies proibidas pelo Ministério da Agricultura.

Abel Mambo informou que, os 12 fiscais estão distribuídos pelos municípios de Cuito Cuanavale, Menongue, Cuchi e Dirico, mas funcionam apenas nas cidades, onde tentam travar a venda de carne de caça e a entrada ou saída de camiões carregados com toros de madeira e carvão, com o auxílio da Polícia. Por falta de meios, como viaturas e equipamentos de defesa, os fiscais não entram nas florestas.

O IDF, segundo o responsável, necessita de, pelo menos, mais 100 fiscais, diversos equipamentos de defesa pessoal e viaturas adaptadas a todo-o-terreno, para que possam enfrentar os grupos de caçadores furtivos que actuam com armas de fogo e zagaías e os garimpeiros de madeira. “No Cuando Cubango existem vários cidadãos nacionais e estrangeiros que exploram a madeira desregradamente, desrespeitando as normas estipuladas por lei e não concebem projectos para o desenvolvimento das comunidades onde estes recursos são retirados”, lamentou Abel Mambo.

Na época florestal de 2019, disse, que terminou em Outubro último, seis empresas foram julgadas e condenadas a pagar multas avultadas, por efectuarem corte ilegal de madeira do tipo Mussivi. O mesmo destino tiveram dezenas de caçadores furtivos que estão a contas com a Justiça.

“ O Serviço de Investigação Criminal (SIC), Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Tribunal

Provincial têm vários processos- crimes por violação das regras da exploração de madeira

Transporte de madeira

Abel Mambo revelou que, apesar da última campanha florestal ter terminado em Outubro do ano transacto, assiste-se na província a uma recolha massiva de todos os troncos de árvores cortados em anos anteriores que estão na mata. A madeira é levada para serrações onde é cortada e depois comercializada no exterior do país. “O Decreto Presidencial 65/2019 dá a possibilidade das empresas que não puderam terminar os seus saldos, transportarem a madeira preparada em blocos ou em peças, devido ao atraso na emissão das licenças”, disse.

Na campanha florestal 2019, segundo Abel Mambo, foram licenciadas 20 empresas no Cuando Cubango, mas apenas 15 cumpriram com as suas obrigações tributárias e cobriram um volume de 12.300 metros cúbicos, contra os 15.586 metros cúbicos de cota atribuída à província, pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Florestal, restando ainda por se explorar 3.286 metros cúbicos.

“Neste momento o IDF está a emitir certificados de instância a todas as empresas devidamente legalizadas durante a campanha florestal de 2019, para que possam evacuar toda a madeira que não transportaram no período de vigência das licenças, devido aos constrangimentos de ordem técnica”.

“O certificado de produto de instância”, prosseguiu, “só é emitido depois de terminar o prazo de exploração, para dar a possibilidade das empresas transportarem toda madeira já cortada durante a campanha florestal, mas não lhe dá o direito de fazer novos cortes de madeira neste período, o documento permite exclusivamente a recolha e a transportação do produto que se encontra abandonada nas matas”.

Ano Florestal de 2020

Abel Mambo informou que, o Instituto Desenvolvimento Florestal está a receber documentos das empresas que tenham condições administrativa e financeira, que pretendem aderir a campanha florestal 2020, cuja abertura está prevista para 1 de Maio próximo.

“O IDF está a espera que as empresas remetam a documentação para que até a última quinzena deste mês sejam analisados e remetidos ao Gabinete Provincial da Agricultura, para se efectuar os respectivos contratos, a partir dos quais as empresas contratadas serão objectos de medidas duras de fiscalização para que a população das zonas de



exploração possa beneficiar de investimentos sociais”, frisou.

Abel Mambo disse que nas próximas cam panhas de exploração florestal, haverá concessões de licenças para explorar, apenas para as empresas com idoneidade administrativa, financeira e técnica, devidamente comprovadas, para se evitar que grupos ilegais se intrometam no negócio da madeira.

Disse que os exploradores florestais têm de cumprir, periodicamente, com os pagamentos das taxas de exploração dos recursos florestais, respeitar as normas de cubicagem, ter declaração de não devedor da Administração Geral Tributária (AGT), inscrever os trabalhadores no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e financiar diversos projectos nas localidades.

## 10.2 Chuvas inundam casas

*Jornal de Angola*  
6 De Fevereiro de 2020  
Autor: Avelino Umba

Homens com moto-bombas e mangueiras ligadas para sucção de água nas casas, nos quintais e nas ruas. Era este o cenário que se assistia no dia 4 de Fevereiro, nos bairros do município de Cacucaco. Tudo por conta de uma forte e prolongada enxurrada que se abateu sobre a cidade de Luanda durante a noite de segunda-feira, tendo-se prolongado até à madrugada de terça-feira. Na manhã de ontem, o cenário repetiu-se por toda a cidade de Luanda.

A chuva provocou a destruição de coberturas de três casas, a inundação de vários quintais e causou prejuízos materiais, só no bairro dos Pescadores.

Joana Francisco, moradora do referido bairro, contou ao *Jornal de Angola* que além da sua casa ter ficado sem o tecto perdeu alguns utensílios domésticos. “A minha casa ficou sem o tecto e perdi alguns utensílios domésticos”, lamentou.

A situação neste bairro não esteve tão caótica, se comparada à época passada, fruto do trabalho de limpeza das valas de drenagem levado a cabo pelo Governo Provincial de Luanda, em coordenação com a Administração Municipal de Cacucaco.

No Distrito Urbano do Kicolo, algumas ruas do bairro da Boa Esperança, com realce para a da Nhimifil, dos Skoman, dos Complicados, bem como a zona da escola 4015 estiveram intransitáveis, com muitas casas inundadas. Isso obrigou a que o administrador do Distrito, João Nhangá Pedro, e o director municipal do Saneamento Básico, Bento

Rafael, fossem ao terreno, com o propósito de procurar solucionar o problema.

Durante a chuva de terça-feira, a correnteza era tanta que na EN-100, no troço junto aos supermercados Shoprite e Maxi e zona da Vidrul, o asfalto esteve completamente submerso, criando dificuldades no tráfego de viaturas e na mobilidade de peões.

Já na zona que liga a Igreja de Santo António, em Kifangondo, à empresa EPAL, o trânsito fazia-se apenas num sentido (à esquerda), porque o lado oposto ficou impedido devido ao excesso de lodo que foi dar à estrada.

A viatura usada para a reportagem ficou impossibilitada de entrar no bairro Mayombe, devido ao desabamento de terra argilosa na via. Mas relatos de alguns moradores daquela circunscrição dão conta que os fortes ventos derrubaram casas de chapas de zinco e galhos de árvore. Morais Kissonde, residente no Mayombe, considerou a situação difícil. Sempre que chove, disse, a situação fica complicada, por causa dos solos argilosos, que impossibilitam a circulação de pessoas e de viaturas.

A empresa de limpeza e saneamento básico encarregue de tratar dessa tarefa no município começou, nas primeiras horas de terça-feira, a recolher os resíduos sólidos e a limpar o lixo causado pela chuva, realizando em simultâneo a sucção de águas no interior de algumas moradias e em estabelecimentos públicos afectados, nos distritos urbanos do Kicolo e alguns bairros da vila-sede.

O município de Cacucaco tem uma população estimada em 883 mil habitantes e é circundado pelos municípios do Dande, Icolo e Bengo, Viana, Cazenga e Luanda.

## 10.3 Chuvas e musseques

*Jornal de Angola*  
07 De Fevereiro de 2020  
Autor: Luciano Rocha

As últimas chuvas acentuaram, uma vez mais, as mazelas de Luanda, o desleixo de quem a despreza, apesar de terem a obrigação de fazerem exactamente o contrário.

As chuvas de Luanda, que continuam a cair em tempo próprio e, por isso, não são inesperadas, trazem, invariavelmente, com elas dramas anunciados, feitos de águas que entram nas casas, devastam artérias, derrubam árvores, muros, atolam viaturas, enfim, tudo o que lhe pode incomodar a

viagem e, pior do que tudo, também ceifa vidas humanas,

As maiores vítimas das chuvas são, principalmente, como é óbvio, os moradores dos musseques desenhados com toscas imitações de casas feitas de tudo, caminhos que deviam ser ruas transformados, há décadas, em “paraísos de mosquitos e onde saneamento básico é algo estranho, que não faz parte do vocabulário quotidiano.

Os musseques de Luanda, chova, faça sol, frio ou calor, são assim, retratos permanentes de atentados à vida humana, vergonha de um país que se quer moderno, mas, igualmente, solidário. Logo, sem desigualdades tão abismais como as que dividem as zonas, onde vivem os que têm a obrigação de cuidar deles, tornando-os locais dignos, e os que são forçados a habitá-los por haver quem os ignore, tenha coisas “mais importantes para ocupar o tempo”.

Os musseques de Luanda são assim, onde decentes são apenas as pessoas, os que os haitam.

#### 10.4 Chuva provoca desabamento da ponte sobre o rio Cunene

*Jornal de Angola*

*8 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Estácio Camassete*

A ponte sobre o rio Cunene, situada na estrada que liga a cidade do Huambo e às comunas do Sambo e Samboto, município da Chicala Cholohanga, desabou devido as fortes chuvas que assolam a região.

O desabamento da ponte metálica, com cerca de cinco metros de largura e 14 de comprimento, aconteceu quando o caudal do rio Cunene subiu ao nível superior e as bases cederam, e consequentemente a correnteza da água arrastou a estrutura.

O administrador da comuna do Sambo apelou aos automobilistas a usarem a via alternativa, dando a volta pelo município da Chicala Cholohanga, passando pelo sector do Kangombe, Tchisaquela Munda, Sambo e Samboto.

A recuperação da ponte, segundo Joel Tchimbalanha, é da responsabilidade do Governo da província, por e a entidade com competência para o efeito.

#### 10.5 Excesso de chuva compromete colheita

*Jornal Economia and Finanças*

*14 de Fevereiro de 2020*

*Autor: Weza Pascoal*

O pólo agrícola de Missombo (Quando Cubango) previa colher cerca de 200 toneladas de cereais na presente campanha agrícola

Cerca de 50 hectares de produção de milho, dos 100 cultivados durante a campanha agrícola 2019/2020, no perímetro irrigado do Missombo, município de Menongue, província do Cuando Cubango, foram totalmente destruídas pelas chuvas que caem com intensidade na região.

A projecção era de colher cerca de 200 toneladas de cereais na presente campanhano pólo agrícola de Missombo.

Segundo o director do Gabinete provincial da Agricultura e Pescas, António Pereira Vicente, neste momento, com o abrandamento das chuvas está em curso o processo de preparação da terra, onde o cultivo foi danificado, no sentido de se fazer um novo cultivo.

Referiu que, além das culturas afectadas no perímetro irrigado do Missombo, as chuvas inundaram igualmente, mais de 50 hectares de milho, cultivados sobre a margem do rio Cuando, no município do Rivungo, assim como 250 famílias viram as suas culturas afectadas por pragas de larvas que destruíram as flores e folhas dos cultivos.

Informou que este tipo de situação acontece quando se regista um atraso no lançamento das sementes por consequência da queda tardia das chuvas.

Acrescentou, que quando isso acontece deve-se lançar as sementes na terra com insecticidas, para se evitarem casos do género.

Famílias desalojadas

Por sua vez, o administrador da comuna do Missombo, Francisco Muachando, disse que além das culturas de milho, as chuvas destruíram ainda cerca de cem residências deixando várias famílias desalojadas.

“Os camponeses da região perderam quase toda a produção de milho e esta situação pode comprometer o esforço que está a ser feito para o fomento da campanha agrícola 2019/2020, que teve abertura oficial em Dezembro do ano passado.

De forma a impulsionar a agricultura familiar na região, o governador provincial, Júlio Bessa, procedeu a entrega de diversos instrumentos agrícolas nos nove municípios que compõem o Cuando Cubango, com realce para 30 tractores com as suas alfaías, sementes, fertilizantes, entre outros meios.

Prejuízos

Missombo, Licua e Vissati são os três grandes Pólos Agrícolas provinciais definidos pelo Governo para a agricultura comercial em grande escala no Cuando Cubango.

Além do Missombo, o mesmo cenário vive-se também no Rivungo, onde os prejuízos poderão atingir mais de 40 por cento da produção inicialmente prevista.

## 10.6 Ravinas ameaçam cortar circulação inter-municipal

*Jornal de Angola*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autores: Mavitidi Mulaça, Valter Gomes & António Capitão*

Pelo menos seis ravinas de grandes proporções, em progressão nas estradas nacionais 140 e 220, que ligam a cidade do Uíge (sede da província) aos municípios de Mucaba, Damba e Maquela do Zombo, ameaçam paralisar a circulação rodoviária entre aquelas localidades.

As ravinas, que apresentam grandes profundidades e já destruíram partes das estradas, são apontadas como um perigo para quem viaja do Uíge a Maquela do Zombo e vice-versa, passando pelos municípios da Damba e Bungo.

Automobilistas e habitantes das zonas circunvizinhas, ouvidos pelo *Jornal de Angola*, temem que a situação se deteriore ao ponto de os municípios de Mucaba, Damba e Maquela do Zombo ficarem isolados do resto da província.

A agravar a situação, contam os automobilistas, está o deslizamento de terra e a queda de árvores que, por essa altura das chuvas, se regista na estrada nacional 220, sobretudo no troço que liga a cidade do Uíge ao município de Mucaba.

“A situação está a embaraçar a circulação rodoviária, o que exige de quem por lá passa cuidados redobrados, uma vez que as porções de terra que caem sobre a estrada e a sombra das árvores afectaram a visibilidade em algumas zonas”, disse Roberto de Almeida, automobilista que frequenta o troço, há cinco anos.

## 10.7 Chuvas destroem cultivo de milho

*Jornal de Angola*

*15 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Weza Pascoal*

Cerca de 50 hectares de produção de milho, dos 100 cultivados durante a campanha agrícola 2019/2020, no perímetro irrigado do Missombo, a 18 quilómetros da cidade de Menongue, foram totalmente destruídos pelas chuvas que caem com muita intensidade na região.

A informação foi avançada pelo director do Gabinete Provincial da Agricultura, António Vicente, no final de uma visita ao perímetro irrigado do Missombo, onde constatou os danos causados pelas fortes chuvas que caíram incessantemente durante vários dias.

António Vicente disse que, está em curso o processo de preparação da terra, onde o cultivo foi danificado, no sentido de se efectuar nova plantação. Além das culturas afectadas, o responsável disse que, as chuvas inundaram, igualmente, mais de 50 hectares de milho cultivados sobre a margem do rio Cu-ando, no município do Rivungo e 250 famílias ficaram afectadas por pragas de larvas que destruíram as flores e folhas dos cultivos.

“Este tipo de situação acontece quando se regista um atraso no lançamento das sementes, por consequência da queda tardia das chuvas. Portanto, quando se verificam estes incidentes devem ser lançadas as sementes na terra com insecticidas, para se evitar casos do género”, aconselhou.

Famílias desalojadas

Por sua vez, o administrador da comuna do Missombo, Francisco Muachando, informou que, além das culturas de milho, as chuvas destruíram ainda cerca de cem residências, deixando várias famílias desalojadas. “Os camponeses da região perderam quase toda a produção de milho, facto que pode comprometer o esforço que está a ser efectuado para o fomento da campanha agrícola 2019/-2020,

que teve abertura oficial em Dezembro do ano passado”, sublinhou.

O Governo Provincial entregou recentemente diversos instrumentos agrícolas às administrações municipais para o impulsionamento da presente campanha agrícola. Constatam entre estes meios, 30 tractores com as alfaías, sementes e fertilizantes.

## 10.8 Forte chuva à hora de ponta provoca embaraços ao trânsito

*Jornal de Angola*

*15 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Paulo Caculo & Manuela Gomes*

A chuva que se abateu, ontem sobre Luanda provocou sérios transtornos a vários cidadãos apanhados de surpresa nas ruas da capital do país.

O aguaceiro criou inúmeros constrangimentos a quem, entre às 11 e 13 horas, circulava por algumas artérias da cidade.

Numa breve ronda efectuada pelo Jornal de Angola em algumas zonas de Luan-da, muito sacrificadas sempre que chove, foi visível a agitação criada entre os transeuntes e automobilistas. Trânsito parado, charcos e paragens de táxi abarrotadas foi o triste cenário registado na maioria das avenidas por onde passou a nossa equipa de reportagem.

Nalgumas zonas, como é o caso da rua principal do bairro da Samba, o trânsito na faixa descendente (para quem sai do Morro Bento para a Mutamba) esteve durante algum tempo condicionado, enquanto que, para o sentido ascendente, a marcha esteve lenta.

O lixo e a areia trazidos pela força das águas da chuva até à estrada foram a causa do trânsito demorado naquela via. Durante quase duas horas, período em que a chuva se abateu com alguma intensidade, as paragens de táxi es-tavam cheias de passageiros e muitos transeuntes foram forçados a interromper o trajecto, abrigando-se debaixo dos prédios, para não se molharem.

A força das águas era tanta que alguns pedestres arriscavam, ainda assim, a fazer a travessia nas estradas, com guarda-chuva, e outros com panos e sacos de plástico à cabeça.

À entrada da Ilha de Luanda, os automobilistas enfrentavam as primeiras dificuldades, que se prolongavam até ao Ponto Final, tudo porque defronte ao Clube Náutico criou-se um enorme

charco, em virtude da existência de um acentuado desnível no asfalto, que, em forma de banheira, absorveu enorme quantidade de água, suficiente para obrigar os carros a circular quase em marcha lenta.

Na Avenida de Portugal, apesar do trânsito fazer-se com alguma normalidade, a grande preocupação prendia-se com a escassez de táxis, facto que causou a aglomeração de muita gente. A procura de um transporte que os pudesse levar aos destinos tornou-se um «bico-de-obra» para a maioria dos cidadãos, que tentavam deixar ou chegar à Baixa de Luanda.

Foi na Rua da Brigada, arredores do mercado dos Congolezes, onde se viu a imagem mais deplorável. Conhecido como local que absorve o maior volume de água vinda de zonas adjacentes, o local rapidamente transformou-se num autêntico lamaçal, com carros e peões a tentarem safar-se como podiam. E como há sempre quem aproveite a ocasião para facturar algum dinheiro, alguns jovens ofereciam-se para ajudar quem se visse em situação aflitiva para atravessar a rua, carregando-os às costas, a troco de 50 kwanzas.

No largo 1º de Maio, os cidadãos que por aí foram apanhados de surpresa pela chuva tiveram de correr para tentar conseguir um lugar no táxi ou abrigar-se debaixo dos edifícios. Para os cidadãos residentes no Bairro Militar, por detrás do Jumbo, o aguaceiro parece ter durado uma eternidade, tendo em conta o estado em que ficaram as principais vias de acesso.

## 10.9 Chuvas isolam mais de 30 mil pessoas

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Venâncio Victor*

Mais de 30 mil habitantes das comunas de Capunda, Cunga Palanca e Quimburgo, município do Luquembo, Malanje, estão isolados de toda a província devido às enxurradas que assolam a região nos últimos dias e provocaram o transbordo dos rios Jombo e Luando.

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos “ Kwata Kanawa, deslocou-se à sede do município de Luquembo, situada a cerca de 200 quilómetros da capital da província, acompanhado de membros dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O administrador municipal de Luquembo, Alcino Ciabala, disse à imprensa que a população afectada pelas chuvas precisa de quase tudo. Uma fonte do

Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Governo Provincial assegurou ao *Jornal de Angola* que “alguns apoios logísticos disponibilizados pelo Governo local já estão a caminho de Luquembo por via terrestre”.

A mesma fonte acrescentou que, estão, igualmente, a ser mobilizados produtos diversos a partir de Luanda, para as populações necessitadas de Luquembo.

O município de Luquembo, com mais de 60 mil habitantes, é conhecido como a região da Palanca Negra Gigante, e é potencialmente agrícola, destacando-se no cultivo de arroz.

### 10.10 Chuvas desalojaram mais de mil famílias

*Jornal de Angola*

*17 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Justino Victorino*

Mais de mil famílias foram desalojadas na província do Huambo, devido às fortes chuvas que se abatem sobre a região, estando, neste momento, a viver em condições difíceis, em residências de vizinhos e familiares, o que, em alguns casos, tem originado dissentimentos na partilha dos aposentos.

Os dados foram avançados pelo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Huambo, assegurando que a corporação registou, desde 2017, dezassete mortes, 37 feridos e 284 residências destruídas, estando em curso a compilação de mais informações para se actualizarem os dados.

O comissário-bombeiro José Pinto avançou que existem duzentas casas catalogadas, em algumas localidades da província, em risco de desabamento, pelo que um trabalho de sensibilização tem sido feito para a saída voluntária desses sítios, para se evitar situações desagradáveis. Acrescentou estarem a ser feitas intervenções para a reposição das condições de habitabilidade da população atingida, prestando os cuidados primários de assistência e meios logísticos.

“Uma das medidas primárias para acautelar os estragos causados pelas chuvas passa pela instalação de pára-raios nas casas, incluindo em algumas infra-estruturas comunais, nos onze municípios, para minimizar estas situações”, sublinhou, assegurando que, à luz do Decreto Presidencial nº 29, de 2015, sobre a protecção obrigatória contra as descargas atmosféricas, foi aprovada a aquisição de pára-raios comunitários para as instituições públicas.

A Comissão do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, explicou, está a efectuar o registo para catalogar as residências construídas em zonas de risco e realizar campanhas de sensibilização sobre educação ambiental, junto das populações das zonas rurais.

### 10.11 Cheias em Calueque estão fora de hipótese

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2020*

A administração das bacias hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvulai garantiu, ontem, não haver riscos de inundações ao longo das zonas ribeirinhas no sul de Angola, apesar da abertura das comportas, devido à pressão exercida pelo nível de água na Barragem de Calueque.

Numa nota de imprensa, a administração da Barragem de Calueque refere que a subida dos níveis das albufeiras e o aumento dos caudais do rio Cunene decorrem do aumento da precipitação no Planalto Central e na região do Cunene, onde também está a chover muito.

Reagindo a informações postas a circular nas redes sociais, sobre a existência de “risco de inundação” na Barragem de Calueque, o Gabinete para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvulai diz que o aumento do caudal é positivo.

Para justificar, a nota sublinha que o aumento do caudal é bastante positivo, tendo em vista a mitigação dos problemas de seca vividos na região nos últimos anos hidrológicos.

A administração da barragem de Calueque apela às comunidades residentes nas zonas ribeirinhas para que estejam atentas à activação do sistema de alarme e segurança que vigora desde o dia 13 deste mês.

Além de confirmar a abertura das comportas, o documento diz que as autoridades namibianas foram informadas sobre os caudais à jusante de Calueque e estão satisfeitas com o impacto positivo que causará na produção hídrica do Ruacaná e o efeito positivo que se observa nas quedas.

## 10.12 Chuvas causam duas mortes e destruição de residências

*Jornal de Angola*

22 De Fevereiro de 2020

*Autor: Carlos Paulino*

As fortes chuvas que se registam, desde Janeiro, na província do Cuando Cubango, causaram duas mortes por queda de raios e a destruição de 172 residências, que afectaram mais de mil pessoas.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Júlio Muliata, informou ao *Jornal de Angola* que, das 172 residências, 14 ficaram destruídas totalmente e 158 parcialmente nos municípios de Menongue, Cuchi, Dirico e Cuangar.

Júlio Muliata acrescentou que as fortes chuvas provocaram também a destruição de seis igrejas e uma cantina, bem como a inundação de 40 casas e três lojas, afectando mais de 200 pessoas.

Informou que as chuvas inundaram também quatro lavras e três pomares no município de Menongue.

O responsável salientou que a instituição que representa controla 58 zonas de risco, sobretudo ao longo das margens do rio Kwebe, Luahuca, Cuchi e Cubango, cujos habitantes têm sido aconselhados a construir num outro lugar seguro, sob pena de perderem a vida em consequência das chuvas que caem com muita intensidade na região.

## 10.13 Chuva cíclica sem grandes danos às infraestruturas

*Jornal de Angola*

*Autores: André da Costa e Manuela Gomes*

24 De Fevereiro, 2020

O porta-voz do Serviço de Protecção e Bombeiros, Faustino Minguês, considerou que as chuvas de sábado e domingo, que caíram de forma cíclica, "não causaram grandes danos" às infraestruturas em Luanda.

Segundo o oficial, apesar de não ter havido estragos, como num passado recente, há toda a necessidade de mais preparação no que toca à prevenção em matéria de saneamento básico, reparação de ruas e outras acções, pois segundo previsões do INAMET, espera-se para este primeiro trimestre do ano chuvas intensas em todo país.

Entretanto, as chuvas que se abateram, ontem, sobre a cidade de Luanda, criaram vários embaraços na circulação rodoviária no Cazenga, Viana e Kilamba Kiaxi, tendo deixado estradas alagadas, obrigando os munícipes a usarem pedras e outros objectos improvisados, para fugirem da água.

Numa ronda feita na rua principal da Combal, na zona do Grafanil, em Viana, a reportagem do *Jornal de Angola* notou a presença de muito lixo no chão, apesar da presença de contentores, resíduos sólidos que eram arrastados pela força das águas para estrada.

No bairro do Calemba 2, município do Kilamba Kiaxi, as ruas inundaram, o que está a dificultar a circulação de viaturas e de peões. Na via que liga a rotunda do Camama até Viana, os automobilistas lamentam o estado crítico em que se encontra a via e pedem a intervenção urgente por parte das autoridades administrativas da província de Luanda.

O automobilista António Coimbra pediu ao Executivo no sentido de priorizar a reparação daquele troço, para facilitar a deslocação no sentido Viana/Camama, já que se encontra em mau estado há vários anos, com enormes buracos, lama, lixo, entre outros constrangimentos.

No Kapolo 2, a chuva de ontem veio piorar o estado da zona que é crítico faz tempo. A circulação na via que liga o Grafanil à Igreja Kimbango, entre as avenidas Deolinda Rodrigues e Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy" é feita com enormes dificuldades devido à construção da estrada, cuja obra anda paralisada há muitos anos.

Devido à presença de uma enorme vala, cuja água apenas diminui em época de cacimbo, para circular os moradores são obrigados a colocarem blocos junto às paredes das casas, no sentido de facilitar a mobilidade. As viaturas são submetidas a um esforço maior.

A maior parte dos automobilistas que faz serviço de táxi, no interior do bairro, optou por estacionar as viaturas para não danificá-las por causa da água, lama e buracos, resultantes das constantes chuvas.

Nguinamau Tomé, ao vo-lante de uma carrinha Toyota Hilux, que fazia o trajecto Kimbangu/BCA, passando pelo interior do bairro, cobrava por passageiro 200 kwanzas. Justificou o aumento da corrida com o facto de as vias do bairro estarem todas inundadas e sem condições para a circulação.

Matumona Panzo, também taxista, lamentou o facto de as ruas do bairro Kapolo2 nunca terem sido intervencionadas, nem com um simples trabalho de

terraplenagem, para facilitar a circulação de viaturas, como acontece em algumas zonas de Luanda.

No Sambizanga, a chuva caiu com menos intensidade, comparativamente a outras zonas de Luanda, segundo o munícipe António Neto, morador da rua 12 de Julho. Segundo ele, o estado das ruas do interior do distrito é péssimo, devido à presença constante de águas paradas.

No Zango, a chuva não criou embaraços aos cidadãos, por ter caído com pouca intensidade, enquanto que na Centralidade do Kilamba, choveu durante a madrugada, acompanhada de fortes ventos e trovoadas.

### 10.14 Enxurradas destroem 71 casas no Chitato

*Jornal de Angola*

*25 De Fevereiro 2020*

*Autor: Armando Sapalo*

Mais de 70 casas feitas com material precário, uma escola primária e uma igreja ficaram destruídas na localidade de Muaphulo, localizada a 20 quilómetros da sede municipal do Chitato, na província da Lunda-Norte, depois da chuva intensa que se abateu na noite de sábado e prolongou-se até às 13h00 do dia seguinte.

Os dados foram confirmados ontem pelo segundo comandante provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Felismino Yambo, que explicou que a chuva foi acompanhada de ventos fortes e granizo, deixando muitas famílias desalojadas, sendo, na sua maioria, pessoas com poucos recursos financeiros e desempregadas. Felismino Yambo disse que três pessoas ficaram com ferimentos ligeiros, entre as quais uma criança de dez anos. A maior parte das famílias que perderam as casas tinham como principal fonte de sustento a agricultura.

O segundo comandante esclareceu que além da localidade de Muaphulo, o bairro Camatundu, localizado na zona periurbana da cidade do Dundo, foi também uma das áreas do município do Chitato afectada pelas enxurradas. No bairro Camatundu, acrescentou, a chuva destruiu três residências e deixou ao relento muitas famílias, por isso o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros aconselha população a deixar de viver em zonas precárias e consideradas de risco.

Felismino Yambo alertou para a necessidade de se desenvolver um trabalho amplo, sensibilizando a população sobre medidas de segurança, assim como a

criação de projectos sustentáveis de loteamento de terrenos para a autoconstrução dirigida.

Para se inteirar da situação dos sinistrados, o governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, foi à localidade do Muaphulo, onde manifestou a sua solidariedade e orientou a Administração Municipal do Chitato a encontrar soluções imediatas para acudir o problema das famílias que perderam as casas.

Na ocasião, o administrador municipal do Chitato, Gastão Cahata, garantiu que vão trabalhar em coordenação com o Governo Provincial, no sentido de prestar ajuda humanitária aos sinistrados, a fim de minimizar as dificuldades.

Gastão Cahata garantiu que as famílias sinistradas vão começar a receber chapas de zinco e pregos para reerguerem as suas casas, dentro de poucos dias.

### 10.15 Ravinas e lagoas em ruas causam vários transtornos

*Jornal de Angola*

*26 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Augusto Panzo*

As fortes chuvas que se têm abatido sobre Cacuaco, Luanda, além da destruição da ponte que liga os bairros Paraíso e Augusto Ngangula, estão a causar o surgimento de ravinas e lagoas em vias secundárias e terciárias.

No bairro Paraíso, um dos troços da rua principal, que liga a zona da ponte destruída, passando pelo antigo mercado do 1º de Maio, até ao término dos táxis, encontra-se intransitável, devido às ravinas causadas pela chuva.

Situação igual regista-se no troço entre o bairro da Pedreira e o Paraíso, com passagem para a conhecida zona da subida do Papá Gordo, onde as águas da chuva provocaram buracos, que, se não forem intervençionados com a maior rapidez possível, vão obrigar muitos automobilistas a pararem de fazer o serviço de táxi naquele bairro ou sujeitarem-se aos estragos nos seus meios rolantes.

As ravinas não estão apenas no interior dos bairros, pois, mesmo na própria vila, a situação não difere muito. Junto da delegação do Jornal de Angola e de uma das agências bancárias, por exemplo, o automobilista que ousar utilizar aquele pequeno troço e tentar entrar para o Mercado Municipal de Cacuaco depara-se logo com vários constrangimentos,

causados por uma ravina que está a surgir aos poucos e a fazer desaparecer o asfalto.

#### Lagoas

Na rua que liga a vila de Cacucaco, a partir da sua bifurcação com a Via Expressa Kifangondo/Luanda, até aos itinerários que nos levam aos bairros da Pedreira e do Paraíso, apesar de ter sido intervencionada no ano passado, as lagoas voltaram a fazer morada, por deficiência no sistema de escoamento das águas.

Há também constrangimentos na rua da Nhimifil, uma via que, devido à sua complexidade no declive, recebe quase todas as águas da chuva procedentes de grande parte do bairro da Boa Esperança Central, o que exige sempre a sucção das mesmas com motobombas.

Outro problema que parece mínimo, mas que aos poucos está a afectar com alguma seriedade a salubridade da Via Expressa no sentido Cacucaco/Benfica reside na falta de desassoreamento das valas de drenagem, o que está na base do surgimento de matagal ao longo da estrada Comandante Fidel de Castro Ruz, com maior realce para o troço situado nas proximidades de uma das instituições académicas de ensino superior até à zona da primeira pedonal do bairro Belo Monte.

Desde o reinício das chuvas, em Outubro de 2019, as quedas pluviométricas atingiram cerca de 800 milímetros na região, o que não ocorria há muitos anos, afirmou.

A Estação de Desenvolvimento Agrário, segundo Fernando Pik, está a aconselhar os camponeses a desenvolver a produção de batata-doce, rena e mandioca fora das áreas ribeirinhas.

Na Ganda, o sector da Agricultura planificou, para a presente campanha agrícola, a preparação de 47.097 hectares para cultivo de cereais. Estão envolvidos no processo 47.097 famílias camponesas.

## 10.16 Chuvas inundam campos agrícolas

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2020*

As fortes chuvas que se abatem sobre algumas áreas da província de Benguela inundaram, no município da Ganda, 1.466 hectares com plantações de feijão e milho, noticiou ontem a Angop, que cita o director da Estação de Desenvolvimento Agrário naquele circunscrição.

Fernando Pik disse que, com as enxurradas, os rios e riachos da região transbordaram, o que está a afectar, também, as culturas de ba-tata-doce, rena, mandioca e massambala.

A maior parte das 2.037 famílias camponesas das comunas da Chikuma, Casseque e Ebanga, incluindo as residentes na sede municipal, foram afectadas, com os prejuízos globais calculados em 1.173 toneladas de produtos diversos, disse.

Fernando Pik defendeu a distribuição de sementes e adubos para apoiar as famílias afectadas e acautelar a segunda época agrícola, que começa ainda este mês.



## II. EXPLORAÇÃO MINEIRA

### II.1 Fiscais estão sem meios para controlar florestas

*Jornal de Angola*  
5 De Fevereiro de 2020  
Autor: *Weza Pascoal*

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no Cuando Cubango, está desprovido de meios humanos e equipamentos técnicos para enfrentar os grupos que se dedicam ao corte anárquico de árvores para a produção de madeira.

O responsável do IDF na província, Abel Mambo, disse ao *Jornal de Angola* que, a instituição que dirige conta apenas com 12 fiscais, “que além do uniforme, não dispõem de mais nada para enfrentar os garimpeiros de madeira” que, segundo denúncias de populares, continuam a cortar árvores do tipo Mussiv e Pau-rosa, espécies proibidas pelo Ministério da Agricultura.

Abel Mambo informou que, os 12 fiscais estão distribuídos pelos municípios de Cuito Cuanavale, Menongue, Cuchi e Dirico, mas funcionam apenas nas cidades, onde tentam travar a venda de carne de caça e a entrada ou saída de camiões carregados com toros de madeira e carvão, com o auxílio da Polícia. Por falta de meios, como viaturas e equipamentos de defesa, os fiscais não entram nas florestas.

O IDF, segundo o responsável, necessita de, pelo menos, mais 100 fiscais, diversos equipamentos de defesa pessoal e viaturas adaptadas a todo-o-terreno, para que possam enfrentar os grupos de caçadores furtivos que actuam com armas de fogo e zagaias e os garimpeiros de madeira. “No Cuando Cubango existem vários cidadãos nacionais e estrangeiros que exploram a madeira desregradamente, desrespeitando as normas estipuladas por lei e não concebem projectos para o desenvolvimento das comunidades onde estes recursos são retirados”, lamentou Abel Mambo.

Na época florestal de 2019, disse, que ter minou em Outubro último, seis empresas foram julgadas e condenadas a pagar multas avultadas, por efectuarem corte ilegal de madeira do tipo Mussivi. O mesmo destino tiveram dezenas de caçadores furtivos que estão a contas com a Justiça.

“ O Serviço de Investigação Criminal (SIC), Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Tribunal Provincial têm vários processos- crimes por violação das regras da exploração de madeira

Transporte de madeira

Abel Mambo revelou que, apesar da última campanha florestal ter terminado em Outubro do ano transacto, assiste-se na província a uma recolha massiva de todos os troncos de árvores cortados em anos anteriores que estão na mata. A madeira é levada para serrações onde é cortada e depois comercializada no exterior do país. “O Decreto Presidencial 65/2019 dá a possibilidade das empresas que não puderam terminar os seus saldos, transportarem a madeira preparada em blocos ou em peças, devido ao atraso na emissão das licenças”, disse.

Na campanha florestal 2019, segundo Abel Mambo, foram licenciadas 20 empresas no Cuando Cubango, mas apenas 15 cumpriram com as suas obrigações tributárias e cobriram um volume de 12.300 metros cúbicos, contra os 15.586 metros cúbicos de cota atribuída à província, pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Florestal, restando ainda por se explorar 3.286 metros cúbicos.

“Neste momento o IDF está a emitir certificados de instância a todas as empresas devidamente legalizadas durante a campanha florestal de 2019, para que possam evacuar toda a madeira que não transportaram no período de vigência das licenças, devido aos constrangimentos de ordem técnica”.

“O certificado de produto de instância”, prosseguiu, “só é emitido depois de terminar o prazo de exploração, para dar a possibilidade das empresas transportarem toda madeira já cortada durante a campanha florestal, mas não lhe dá o direito de fazer novos cortes de madeira neste período, o documento permite exclusivamente a recolha e a transportação do produto que se encontra abandonada nas matas”.

Ano Florestal de 2020

Abel Mambo informou que, o Instituto Desenvolvimento Florestal está a receber documentos das empresas que tenham condições administrativa e financeira, que pretendem aderir a campanha florestal 2020, cuja abertura está prevista para 1 de Maio próximo.

“O IDF está a espera que as empresas remetam a documentação para que até a última quinzena deste mês sejam analisados e remetidos ao Gabinete Provincial da Agricultura, para se efectuar os respectivos contratos, a partir dos quais as empresas contratadas serão objectos de medidas duras de fiscalização para que a população das zonas de exploração possa beneficiar de investimentos sociais”, frisou.

Abel Mambo disse que nas próximas cam panhas de exploração florestal, haverá concessões de licenças para explorar, apenas para as empresas com idoneidade administrativa, financeira e técnica, devidamente comprovadas, para se evitar que grupos ilegais se intrometam no negócio da madeira.

Disse que os exploradores florestais têm de cumprir, periodicamente, com os pagamentos das taxas de exploração dos recursos florestais, respeitar as normas de cubicagem, ter declaração de não devedor da Administração Geral Tributária (AGT), inscrever os trabalhadores no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e financiar diversos projectos nas localidades.

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 Acordo comercial China-EUA põe em causa retoma do crescimento económico

*Jornal Expansão*

14 De Fevereiro de 2020

O acordo comercial entre a China e os Estados Unidos para pôr fim à guerra comercial pode dificultar a venda de petróleo de Angola ao gigante asiático, condicionando a retoma ao crescimento económico previsto para este ano, admitem especialistas e consultores internacionais.

A China é o maior parceiro de Angola, já que 70% das exportações nacionais são para aquele país do continente asiático. Já 15% das compras ao exterior têm origem na China. Contas feitas, 46% das trocas comerciais de Angola são feitas com aquele país, equivalente a 17,1 mil milhões USD, no período entre Janeiro e Setembro do ano passado. De acordo com o relatório sobre as estatísticas externas do Banco Nacional de Angola(BNA),entre 2014 e o terceiro trimestre de 2019, a China ficou com 55% do total das exportações de petróleo angolano, ou seja, 114 mil milhões dos 205 mil milhões USD exportados.

Além de maior cliente angolano, é o segundo principal fornecedor em 2019, apenas ultrapassado pela França, país europeu que estava fora do top 10 de fornecedores do País desde 2014 e que lidera esta lista à custa da venda de 1,8 mil milhões USD na sua maioria aeronaves e embarcações - nos três primeiros trimestres de 2019. Já de acordo com o relatório do BNA sobre a dívida externa, até Setembro de 2019, a China era o maior credor angolano. Dos 46,8 mil milhões USD que representava a dívida ao exterior, 48% era ao gigante asiático, equivalente a 22,3 mil milhões USD.

No âmbito de acordos recentes com os EUA, a China comprometeu-se a aumentar as compras de petróleo bruto ao país de Donald Trump o que levanta, para já, alguns receios sobre as compras futuras a Angola,comprometendo a saída da quarta recessão. "O compromisso de Pequim, ao abrigo do recente acordo comercial, de comprar mais petróleo aos Estados Unidos em vez de a outros fornecedores, coloca um risco de perturbações adicionais para

Angola, que é o terceiro maior fornecedor de petróleo à China", revelou no final de Janeiro a consultora Capital Economics, numa nota sobre as economias africanas em 2020. "Pensamos que as persistentes fraquezas no sector do petróleo, a inflação alta, e o aperto na política económica vão manter a economia angolana em recessão em 2020, pelo quinto ano consecutivo", adianta

"Atenção que isso não é uma mera hipótese mas sim algo que poderá começar acontecer já nos próximos anos, especialmente se Donald Trump for reeleito", alerta Fernandes Wanda.

Já Francisco Paulo, lembra que quase metade da dívida externa angolana é à China, país que, por isso mesmo, "está interessado no desenvolvimento económico" de Angola e "acredita no seu potencial". "Não nos esqueçamos que o petróleo angolano tem mercado e mesmo que a China decida diminuir as compras, Angola poderá vender a outros países", sublinha.

### 13.2 Famílias são informadas sobre bolsiros na China

*Jornal de Angola*

14 De Fevereiro de 2020

O Ministério das Relações Exteriores, num documento de sete pontos chegado à nossa redacção, dá conta que, no âmbito do acompanhamento e tomada de medidas face à epidemia Coronavírus, realizou-se ontem, em Luanda, uma reunião de trabalho entre uma Delegação Multisectorial do Governo Angolano e uma Comissão representativa dos pais e encarregados de educação dos estudantes angolanos residentes na República Popular da China.

Os encarregados de educação, de acordo com o documento, apresentaram relatos da situação dos seus educandos, tendo encorajado o Governo a prosseguir os esforços, junto das autoridades chinesas, no sentido de se continuar a garantir a integridade física dos cidadãos angolanos afectados pelas medidas restritivas em vigor naquele país, impostas pelas autoridades chinesas.

A Comissão Multisectorial prestou informações relevantes sobre os passos que estão a ser dados, com vista a assegurar o bem-estar dos estudantes e outros cidadãos angolanos, que, por razões diversas, se encontram em território chinês, que incluem apoio financeiro de emergência, destinado a garantir o abastecimento logístico, tendo em conta a limitação em termos de mobilidade, decretada para reduzir a propagação da doença.

Foram também disponibilizadas informações técnico-científicas sobre a epidemia e a necessidade imperiosa de se evitar atitudes precipitadas, que podem acarretar consequências imprevisíveis.

A Comissão Multisectorial reafirmou o engajamento do Governo em explorar todas as opções viáveis que respondam aos anseios e preocupações das famílias angolanas envolvidas.

Ficou decidido que a Comissão Multisectorial e a Comissão representativa dos pais e encarregados de educação vão manter contacto permanente, enquanto durar a crise sanitária

### 13.3 PGR move processo-crime contra “negócios da China”

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Luís Galvão*

O Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SNRA) da Procuradoria-Geral da República mandou apreender centenas de imóveis "construídos com fundos públicos" e ainda na posse das empresas China International Fund, Limited (CIF Hong Kong) e China International FundAngola, Limitada (CIF Angola). A medida surge no âmbito de um processo-crime que já tem arguidos, mas ainda não resultou em detenções, avançou ao Expansão fonte da PGR, sem adiantar pormenores.

Segundo o mandado de apreensão emitido pela procuradora Eduarda Rodrigues, que dirige o SNRA, e o comunicado da PGR (há ligeiras discrepâncias entre ambos), na Urbanização Zango Zero, Vida Pacífica estão abrangidos 25 edifícios, duas creches, dois clubes náuticos e três estaleiros, bem como terrenos adjacentes, num total de 114 hectares, que agora têm como fiel depositário o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Idem para os 1.108 imóveis inacabados, 31 bases de construção de edifícios, 194 bases para a construção de vivendas, um estaleiro e terrenos adjacentes na Urbanização Kilamba KK5800, onde o mandado de apreensão abrange 266 hectares até agora sob posse da CIF Angola e da CIF Hong Kong, empresas ligadas aos projectos do extinto Gabinete de Reconstrução e Reabilitação Nacional, criado em Outubro de 2004, e que até meados de 2010 foi presidido pelo general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, conhecido por 'Kopelipa',

Nos últimos 15 anos, estas e outras empresas do universo CIF participaram em vários 'negócios da

China' em Angola, nomeadamente em projectos abrangidos por linhas de crédito chinesas, como o novo aeroporto internacional de Luanda, cujo prazo de conclusão e custo derraparam várias vezes e do qual a empresa acabou afastada, ou ao anúncio da construção de 215 mil habitações sociais no País, de autoestradas, da recuperação de linhas de caminho-de-ferro de Benguela e de outros tantos projectos que ainda podem ser lidos na página da empresa arquivada no projecto Wayback Machine do Internet Archive.

O caso do novo aeroporto resultou, não só no afastamento da empresa, em 2017, "por incumprimento e incapacidade", tendo a obra sido entregue a outra empresa chinesa, a AVIC, mas também na instauração de um processo de inquérito por parte da Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, em Abril de 2019, no âmbito do qual a PGR apreendeu 286,4 milhões USD que ainda estavam na posse da CIF Angola.

Teia de empresas baseadas em Hong Kong

Apesar da opacidade, sabe-se que a China International Fund, Limited foi registada em Hong Kong, em Dezembro de 2003, e que faz parte do chamado Grupo Queensway 88, uma referência ao endereço comum que as empresas deste grupo partilham nesta 'offshore', numa teia que inclui empresas como a New Bright International (a holding) e a Dayuan International Development Corporation, 'dona' da CIF, bem como outras noutros paraísos fiscais.

O grupo inclui também a China Sonangol International Holdings Limited, que chegou a ser presidida por Manuel Vicente, primeiro enquanto PCA da petrolífera nacional Sonangol e mais tarde em acumulação com o cargo de vice-presidente de Angola. Entre os parceiros do grupo está a maior petrolífera chinesa, a Sinopec, também com negócios no País, nomeadamente através da Sonangol Sinopec International.

Em Angola, o grupo está presente através de pelo menos uma dúzia de empresas registadas entre 2008 e 2009, nas áreas do imobiliário, materiais de construção, transportes marítimos e até produção de cerveja, a maioria em nome de outra dúzia de 'offshores' sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, e mais tarde, em 2017, transferidas para a China International Fund Angola, Limitada (CIF Angola).

Esta empresa foi registada em Abril de 2008 em nome das sociedades Plansmart International Limited, representada à data pela advogada Maria de Lurdes Roque Caposso Fernandes (actualmente

deputada do MPLA), e Utter Right International Limited, representada pela advogada Paula Andresa Custódio e Silva Inglês.

Em 2017, a CIF Angola, agora representada por Fernando Gomes dos Santos, alargou a sociedade à IF-Investimentos Financeiros SGPS, S.A, com sede em Luanda e accionistas desconhecidos, que também entrou com mais capital (passando a sócio maioritário) e foi representada no negócio por Samora Borges Sebastião Albino, ex-PCA da TV Zimbo e empresário que surge ligado a três 'offshores' em Malta no âmbito dos Paradise Papers, bem como a negócios associados ao general Leopoldino Fragoso do Nascimento, 'Dino'.

### 13.4 Angolanos na China clamam por socorro

*Jornal de Angola*

*17 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Alexa Sonhi*

“Não temos água mineral para beber, nem pão conseguimos comprar, porque os portões da universidade estão trancados e mesmo que não fomos infectados pela doença não podemos sair, corremos o risco de morrer de fome”.

Este é o grito de socorro do jovem Deuld Morinho, de 24 anos, que estuda na Universidade de Wuhan, na China, onde surgiu a epidemia do coronavírus, que já matou 1.670, desde a sua descoberta, em Janeiro.

O estudante do curso de Engenharia de Software, contactado, hoje, pelo Jornal de Angola, pedia com angústia, ajuda às autoridades angolanas, para ele e seus 37 colegas serem urgentemente evacuados da China, porque neste momento a única coisa que os alimenta é farinha e bebem água da torneira, com cheiro de esgoto.

O jovem, que almejava começar o mestrado, no próximo mês de Setembro, vê o seu sonho adiado. Durante a conversa, via whatsapp, ouviam-se choros e por alguns minutos a conversa parou. Em seguida, ele pedia, desesperado, “tirem-nos daqui por favor, não estamos a receber ajuda nenhuma, nem do Governo Chinês, nem do Governo de Angola”. Deuld Morinho, que falava em nome de 37 estudantes angolanos, dentre os quais 12 raparigas, que frequentam a Universidade de Wuhan, revelou que as imagens postas a circular nas redes sociais de que estão a receber ajuda do Governo chinês não são verdadeiras.

“Os angolanos que aparecem nos vídeos não estudam em Wuhan. Onde estamos morrem pessoas quase todos os dias, fomos abandonados. Estudantes de outras nacionalidades, como portugueses, americanos, franceses e brasileiros, já foram evacuados”, disse Deuld Morinho.

Uma das estudantes angolanas, Ornela Guiomar, de 23 anos, também deu o seu depoimento. “Há 15 dias pedimos à Embaixada de Angola na China para sermos evacuados, mas até agora não tivemos nenhuma resposta”.

“Os nossos familiares em Angola vão quase todos os dias ao Ministério das Relações Exteriores para saber sobre a nossa situação, mas ninguém lhes dá garantia de nada, essa situação está a nos deixar frustrados”, revelou.

Contactada, ontem, pelo Jornal de Angola, uma fonte ligada ao Ministério das Relações Exteriores revelou que foi criada uma comissão multisectorial, encarregue de criar todas as condições para garantir o bem-estar dos cidadãos angolanos que se encontram na China.

A fonte informou que a Embaixada de Angola na China, a partir de Beijiing, começou a prestar apoio logístico e financeiro aos estudantes, mas infelizmente alguns negam receber ajuda, por estarem revoltados e quererem sair daquele país.

Revelou que o Governo está a negociar com as autoridades chinesas para evacuar os cidadãos angolanos que se encontram naquele país, estando o processo apenas a depender das medidas sanitárias e restrições impostas, para se evitar a propagação do coronavírus.

### 13.5 Voto de solidariedade aos angolanos na China

*Jornal de Angola*

*20 De Fevereiro de 2020*

Os deputados aprovaram, ontem, um voto de solidariedade a favor dos angolanos residentes na China, devido à epidemia do coronavírus que assola a cidade de Wuhan.

A aprovação do documento, contudo, não foi consensual. Enquanto a oposição defendia a inclusão, no voto, do termo “repatriamento”, o MPLA entendia que a manifestação de solidariedade e exortação para que o Executivo tomasse as medidas necessárias para manter a integridade dos angolanos na China eram suficientes.

O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Nacional, Raúl

Danda, da UNITA, apelou ao “repatriamento urgente dos estudantes” que se encontram na cidade de Wuhan, que enfrentam muitas dificuldades. “Como presidente da Comissão dos Direitos Humanos, recebi várias famílias dos estudantes a pedirem ajuda para o regresso dos seus filhos. Eles não precisam de comida, querem é regressar ao país”, disse.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, defendeu igualmente o regresso de todos os estudantes ao país. “Estamos a assistir vários países a socorrerem os seus cidadãos que se encontram na China. Porque é que até agora o Governo não fez nada?”, questionou.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Manuel da Cruz Neto, disse que toda a acção que inclui o movimento dos cidadãos no exterior requer um conjunto de medidas que só o Executivo é capaz de organizar. O MPLA, acrescentou, reconhece os esforços que o Executivo está a fazer e está solidário com o que está a acontecer na China. “Vamos dar o voto para que os nossos clamores sejam ouvidos e sirvam de maior incentivo para as acções preconizadas”, disse o deputado. O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, garantiu que o Parlamento vai apresentar ao Executivo as preocupações dos deputados para que o repatriamento tenha lugar depois de criadas todas as condições de repatriamento. “A preocupação de repatriamento é de todos os deputados. Registamos as preocupações que tudo se deve fazer para salvaguardar a vida dos nossos cidadãos”, disse Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Os deputados voltam a reunir-se hoje para aprovação de vários diplomas.

### 13.6 A viagem a África motivada pela China e pelas mensagens contraditórias de Washington

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autora: Isabel Costa Bordalo*

"Quase dois anos depois de o Presidente Trump o nomear o principal diplomata dos Estados Unidos, Pompeo viajou para África para convencer os seus líderes a evitar investimentos chineses e, em vez disso, procurar colaboração com Washington e empresas americanas".

No quarto parágrafo de uma extensa reportagem de balanço da primeira incursão do secretário de Estado por África, o New York Times (NYT) sinaliza o motivo da viagem de Pompeo. Já antes, outros jornais americanos o haviam feito, apontando a China como o ponto central do périplo do chefe da diplomacia americana por África, numa tentativa de reafirmar os EUA como parceiro privilegiado do continente mais jovem do mundo e refrear o avanço da forte influência chinesa e da crescente presença russa.

Mike Pompeo estava também incumbido de reverter os efeitos da falta de envolvimento da Administração Trump em África e de atenuar o impacto das observações depreciativas do Presidente dos EUA sobre o continente, assim como dos cortes do Departamento de Estado no financiamento a programas africanos, como refere a ABC News.

"O desafio que Pompeo enfrenta em África é explicar as mensagens contraditórias vindas de Washington", afirmou Witney Schneidman, membro da Africa Growth Initiative da Brookings Institution, à ABCNews, antes de o secretário de estado embarcar para o Senegal, primeiro destino da viagem por África. Schneidman aponta ainda "a falta de atenção que está a ser prestada" ao continente, notando que 14 meses depois de o ex-assessor de segurança nacional, John Bolton, ter lançado a estratégia para África "muito pouco foi realizado, onde muitas outras nações avançaram".

O NYT vai mais longe ao evidenciar a dissonância entre o discurso e a prática ao descrever a chegada de Pompeo a Bole, na Etiópia, "cidade moldada pelo mesmo adversário contra o qual tinha vindo pregar: a China".

"Pompeo e sua delegação foram recebidos na segunda-feira à noite no Aeroporto Internacional de Bole, um dos maiores de África, expandido em parte por fundos chineses. Sua comitiva passou pela capital, Adis Abeba, onde Pequim construiu rodovias e fábricas, e financiou um sistema de metro e uma ferrovia multibilionária para o vizinho Djibuti", escreve o diário nova-iorquino. O secretário de estado americano encontrou-se com o presidente da União Africana, "na sua imponente sede, construída e paga pela China, num custo de 200 milhões USD".

Ao contrário da China, Mike Pompeo "chegou ao Senegal, Angola e Etiópia sem oferecer nenhum novo grande investimento, iniciativa ou assistência do governo americano", evidencia o New York Times, acrescentando que, em vez disso, "promoveu empresas americanas, vangloriando-se de que as suas

práticas são superiores quando comparadas aos da China".

Para reforçar a dissonância, o NYT enumera a intenção de os EUA reduzirem ou retirarem as suas forças na África Ocidental, no meio da crescente onda de violência extremista, a proibição ampliada de viagens, anunciada no início de Fevereiro, que afecta agora um quarto da população africana, e que inclui a Nigéria, a maior economia do continente e um dos três parceiros apontados por Pompeo como estratégicos na relação dos EUA com África, e a retirada de tropas americanas da região de Agadez, no Níger.

Na sua página na internet, o Departamento de Estado afirma que um dos objectivos da viagem a África é estimular o comércio e o investimento com os EUA, que está dependente de reformas políticas e económicas, como a eliminação da corrupção.

### 13.7 Contratos de milhões com a CIF são "Segredo de Estado"

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

A lista oficial de contratos assinados entre Angola e a CIF só foi conhecida dois anos depois do Acordo-Quadro de 2004, através da Resolução nº 61/06, de 4 de Setembro, que elenca 12 empreendimentos e a realização de 5 estudos e projectos. Mas só se passou a conhecer o nome dos projectos e uma pequena descrição, porque o conteúdo dos contratos foi classificado de "confidencial" ao abrigo da Lei do Segredo de Estado.

No entanto, uma parte coincidia com os que a CIF apresentava na sua página na Internet, incluindo a "construção de 215.500, residências em 24 cidades de 18 províncias", a "reabilitação geral do Caminho de Ferro de Benguela" ou o "Novo Aeroporto Internacional de Luanda". Já entre os estudos a realizar constavam o "Planeamento principal e urbano da Nova Cidade de Luanda" e o "Planeamento principal do novo centro administrativo de Luanda".

Como o Ministério das Finanças admitiu mais tarde, num comunicado de Outubro de 2008, a "entidade de direito privado" CIF Hong Kong, apelidada de Fundo Internacional da China, foi criada "com o propósito específico de "criar facilidades ou linhas de crédito para financiar projectos no âmbito do GRN; obter novos financiamentos em condições mais competitivas; e promover a afectação de capitais de

risco, através de investimentos privados nacionais e internacionais."

Para tal, a CIF organizou uma "primeira facilidade de financiamento" no montante de 2,9 mil milhões USD, que terão permitido "dar início" aos projectos do novo aeroporto, dos caminhos-de-ferro, estradas, infra-estruturas de drenagem em Luanda e os estudos e projectos da Nova Cidade de Luanda."

No entanto, explicou o MinFin, "tendo-se verificado alguns constrangimentos por parte da CIF na mobilização de financiamento para completar os projectos em curso e para o início de novos, o Governo decidiu instruir o MinFin no sentido de obter no mercado interno um financiamento de 3,5 mil milhões USD, através da emissão de Obrigações do Tesouro", para "permitir dar continuidade aos principais programas do GRN.

### 13.8 Dívida externa disparou 30% desde início da crise para 46,8 mil milhões USD

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Joaquim José Reis*

A dívida pública externa disparou 30% para 46.758 milhões USD desde o início da crise, em 2014, até ao terceiro trimestre do ano passado, período em que cada um dos 30,2 milhões de Angolanos já devia 1.548 USD ao estrangeiro, sendo que quase metade desse valor é à China, de acordo com cálculos do Expansão sobre dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

Se olharmos para o início da crise, o stock da dívida externa angolana era de 35.933 milhões USD (incluindo atrasados). Nesta altura, de acordo o Censo 2014 do Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola tinha 25,8 milhões de habitantes.

Contas feitas, cada um dos angolanos 'devia' 1.393 USD ao estrangeiro. Não foi só a dívida externa que cresceu, já que a população também deu um salto para cerca de 30,2 milhões em apenas seis anos, ou seja, mais 4,4 milhões que em 2014. Assim, de acordo com cálculos do Expansão, no terceiro trimestre de 2019, cada um dos 30,2 milhões de angolanos devia 1.548 USD ao estrangeiro, um pouco acima da dívida por habitante no final de 2014, já que essa 'dívida' em 2019 é dividida por mais 4,4 milhões de nacionais.

Se por um lado a população cresceu e a dívida também, por outro, diminuiu o rendimento per capita, que na prática representa a distribuição da

riqueza produzida no País por habitante. Em seis anos, o PIB per capita caiu 46% para 3.038 USD, de acordo com cálculos do Expansão com base em dados do Fundo Monetário Internacional. Ou seja, os angolanos estão hoje mais pobres face a 2014, já que a população continua a crescer a taxas superiores ao Produto Interno Bruto. E 'estão também mais endividados.

A maior parte desta dívida é comercial, dividida entre bancos e fornecedores. A dívida à banca comercial estrangeira era, no terceiro trimestre de 2019, equivalente a 32.411 milhões USD, 69% do total da dívida externa, incluindo atrasados. Em relação a 2014, os 'kilapis' com os bancos estrangeiros dispararam 39%. Já a fornecedores, a dívida disparou 78% face ao início da crise, para 4.392 milhões USD. Quanto à dívida bilateral, ou seja, Estado a Estado, esta caiu 18% para 6.374 milhões USD no II I trimestre do ano passado. Já a multilateral, ou seja, a instituições internacionais como o FMI ou o Banco Mundial disparou 115% para 3.580 milhões USD.

A China continua a ser o principal credor de Angola, já que só ao gigante asiático 'cabe' 48% do total do stock da dívida externa angolana. Ou seja, cada angolano 'deve' 745 USD à China. De seguida surge o Reino Unido, a quem cada angolano 'deve' 287 USD. Espanha completa o pódio dos maiores credores do País, já que cada cidadão nacional lhes 'deve' 83 USD.

A dívida à China quase que duplicou entre 2014 e 2019, passando de 13.156 milhões USD para os actuais 22.355 milhões, representando um aumento de 70%.

Note-se que, face a 2018, a dívida à China até baixou 2,4%. Note-se que segundo os dados do relatório "Dívida Externa Pública por País (stock): 2012 - 2019", o I trimestre de 2017 foi o período em que Angola mais devia à China, um total de 25.530 milhões USD.

Apesar de os dados divulgados pelo BNA não indicarem quem são as entidades credoras de Angola, o prospecto apresentado aos investidores no âmbito da última emissão de eurobonds, que decorreu no final de 2019, avançava que a maior parte da dívida à China tinha como principal credor o China Development Bank (CDB), que resultou de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, celebrado em Dezembro de 2015 e que contemplava "múltiplos propósitos, incluindo o financiamento de projectos já aprovados em Angola", como para operações relacionadas com a Sonangol. Foi deste empréstimo "levantado na sua totalidade" que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou em 2016 na Sonangol para pagamento antecipado de seis

financiamentos da petrolífera. Em Junho de 2019, de acordo com o prospecto, ainda estava por pagar 14.500 milhões USD ao CDB. Contas feitas, 65% da dívida à China é a este banco de desenvolvimento. E a dívida àquele país representa 48% do total da dívida externa angolana.

De acordo com documento do BNA 'Dívida Externa Pública por Países', o Reino Unido é hoje o país onde está domiciliada a segunda maior dívida externa angolana. Deve-se, sobretudo, ao facto de ser nesta região do globo onde Angola tem colocado as suas emissões de eurobonds. Até ao período em análise, terceiro trimestre de 2019, Angola tinha colocado 5.000 milhões USD em dívida pública em moeda estrangeira. Em Novembro, esse valor aumentou para 8.000 milhões.

### 13.9 Meia centena de cidadãos deixam quarentena

*Novo Jornal*

*21 De Fevereiro de 2020*

A Comissão Técnica Nacional para Resposta à Epidemia do Coronavírus levantou esta quarta-feira, 19, a quarentena imposta a 50 cidadãos provenientes da China que se encontravam no centro da Barra do Kwanza, anunciou o inspector da Saúde, Miguel de Oliveira, durante uma conferência de imprensa de balanço sobre o covid-19.

Num outro centro, localizado no Calumbo, município de Viana, encontram-se em vigilância 92 pessoas, entre as quais 37 angolanos, 50 chineses, 12 americanos, dois canadianos e um costa-marfinense.

Segundo o inspector, no plano de resposta de contingência estão a ser desenvolvidas várias acções, entre as quais a capacitação de técnicos na elaboração de instrutivos normativos da saúde, bem como a união de vários de departamentos ministeriais na elaboração de projectos de biossegurança.

O coronavírus covid-19 provocou 2.014 mortos e infectou mais de 75.000 pessoas a nível mundial.

A maioria dos casos ocorreu na China, onde o novo vírus foi detectado no final de 2019, na província de Hubei, a mais afectada pela epidemia.

Além de 2.006 mortos na China continental, morreram duas pessoas na região chinesa de Hong Kong, duas no Irão, uma nas Filipinas, uma no Japão, uma em França e uma em Taiwan.

As autoridades chinesas isolaram várias cidades da província de Hubei, no centro do país, para tentar



controlar a epidemia, medida que abrange cerca de 60 milhões de pessoas.

Estes vírus pertencem a uma família viral específica, a coronaviridae, conhecida desde os anos de 1960, e afecta tanto humanos como animais.

### 13.10 Parlamento aprova moção de solidariedade com os estudantes na China

*Novo ornal*

*21 De Fevereiro de 2020*

O número de mortos relacionados com a epidemia do coronavírus covid-19 ultrapassou os 2 mil e as infecções já passaram a barreira dos 74 mil, informaram as autoridades sanitárias chinesas. Em Angola, a Assembleia Nacional aprovou moção de solidariedade para com os angolanos na China. Oposição queria mais e pede o repatriamento dos estudantes na cidade de Wuhan.

Na soma total de casos, a China, onde o covid-19 foi descoberto em Dezembro último, continua a ser o país com a esmagadora maioria das ocorrências, registando-se "apenas" quatro mortos fora das suas fronteiras e os infectados permanecem ainda abaixo dos 900, em 28 países. Em face deste cenário, o Parlamento angolano votou quarta-feira; 19, uma moção onde os deputados mostram a solidariedade do país para com os angolanos no geral e os estudantes nas zonas mais afectadas pelo coronavírus.

O documento foi aprovado com 117 votos a favor e 55 abstenções, sem votos contra.

Mas, em declarações de voto separadas, a UNITA e a CASA-CE pediram mais, nomeadamente que o Executivo trate de organizar o repatriamento dos estudantes angolanos na China.

Economia pode ficar ressentida

O académico e investigador do Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa, João Shang, disse ao Novo Jornal que, depois do mês de Abril, Angola pode começar a ressentir o impacto da epidemia do coronavírus na sua economia, em causa está o facto de 10% das importações nacionais serem provenientes daquele país asiático.

O investigador entende que o impacto ainda não é visível porque os empresários chineses que operam no mercado nacional ainda conseguem vender aos seus clientes as mercadorias que têm em stock, o que

poderá não acontecer depois do quarto mês do ano, porque as importações baixaram devido ao vírus.

Ao Valor Económico João Shang referiu que há um consenso no seio da comunidade chinesa que actua em Angola, sobretudo empresários que se encontram na China, de regressarem ao país apenas quando a epidemia do coronavírus estiver totalmente controlada e não existir mais a necessidade de estarem em quarentena.

"A comunidade chinesa é de opinião que, caso os empresários chineses não tenham urgência em regressar a Angola, devem ficar na China. É uma ideia que está patente em quase toda a comunidade. Não se trata de uma orientação, mas sim um consenso, não vão regressar nos próximos dois meses", adianta. "É uma preocupação. Os passageiros saídos da China ficam em quarentena de catorze dias em dois centros que estão quase cheios e sabemos que o nível de saúde em Angola não é muito alto. Muitos chineses estão preocupados com a situação destes centros. Um passageiro chinês, por exemplo, pode ir para estes centros sem qualquer doença, mas sair de lá com malária, febres ou outras doenças", insiste Shang Jing que também se encontra na China.

### 13.11 PGR aperta o cerco aos negócios “secretos” da CIF por lesarem o Estado

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Luís Gairão*

O Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral da República (PGR) continua a apreender negócios das empresas do universo ChinaInternational Fund (CIF), nomeadamente das CIF Hong Kong e CIF Angola, desta vez os edifícios CIF Luanda One e CIF Luanda Two, sede dos 'negócios da China' que este grupo realiza no País desde 2004.

Desde segunda-feira, os prédios dourados, um deles com 25 andares, localizados na Av. I Congresso do MPLA, na Ingombota, onde também funcionam escritórios de várias empresas, estão sob tutela do fiel depositário, o Ministério do Ordenamento, Território e Habitação, enquanto decorrer o processo-crime contra as CIF.

A medida surge uma semana depois da apreensão de centenas de imóveis e propriedades destas empresas na Urbanização Zango Zero, Vida Pacífica e na Urbanização Kilamba KK 5000, alegadamente

"construídos com fundos públicos", argumento que também justificará as novas apreensões.

Há perto de um ano, em Abril de 2019, a PGR já tinha apreendido 286,4 milhões USD ainda na posse da CIF Angola enquanto empresa responsável pela construção do novo aeroporto de Luanda. Em 2017, a empresa foi afastada do projecto após sucessivos atrasos e derrapagens orçamentais.

Este é apenas um dos grandes projectos em que a empresa esteve envolvida em Angola. Entre os empreendimentos divulgados na página da Internet da CIF estavam o novo centro administrativo, que acabou por ser concretizado por outra empresa, ou o mega projecto da Nova Cidade de Luanda, de 2006, que iria urbanizar uma vasta área de 780 quilómetros quadrados a Sul da capital, numa área entre a estrada de Catete, junto ao novo aeroporto, até ao litoral de Belas, tendo como limite o Rio Kwanza.

Agénese destes projectos remonta a um Acordo-Quadro de Parceria Estratégica Público- Privada entre Angola e a China, aprovado em Conselho de Ministros a 20 de Outubro de 2004, na mesma reunião que aprovou a criação do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), que até meados de 2010 foi presidido pelo general Kopelipa, mas a lista de contratos só foi conhecida mais tarde (vercaixa).

Como apurou o *Expansão*, só na primeira fase os negócios da CIF Hong Kong movimentaram 6,4 mil milhões USD de financiamentos chineses que seriam pagos através de remessas de petróleo angolano, num esquema também assegurado por empresas do grupo CIF, mas ao longo dos anos surgiram várias alegações de irregularidades.

Os principais nomes que surgem na génese da CIF são sempre os mesmos nas várias investigações publicadas desde 2009, primeiro por uma Comissão do Congresso dos Estados Unidos, e mais tarde por jornalistas como Rafael Marques, em Angola, e depois pela revista *The Economist* e o jornal *Financial Times*: o empresário chinês Sam Pa, o angolano Manuel Vicente, primeiro enquanto presidente da Sonangol e depois já como governante, bem como os empresários Hélder Bataglia (português) e Pierre Falcone (francês).

Xu Jinghua "Sam Pa", que entretanto obteve nacionalidade angolana enquanto António Sampo Menezes, foi detido em Hong Kong em 2015, no âmbito de um escândalo de corrupção relacionado com a petrolífera estatal Sinopec, sócia da Sonangol e da CIF.

SamPaé apontado como o cabecilha que montou um consórcio de empresas a partir de Dezembro de 2003, conhecidas como o Grupo Queensway 88, em referência ao endereço comum que partilham em Hong Kong com a empresa holding, a New Bright International, que está topo de uma pirâmide de várias offshores, algumas em parceria com a Sonangol.

Como revelou o *Expansão* na última edição, em Angola, o grupo está presente através de pelo menos uma dúzia de empresas registadas entre 2008 e 2009, a maioria em nome de outra dúzia de offshores sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, e mais tarde, em 2017, transferidas para a CIF Angola.

Esta empresa foi registada em Abril de 2008 em nome das sociedades Plansmart International Limited e Utter Right International Limited. Em 2017, a CIF Angola alargou a sociedade à IF - Investimentos Financeiros SGPS, S.A, com sede em Luanda e accionistas desconhecidos, que também entrou com mais capital, passando a sócio maioritário. Esta sociedade anónima é atribuída aos generais Kopelipa e Dino, mas ambos já vieram a público negar qualquer participação nestas empresas.

### 13.12 Um artigo em dois andamentos

*Jornal Expansão*

*21 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Alves da Rocha*

#### A) CHINA: HERE WE GO AGAIN

A inspiração surge de uma das muito bem congeminações e realizadas comédias musicais americanas dos últimos anos *Mama Mia*, uma interpretação livre dos extraordinários sucessos de um grupo musical sueco dos anos 80/90 do século XX, mas, entretanto, dissolvido. A primeira parte desta abordagem cénica e musical intitulou-se apenas *Mama Mia*. Dado o sucesso mundial obtido, um segundo filme foi produzido, *Mama Mia- Here we Go Again*.

Muitas das análises sobre a crise que se abateu sobre a China por causa do Coronavírus têm sido insidiosas' fruto de olhares sempre perfidamente críticos sobre o país mais populoso do mundo. De resto, estas críticas difamatórias sempre estiveram presentes desde que a economia chinesa se abriu ao mundo. Há uma ladainha sobre os defeitos da China de onde o mundo se deverá afastar, ou pelo menos, manter as distâncias, a par de um sarcasmo quanto à sinceridade e reconhecimento das vantagens de se colaborar, económica e comercialmente, com a China.

Com o surgimento do Coronavírus parece renascer a antiga paranoia do "perigo amarelo" dos anos 70 e 80 do século XX de par com a continuada ideia de que tudo ou quase o que é "made in China" é necessariamente de má qualidade (os mais velhos lembram-se das parábolas sobre o vestuário que vinha de Macau nessa altura).

Pois bem, esse revivalismo está novamente presente, agora sob a forma de um vírus que ameaça virar o mundo do avesso e perigar o crescimento económico mundial. A maior parte das instituições internacionais acaba de rever embaixada ligeira o comportamento da economia mundial e para a China os ajustamentos podem significar um corte de quase um ponto percentual na sua dinâmica de progressão do PIE. Ironicamente, ou não, a China vai continuar a ser a segunda economia com maior crescimento em 2020 (só suplantada pela Índia), porque conseguiu reunir fundamentos sólidos para isso, ajustando e corrigindo permanentemente o seu modelo de crescimento e distribuição de renda (vejam o meu artigo do dia 7 deste mês no *Expansão* sobre esta matéria). As imagens divulgadas sobre as cidades chinesas onde vigoram restrições de circulação são, na verdade, chocantes, mostrando que a contribuição do factor trabalho para a variação da produção do país tem registado diminuições preocupantes.

Porém, por iniciativa governamental ou por diligência individual (a despeito de comunista?) a sociedade chinesa incorporou padrões comportamentais muito individualizados e individualistas, sendo a sua população das de mais elevado índice real de empreendedorismo) e nos sectores onde tal é possível, os trabalhadores passaram a trabalhar em casa, usando as tecnologias de comunicação e informação (onde a China é fortíssima) para o estabelecimento das necessárias conexões com as sedes das empresas. Assim, o Coronavírus poderá ser o esteio de uma alteração nos modos e modelos de organização do trabalho nos sectores terciários e em alguns secundários incorporadores de serviços. Existem estudos que apontam para maiores índices de produtividade quando o trabalho se faz em casa e outros para os mesmos ganhos se a semana de trabalho se reduzir para 4 dias (essencialmente na Europa desenvolvida). No final do dia e como o aforismo popular nos ensina, há males que podem vir por bem.

## B) CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA

### EM 2020: HERE WE ARE NOT GOING AGAIN

A contabilidade do crescimento é um conceito desenvolvido no âmbito das disciplinas

macroeconómicas relacionadas com o crescimento e desenvolvimento, procurando-se, através da sua aplicação, saber e quantificar a contribuição de cada um dos factores que entram na composição final da produção, a saber, terra, trabalho e capital, na sua versão clássica. Robert Solow está na origem desta análise, mas, igualmente, Cobb e Douglas, Mahalanobis, Arthur Lewis, Oscar Lange e outros. A contabilidade do crescimento, ao desagregar as contribuições factoriais para a sua ocorrência, consente a delimitação de políticas competentes para a maximização (eficiência e eficácia) das quantidades utilizadas.

Aqueles três factores clássicos de crescimento estão hoje muito mais apurados, com a integração de aspectos relacionados com as respectivas produtividades e qualificações, mas o ponto de partida é o de se conhecerem os respectivos stocks.

Sobre a mão-de-obra, o INE apresenta aproximações consistentes, baseadas no Censo Populacional e Habitacional de 2014 e nos Inquéritos ao Emprego, sabendo, com a precisão possível, que o quantitativo de população disponível para o processo de produção e de geração de valor é de 15 592 043 (população com 15 ou mais anos de idade. Sabe-se, igualmente, que a população economicamente activa (15-64 anos de idade) é de 13 502 774, havendo um desperdício na sua utilização de 30,7%, correspondente à população desempregada (que pode ser avaliado numa perda incremental do PIB de USD 4,2 mil milhões). No final do dia, poder-se-á dizer que a cobertura estatística deste importante factor de crescimento (daqui derivam mais de 80% dos rendimentos familiares e do consumo privado) está relativamente assegurada, aceitando-se como válidas as abordagens do INE, aparentemente em consonância com as práticas internacionais. Com base nas desagregações das Estatísticas do Emprego é possível avaliar a produtividade da mão-de-obra e decidir, em parte, que quantidade a incluir no crescimento e como valorizá-la.

Quanto à terra, o seu stock (quantidade de terra arável existente que pode ser investida na produção ou quantidade de terra disponível para esse efeito, entre existente e disponível podem existir diferenças essenciais a ter em consideração na programação da produção agrícola) também não é nem fácil, nem directo de se obter, desconhecendo-se, com rigor e no momento presente, a sua quantidade.

O discurso oficial é o de mais e sempre mais investimento, estrangeiro também (o mais importante?) sem se cuidar de se saber a partir de que montante de capital (fixo, variável, tecnológico, de know-how) acumulado este factor de produção entra

na sua fase de rendimentos marginais decrescentes, ou seja, mais capital engendra menos incremento do produto/produção. Quem é que, em Angola, conhece o montante de capital presentemente investido na economia e no seu crescimento? Os estudos tendentes a estabelecer o montante de stock de capital fixo de uma economia são muito complexos e demorados, apelando a instrumentos estatísticos e econométricos poderosos, modernos e intrincados(2). Mas absolutamente fundamentais para, com consistência científica, se definir a natureza e o conteúdo do modelo de crescimento: mais intensivo em mão-de-obra ou mais intensivo em capital ou um mix, de acordo com o estágio de desenvolvimento do País. Sem se conhecer o stock de capital fixo da economia é muito difícil medir a sua produtividade e a minha sensibilidade avisa-me no sentido de o seu montante estar a diminuir em Angola, provavelmente sendo insuficientes os acréscimos anuais (correspondentes a investimentos líquidos) para cobrir as deduções determinadas pelo seu depauperamento, mais rápido pela velocidade do progresso tecnológico (que não existe no País, sendo Angola um receptor passivo das inovações externas) e pela sua mais do que deficiente manutenção e conservação (os investimentos públicos na construção de estradas são o exemplo mais arrepiante de uma falta inexplicável e inaceitável de manutenção).

Face às considerações anteriores, de onde vem, então, a taxa de crescimento oficial de 1,8% para 2020? Da diminuição da taxa de desemprego (em quanto, sabendo-se da existência de relações de antinomia entre emprego e incremento da produção, devido à intervenção do factor capital)? O ganho nominal incremental do PBE por diminuição para 28% na taxa de desemprego (270 mil postos de trabalho) é inferior a 10 milhões de USD. Crescer na base do desincentivo do desemprego, sem ganhos de produtividade, não é sustentável.

Será a taxa proveniente do acréscimo de capital fixo?

Os investimentos encontram-se numa fase descendente: o investimento público tem estado em ajustamentos negativos face aos imperativos do ajustamento macroeconómico e os privados ainda não correspondem aos valores necessários para repor a economia numa nova rota de crescimento do seu PIB.

Daí que, tal como explanei no artigo de 24 de Janeiro e 7 de Fevereiro deste ano, uma vez mais o crescimento vai estar adiado, Por isso, Here we are not going again.

1- INE. Inquérito ao Emprego. Folha Informativa de 111 Trimestre de 2019.

2- O CEIC espera dar uma futura contribuição a esta questão com os seus estudos sobre o investimento público, uma peça, nas condições de Angola, importante para se conhecer o stock de capital do País.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

### 13.13 O modelo de cooperação China-Angola e China-África é bom

*Jornal de Angola*

*22 De Fevereiro de 2020*

Muitos amigos angolanos me perguntaram: qual é exactamente o modelo de cooperação sino-angolana? Eu acredito que a cooperação China-Angola cobre todos os aspectos da política, economia, intercâmbio cultural e interpessoal, tendo laços inextricáveis com a roupa, comida, habitação, transportes e a vida quotidiana dos dois povos.

China e Angola são bons parceiros de cooperação e ambos saem ganhando. Ao contrário daqueles professores de democracia que queriam apenas dar aulas de ABC e impor as suas doutrinas, falando palavras vazias mas de braços cruzados do outro lado do oceano, a China tem sido sempre um fazedor que trabalha juntamente com os angolanos.

Logo depois da paz ser restaurada em Angola, a China foi a primeira nação amiga que estendeu a mão de ajuda à reconstrução angolana. Durante a última década, a parte chinesa construiu em Angola mais de 2,800 km de caminho-de-ferro, 20,000 km de estradas, 100,000 fogos de habitação social, 100 escolas, 50 hospitais, e muito mais. Você, meu caro leitor, provavelmente já pegou comboio na ferrovia de Benguela e de Moçambédes, já conduziu nas largas avenidas em Luanda e Huambo, ou já viveu na Nova Cidade de Kilamba Kiaxi e Dundo, os quais são apenas alguns exemplos das milhares de obras chinesas. A China é a principal fonte de investimento estrangeiro em Angola, com 176 milhões de dólares directamente em 2019. As empresas chinesas têm participado activamente no processo da diversificação económica da Angola.

Um alto dirigente angolano realçou: as relações China-Angola são estreitas e fortes. Agradecemos à China pela sua contribuição à reconstrução e desenvolvimento económico e social de Angola. A China oferece ajuda valiosa quando a África está em dificuldade, e desempenha um papel muito

importante na paz e no desenvolvimento de África. Os países africanos valorizam sua amizade com a China.

China e Angola são bons amigos para o desenvolvimento comum. Ao contrário daqueles especuladores que ganham um pouco de dinheiro e escapam logo, a China tem fixada em Angola a cooperação mutuamente vantajosa, com os pés na lama, e as pessoas comuns são realmente beneficiadas. Muitas empresas e funcionários da China adoram Angola, considerando este belo país sinceramente como a sua segunda terra natal.

Eles têm feito grandes contributos para o desenvolvimento económico e social local, oferecendo muitos empregos e melhorando a subsistência do povo. Você pode já ter trabalhado com parceiros chineses e jogado futebol juntos. Muitos funcionários angolanos conseguiram aprender habilidades em empresas chinesas. O lado chinês treinou mais de 2,500 pessoas em vários sectores, incluindo comércio, agricultura, saúde, imprensa e polícia. Algumas empresas chinesas contrataram mais de 1,500 trabalhadores e ofereceram centenas de bolsas para alunos angolanos a frequentarem universidades na China por cinco anos. Um angolano, Rangel, da Autoridade Portuária de Lobito, disse com emoção: "A China pode servir como bom exemplo de nosso desenvolvimento e trabalhar para o desenvolvimento mútuo." As empresas chinesas assumem também as suas responsabilidades sociais. Um empresário chinês tomou a iniciativa de assistir dois órfãos angolanos no Bairro Palanca de Luanda, de um agente de polícia falecido, através de financiamento dos estudos e construção de habitação. A sua bondade fez com que os dois meninos angolanos o chamassem carinhosamente "pai China".

China e Angola são bons irmãos, exactamente como diz o provérbio "amigo na necessidade é amigo de verdade." Ao contrário daqueles hesitantes que se queixam das más condições e dificuldade de recuperar o investimento, a China avança com os parceiros angolanos sem medo das dificuldades. Talvez você tenha ouvido falar da equipa médica chinesa no Hospital-Geral de Luanda, que tratou 200 mil doentes angolanos e salvou muitas vidas. O Navio-Hospital da Marinha Chinesa atracou em Luanda por cinco dias em 2017, recebeu 3,479 visitas de doentes e fez dezenas de operações cirúrgicas gratuitamente.

Na actual luta contra a epidemia do novo coronavírus, os nossos dois países estão sempre de mãos dadas e cooperam estreitamente. Para concluir bem os projectos de infraestrutura, alguns engenheiros chineses faleceram infelizmente na

explosão de mina, muitos funcionários chineses sofreram de malária. Porém, tudo isso não abrandou o ritmo dos trabalhadores chineses. Eles insistiram com responsabilidade e ganharam a amizade angolana.

Acredito que você já testemunhou a diligência dos chineses, como também a velocidade e escala da China. A Ferrovia Benguela original levou 30 anos para ser construída, mas os construtores chineses reconstruíram toda a linha com elevada qualidade e quantidade em apenas sete anos.

Angola é um país importante em África, e um microcosmo da cooperação China-África. Hoje em dia, o volume de comércio China-África ultrapassou 200 mil milhões de USD. A China tem sido o maior parceiro comercial de África por 10 anos consecutivos.

Seguimos os princípios de sinceridade, resultados concretos, fraternidade e honestidade no nosso relacionamento com a África. Também defendemos o correcto conceito de justiça e interesses. Iremos trabalhar de mãos dadas com os nossos amigos africanos para abraçar uma nova era de cooperação ganha-ganha e desenvolvimento comum. A China sempre valoriza, respeita e apoia a África, nunca busca o interesse geopolítico em África e jamais impõe a sua própria vontade aos outros.

Algumas forças externas tentaram obstruir e difamar maliciosamente a cooperação China-África com a tal teoria chamada "armadilha das dívidas", os quais são meramente palavras falsas e completamente rejeitadas pelo povo africano. Sendo um bom parceiro, amigo e irmão dos países africanos, a China sempre reforça o seu investimento e o financiamento da cooperação na África de acordo com as necessidades dos países africanos, com o fim de ajudar África a melhorar infraestruturas e acelerar o desenvolvimento, e sempre tenta encontrar uma solução sustentável que é mutuamente aceitável por meio de consultas amistosas e iguais. Por outro lado, a cooperação financeira é também um reflexo da confiança da China no desenvolvimento da África. Os factos falam mais alto que as palavras. O modelo de cooperação China-Angola e China-África é muito bom!

\* Embaixador da China em Angola

### 13.14 China reduz coronavirus

*Jornal Economia & Finanças*  
28 De Fevereiro de 2020

O embaixador da República da China em Angola, Gong Tao, informou, em Luanda, que os casos

relativos ao coronavírus no seu país têm estado a baixar consideravelmente.

O diplomata, que apresentou, à 3ª Comissão da Assembleia Nacional, dados sobre os últimos desenvolvimentos da doença naquele país asiático, indicou que as autoridades chinesas estão atentas para qualquer situação sanitária que envolva angolanos que lá vivem e estudam e prestar o respectivo apoio.

De acordo com Gong Tao, as autoridades chinesas registam, a cada dia, mais casos curados e menos infecções.

Ao total, segundo avançou os casos infectados em todo o país rondam os 80 mil.

A presidente da 3ª Comissão da AN, Josefina Pitra Diakite, fez saber que o diplomata chinês pontualizou aos deputados sobre a doença que a China e o mundo em geral estão a enfrentar nos últimos tempos.

"O que o embaixador veio informar-nos para também nos tranquilizar e termos mais subsídios para partilhar com a comunidade parlamentar e ajudar. A esclarecer particularmente as preocupações que surgem quando não se tem informação adequada sobre o que está a acontecer, observou.

Na sua opinião, a primeira boa impressão apresentada pelo embaixador da China em Angola é o facto de haver uma redução considerável das infecções, que considerou um elemento muito positivo.

Impacto da economia

" O diplomata garantiu ainda que o crescimento económico da China não será afectado com o COVID-19, pois trata-se de uma situação temporária.

"Vamos vencer o combate à epidemia e garantir o desenvolvimento económico", assegurou. O embaixador da China em Angola informou que prosseguem, no seu país, investigações científicas para que se encontre uma vacina contra o COVID-19. Gong Tao fez essas declarações esta semana, quando se dirigia aos cidadãos estrangeiros.

### 13.15 Embaixador desdramatiza apreensão de máscara e condições de quarentena

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2020*

*Autor: Álvaro Victória*

A China está assolada por um novo coronavírus, apelidado oficialmente de covid-19, que já ceifou milhares de vidas. A doença é descrita como de elevado nível de contágio. Só em wuhan, epicentro da doença, são mais de 30 mil profissionais da saúde que labutam para estancar a propagação do vírus e curar os doentes. Há relatos de escassez de equipamentos sanitários. Em resposta a esta insuficiência, cidadãos chineses em Angola recolheram um número significativo de máscaras, tocas e luvas, com o intuito de as enviar à China. Em resposta, as autoridades alfandegárias angolanas apreenderam os materiais. Gong Tao, embaixador da China em Angola, sublinha, em entrevista exclusiva ao Novo Jornal, a iniciativa dos seus compatriotas, mas observa que é necessário "seguir as leis, os regulamentos" vigentes em Angola.

"Não estou a acompanhar muito de perto (a situação de apreensão dos referidos equipamentos sanitários). Mas penso que, nesta altura, a comunidade chinesa em Angola, assim como noutros países, tem vontade de ajudar a pátria no combate a este coronavírus. Mas, também, deve-se seguir as leis, os regulamentos aqui em Angola. Temos que fazer o exercício económico e outras actividades dentro da lei", adverte o diplomata chinês.

Foi na voz de Miguel Oliveira, o homem que dá a cara pela Comissão Técnica Nacional para a Resposta à Epidemia do Coronavírus, que se confirmou oficialmente a informação sobre a apreensão dos materiais sanitários adquiridos por cidadãos chineses em Angola.

"Como manda: a legislação (angolana), esta mercadoria foi apreendida e ela se reverte a favor do Estado (angolano), de acordo com o decreto presidencial 191/10 de 1 de Setembro, Regulamento

do exercício Farmacêutico. Para exportar ou importar algum produto de saúde, é necessário que a empresa ou o indivíduo seja devidamente habilitado para o efeito, tenha a devida autorização dos órgãos competentes para o licenciamento do exercício. Quem não estiver licenciado e autorizado não pode importar ou exportar", declarou o também inspector-geral da Saúde na conferência de imprensa realizada na semana transacta, na capital do país.

Na ocasião, o médico destacou,entretanto, a interacção que as autoridades angolanas têm tido com os responsáveis da embaixada chinesa em Luanda: "Eles estão connosco sempre a interagir no sentido de perceber se, eventualmente, existe algum dispositivo legal [que justifique a apreensão] para poder informar à comunidade chinesa. E esta interacção tem sido salutar, muito boa. E, hoje, antes desta conferência de imprensa, interagimos com um dos responsáveis da embaixada neste sentido. Eles [os responsáveis da Embaixada da China] também estão a fazer a devida divulgação das medidas e das disposições legais angolanas junto da sua comunidade. E também estão a informar àqueles que vêm a Angola sobre as medidas que Angola está a tomar".

Diplomata acredita na «atitude responsável» das autoridades angolanas

Tão logo se espoletou o primeiro caso suspeita do vírus corona em Angola entre tanto tendo registado resultado negativo,segundo diagnóstico à amostra analisado em laboratórios sul-africanos -, o governo angolano lançou dois centros de quarentena: um no Calumbo e outro na Barra do Kwanza, todos na jurisdição administrativa da província de Luanda.

A instalação do Centro de Quarentena de Calumbo, por exemplo, tem sido alvo de críticas, por a sua localização estar num perímetro residencial, e particularmente em face da presença de uma escola nos arredores. Mas as críticas aos referidos centros não terminam por aí.

Muito se tem falado sobre as condições sanitárias e higiénicas dos centros que acolhem, num período de quarentena de 14 dias, cidadãos que escalam o país, oriundos da China.

Juan Shang, ligado ao Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa, questionou as condições colocadas à disposição dos seus compatriotas em quarentena nos referidos centros.

"É uma preocupação. Os passageirosáidos da China ficam em quarentena 14 dias em dois centros que estão quase cheios e sabemos que o nível de saúde

em Angola não é muito alto. Muitos chineses estão preocupados com a situação destes centros. Um passageiro chinês, por exemplo, pode ir para estes centros sem qualquer doença, mas sair de lá com malária, febres ou outras doenças", disse o académico e investigador chinês, em declarações ao jornal valor Económico.

A propósito do alerta feito por Juan Shang, o embaixador da China em Angola observa que as autoridades angolanas estão a assumir uma "atitude responsável" para garantir a segurança sanitária para o país, daí "esta política de quarentena".

"Segundo sei, os meus compatriotas estão a seguir esta política, ficam lá 14 dias, e estão a sair de grupo a grupo. Estão a vol-tar à normalidade das suas vidas. Estas são as informações que tenho", refere, prudente, Gong Tao, em entrevista concedida ao NJ nesta quarta-feira, 26.

### 13.16 Financiamento chinês a projectos públicos volta a subir em 2020

*Jornal Expansão*

*28 De Fevereiro de 2020*

O Ministério da Energia e das Águas e o da Construção e Obras Públicas são os que vão receber a maior fatia dos 56 mil milhões Kz em financiamento da linha de crédito chinesa (LCC) ao Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2020, valor que representa um aumento de 6% face ao financiamento do gigante asiático aos projectos inscritos no Orçamento Geral do Estado 2019 Revisto.

Um total de 29 projectos de electrificação e de reabilitação e expansão de sistemas de abastecimento de água do Ministério da Energia e das Águas vão ser financiados em 30,5 mil milhões Kz pela linha de crédito chinesa, representando 11,7% do total de projectos daquele ministério para 2020.

Quanto ao Ministério da Construção e Obras Públicas, 16 projectos de reabilitação de estradas um pouco por todo o País vão ser financiadas pela LCC em 23,9 mil milhões, equivalente a 15,6% dos 152,8 mil milhões Kz inscritos no PIP deste ministério.

A construção do perímetro irrigado de Calueque, no Cunene, um projecto do Ministério da Agricultura e Florestas que custará 700 milhões Kz, bem como dois projectos do Ministério da Saúde, também vão receber financiamentos da China. Ao todo, a LCC vai financiar 5,4% dos projectos PIP 2020. O projecto mais caro financiado pela China custa 5,8 mil milhões

Kz e contempla a electrificação e ligações domiciliareis do Lubango e Matala, na Huila.

Ao todo, o país que é o maior credor de Angola vai emprestar 56,0 mil milhões Kz para financiamento de projectos públicos, o que contrasta com os 117 mil milhões de financiamentos para os mesmos fins em 2018. Esta quebra explica-se, não só pelo apertar das regras de financiamento por parte da China, que exige hoje informação mais detalhada sobre os projectos, bem como a necessidade destes terem viabilidade financeira. É que Angola procura

hoje mecanismos de financiamento que representem custos menos onerosos, como acontece com o financiamento do Fundo Monetário Europeu ou do Banco Mundial, mas também através da emissão de dívida pública em moeda estrangeira. É neste sentido que projectos públicos que valem' 37,8 mil milhões Kz serão financiados por fundos das emissões de eurobonds, pelo Banco Mundial e, ainda, pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Parte das verbas provenientes das emissões de eurobonds vão financiar projectos do Ministério da Energia e das Águas avaliados em 23,0 mil milhões Kz. Já o Banco Mundial vai financiar 9,3 mil milhões Kz em projectos deste ministério, com o maior projecto a receber 6,0 milhões Kz. Trata-se do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA).

O Banco Africano de Desenvolvimento vai financiar um dos maiores projectos do PIP, cerca de 5,2 mil milhões Kz para a ampliação do Sistema de Abastecimento de Agua Nacional.

O projecto mais caro financiado pela China custa 5,8 mil milhões Kz e contempla a electrificação e ligações domiciliareis do Lubango e Matala, na Huila.